

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PEDRO TARCIO PEREIRA MERGULHÃO**

**A PAISAGEM AMAZÔNICA NO PAISAGISMO DE BELÉM**  
**Caso Parque Naturalístico Mangal das Garças**



**RECIFE**  
**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PEDRO TARCIO PEREIRA MERGULHÃO**

**A PAISAGEM AMAZÔNICA NO PAISAGISMO DE BELÉM**  
**Caso Parque Naturalístico Mangal das Garças**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Rita Sá Carneiro

**RECIFE**  
**2009**

MERGULHÃO, Pedro

A paisagem Amazônica no paisagismo de Belém:  
caso Parque Naturalístico Mangal das Garças / Pedro  
Mergulhão. - Recife: O Autor, 2009.

186 folhas : il., fig., quadros.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de  
Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2009.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Arquitetura paisagística - Belém (PA). 2. Parques –  
Belém (PA). I. Título.

712 CDU (2.ed.)

UFPE

712 CDD (22.ed.)

CAC2009-




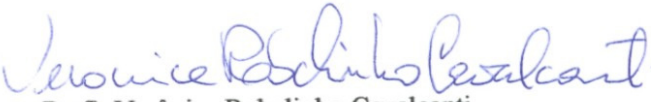
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano  
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de dissertação em Desenvolvimento Urbano do mestrando **PEDRO TARCIO PEREIRA MERGULHÃO**.


Às 9.00 horas do dia 30 de abril de 2009 reuniu-se na Sala do Conselho do CAC, a Comissão Examinadora de dissertação, composta pelos professores: Ana Rita Sá Carneiro (orientadora), Verônica Robalinho Cavalcanti (examinadora externa) e Maria de Jesus de Brito Leite (examinadora interna) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: “A Paisagem Amazônica no Paisagismo de Belém. Estudo de Caso: Parque Naturalístico Mangal das Garças”, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profª. Ana Rita Sá Carneiro, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, o candidato foi considerado EM EXIGÊNCIA. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 30 de abril de 2009.

- Indicação da Banca para publicação ( )

  
Profª. Ana Rita Sá Carneiro  
Orientadora

  
Profª. Verônica Robalinho Cavalcanti  
Examinadora Externa/UFAL

  
Maria de Jesus de Brito Leite  
Examinadora Interna/MDU


  
Rebeca Júlia Melo Tavares  
Secretária do Programa

  
Pedro Tarcio Pereira Mergulhão  
Candidato

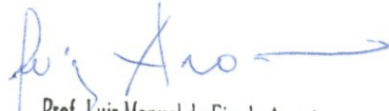



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano  
Universidade Federal de Pernambuco

**TRECHO DA 8ª REUNIÃO DO ANO DE 2009 DO COLEGIADO DO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO,  
REALIZADA EM 30/09/2009.**

...Foram homologados pelo Colegiado os pareceres favoráveis de aprovação da dissertação do mestrando Pedro Tarcio Pereira Mergulhão, intitulada: A Paisagem Amazônica no Paisagismo de Belém. Estudo de Caso: Parque Naturalístico Mangal das Garças, emitidos pelas Prof<sup>as</sup>. Maria de Jesus de Brito Leite (examinadora interna) e Verônica Robalinho (examinadora externa/UFAL), uma vez que o mestrando cumpriu as exigências da Banca Examinadora de 30.04.2009. E nada havendo a tratar, eu, Rebeca Júlia Melo Tavares, copiei do original. Recife, 30 de setembro de 2009. 

Visto

  
Prof. Luiz Manuel do Eirado Amorim  
Vice-Coordenador do Programa  
SIAPE: 1132327  


" Navigare necesse; vivere non est necesse "

*(Pompeu)*

A meu pai,  
amante da natureza de minha terra;  
a minha mãe,  
tamente à natureza de toda a terra;  
a mim mesmo, pedra dessa terra;  
aos meus irmãos, de sangue ou da terra, amantes, respeitosos, navegantes dessa  
e de outras terras, tal qual o índio, os portugueses, Acácio e Pessoa , o negro, o  
caboclo, os brasileiros pernambucanos, Antônio e  
Bandeira, e tantos outros, que navegaram e  
navegam paisagens, nessa terra, à beira-rio, de  
além-mar;  
a meus filhos,  
que sejam bons para nossa terra e para suas pedras;  
a Naza,  
protetora dessa terra e de seus filhos;  
e por fim,  
a essa terra,  
origem e destino desta navegação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, sinceramente,

As professoras da Universidade Federal do Pará, Maria Angélica Alberto e Celma Chaves, pelo incentivo e auxílio na primeira fase deste percurso, a de elaboração do projeto de pesquisa;

À CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa;

Aos colegas do MDU, sobretudo, Rosane Piccoli e Catarina Andrade, pelo apoio inicial no envio de material para a seleção e pelas sugestões de disciplinas, a Cecília Ribeiro, pela orientação de equipamento eletrônico.

À colega conterrânea e professora Helena Tourinho, pelo auxílio nas leituras, sugestões de escrita, metodologia, bibliografia, oferta de livro, envio de material, pelos constantes “SEDEXS” entre Belém/Recife/Belém”, revisão, enfim, pelo seu incondicional apoio profissional e amigo; a Mariana Pontes, pelos envios de material, a Renata Maciel, pelo empréstimo de equipamento, e a Gustavo Miranda, pelas caronas e auxílios “informáticos”.

Aos Funcionários e Professores do MDU, assim como aos professores Ana Rita Sá Carneiro, Lúcia Veras e Luiz Vieira, que me receberam gentilmente para estágio de docência nas disciplinas Paisagismo I e II;

A Cláudia Lopez, pelas palavras de incentivo no início deste percurso, assim como pelo empréstimo de equipamento, e a Samille Andrade, pelo também empréstimo de equipamento.

Aos arquitetos paisagistas Rosa Kliass, Saide Kahtouni, Luiz Vieira, José Tabacow e Lúcia Veras, à engenheira agrônoma Claudia Petry, ao engenheiro florestal e paisagista Reynaldo Silva, à paisagista Nazaré Chaves, ao biólogo Igor Seligmann, aos arquitetos Aurélio Meira e Paulo Chaves, pela concessão das entrevistas.

À Professora Graciana Joy, pelo *Abstract*.

Às Bibliotecárias Rosa Lourenço (Procuradoria Geral do Estado do Pará) e Valéria Vasconcelos (Centro de Artes e Comunicação – CAC), pela revisão e sugestões das normas técnicas. E às Bibliotecárias Doralice Romero e Francileila Cavalcante, do Museu Paraense Emílio Goeldi, pelo envio de material.



A Angélica Alberto, pela cooperação de leitura e sugestões na etapa final do trabalho.

À Aliança Francesa, na pessoa de Jean Victor Martin, e ao Núcleo de Línguas e Cultura da UFPE, na pessoa de Gilza Macedo.

À Professora Dr<sup>a</sup> Ana Rita Sá Carneiro, pelas leituras e sugestões na fase de projeto, por me ter aceitado como orientando e pelo seu apoio no decorrer deste trabalho.

A Célia Barbosa, pela sua dança, amizade e apoio constante.

A Teo Abath, Gustavo Maciel (*in memoriam*), Paulo Lobato, Inês Canavello, Ana Cláudia Gurgel, Raquel Santos, pela acolhida amiga inicial, a Fanny Vuillat e Aziz Kali, pelas discussões, sugestões e ajudas “informáticas”, e à Dona Francisca, pelo suporte operacional.

Ao Recife, uma paixão antiga.

E, finalmente, e com todo o meu amor.

A Deus, a Naza, a Rubra Rosa, e à minha queridíssima família.

## RESUMO

A presente pesquisa assume por objeto de estudo o paisagismo em espaços livres de Belém, distinguidos por elementos da paisagem amazônica. Tem como objetivo identificar, no paisagismo e na realidade existente de um parque localizado em Belém, elementos formais que caracterizem a paisagem amazônica. Para tal, adota como objeto empírico de análise o projeto paisagístico e a realidade do Parque Naturalístico Mangal das Garças. Anteriormente a análise do parque foi feito um “passeio” descritivo pela história do paisagismo da cidade, entre o século XVII e o século XXI, para, como na análise do parque, identificar elementos formais da paisagem amazônica presentes nos espaços visitados, assim como, para a construção do conhecimento prévio acerca do paisagismo de Belém e necessário à análise do objeto empírico. O procedimento metodológico da pesquisa foi definido com base nos trabalhos teóricos que tratam de conceitos da paisagem, da ecologia da paisagem e do projeto paisagístico ou paisagismo, além da pesquisa iconográfica, entrevistas e observação de campo. Conclui - se que, tanto o projeto quanto o parque construído, contêm elementos formais que possibilitam a identificação da paisagem amazônica no paisagismo.

Palavras-chave: Paisagem amazônica, projeto paisagístico, ecologia da paisagem, Parque.

## ***ABSTRACT***

The present research has as its object of study, the landscaping in the open spaces of Belém, characterized by elements of the Amazonian landscape.

The objective of the research is to identify, in the landscaping plan and in the existent reality, formal elements which characterize the Amazonian landscape. To achieve this objective, the empirical object of analysis adopted was the plan, the reality and the usage of the *Parque Naturalístico Mangal das Garças*. Previous to the park analysis, a descriptive historical overview through the city landscape between the XVII and XXI centuries was done. The park analysis and this overview took place not only to identify formal Amazonian landscape elements present in the visited spaces but also to build the previous knowledge about the landscape of Belém. This research was necessary for the analysis of the empirical object. The methodological procedure of the research was defined based on theoretical works that deal with concepts of landscaping, the ecology of landscaping and of the landscaping plan. Iconographic research, interviews and field observation were also means employed to carry out the studies. This investigation led us to conclude that both, the plan and the built park, have formal elements that enable the identification of the Amazonian landscape in the landscaping.

Key-words: Amazonian landscape, landscaping plan, ecology of landscaping, park.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem da NASA da Amazônia.	30
Figura 2 – Monte Roraima (RO).	31
Figura 3 – Foto aérea do Rio Amazonas e da Floresta Amazônica.	32
Figura 4 – Belém: Calçamento de ruas em pedras de liós, de origem portuguesa.	33
Figura 5 – Mapa Hidrográfico da Região Metropolitana de Belém (RMB).	34
Figura 6 – Planta de Belém (Século XVII) indicando a rua do Norte.	35
Figura 7 – Belém: Casarões de arquitetura portuguesa.	37
Figura 8 – Coreto em ferro fundido da Praça Batista Campos.	39
Figura 9 – Vista aérea de Belém.	40
Figura 10 – Planta antiga de Belém com o Alagado do Piri.	41
Figura 11 – Igarapé em seu estado natural.	42
Figura 12 – Doca do Reduto (antigo Igarapé das Armas).	42
Figura 13 – Avenida Doca de Souza Franco (antiga Doca do Reduto).	42
Figura 14 – Composição de buritis em projeto paisagístico de Burle Marx.	45
Figura 15 – Colônia de miritis na praça do Aeroporto de Belém.	46
Figura 16 – Colônia de miritis presente na paisagem amazônica.	46
Figura 17 – Primeiro núcleo urbano de Belém.	58
Figura 18 – Praça Frei Caetano Brandão.	60
Figura 19 – Praça do Pelourinho, com abertura para a baía de Guajará.	61
Figura 20 – Praça Batista Campos: Modelo de paisagismo eclético na Amazônia.	68
Figura 21 – Praça Batista Campos: Guarda-corpo em acariquara.	70
Figura 22 – Planta Geral do Bosque Rodrigues Alves.	72
Figura 23 – Passeio domingueiro no lago do Bosque Rodrigues Alves.	73
Figura 24 – Projeto modernista da Praça Kennedy.	75
Figura 25 – Planta da Praça Waldemar Henrique.	81
Figura 26 – Elementos escultóricos da Praça Waldemar Henrique.	81
Figura 27 – Planta Geral da Praça Ver - o - rio.	83
Figura 28 – Praça Ver-o-rio: Rampa da Panair.	84
Figura 29 – Planta Geral da Estação das Docas.	85
Figura 30 – Estação das Docas: Ruínas do Forte São Pedro Nolasco (1665).	86
Figura 31 – Planta geral do projeto paisagístico do Feliz Lusitânia.	87
Figura 32 – Feliz Lusitânia: U Ura Muta Uê, esculturas míticas de Denise Milan.	88
Figura 33 – Polo Joalheiro: Planta – baixa do Jardim da Liberdade.	90
Figura 34 – Polo Joalheiro: Fonte em granito e quartzos.	91
Figura 35 – Parque da Residência: Planta geral da área.	92
Figura 36 – Parque da Residência: Praça do Trem.	92
Figura 37 – Mapa de Belém com a localização aproximada dos espaços livres públicos em Belém, visitados no capítulo.	95
Figura 38 – Parque Naturalístico Mangal das Garças no mapa de Belém.	103
Figura 39 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Região de terra firme.	104
Figura 40 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Região de campos.	105
Figura 41 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Região de várzea.	105

Figura 42 – Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças: Planta geral.	109
Figura 43 – Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças: O Traçado geometrizado característico do paisagismo contemporâneo.	116
Figura 44 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: formas geométricas em curvas, no traçado contemporâneo.	117
Figura 45 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Formas geométricas em “gomos”, no traçado contemporâneo.	117
Figura 46 – Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças: Recanto e ilha para retratar a paisagem característica do traçado orgânico.	118
Figura 47 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Restaurante circundado por varandas.	119
Figura 48 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Recurso formal de mata fechada no aningal.	120
Figura 49 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Abertura após a mata fechada.	120
Figura 50 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Trapiche retratando a paisagem ribeirinha amazônica.	121
Figura 51 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Elevação como anteparo à Fonte dos Caruanas.	123
Figura 52 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Tentativa de evitar o tombamento de vegetal no parque.	125
Figura 53 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Vista que se abre para o rio Guamá a partir do Mangal.	127
Figura 54 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Vista do parque do interior do Museu da Navegação.	130
Figura 55 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Permeabilidade entre os estratos vegetais.	133
Figura 56 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Piso de terra batida. Elemento cultural de influência indígena adotado no paisagismo do Mangal.	134
Figura 57 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Parede de troncos de árvores.	134
Figura 58 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Cobertura em palha.	135
Figura 59 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Estrutura de telhado fixada com cordas.	135
Figura 60 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Armazém do Tempo.	137
Figura 61 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Divisórias de espaços e usos.	137
Figura 62 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Maciços de patchouli.	138
Figura 63 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Filodendro.	140
Figura 64 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Mururé - roxo.	140
Figura 65 – Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças: Detalhe construtivo para o plantio de espécies aquáticas.	141
Figura 66 – Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças: O limite natural em curvas mantido pelo projeto.	142
Figura 67 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Vista da vegetação regenerada no Mangal das Garças. Ao fundo, vê-se o Farol de Belém.	143
Figura 68 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Urucum.	144

Figura 69 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Chuva de ouro	144
Figura 70 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Miritizeiros.	145
Figura 71 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Miritizeiros transformados em artesanato.	145
Figura 72 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Açaizeiros.	146
Figura 73 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Cuieira.	146
Figura 74 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Grupo de samambaias no borboletário.	147
Figura 75 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Trepadeira acoplada ao sombrite do viveiro de pássaros.	147
Figura 76 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Caramanchão e escada em ipê.	148
Figura 77 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Tartarugas da Amazônia.	148
Figura 78 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Interior do borboletário.	149
Figura 79 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Banco em peça única de Ipê.	151
Figura 80 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Escultura “Pássaros do Rio”, de Emanuel Franco.	151
Figura 81 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Âncora e correntes nos jardins do parque.	152
Figura 82 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Fotografia de José Márcio Ayres com um uacari branco a entrada do borboletário.	153
Figura 83 – Embarcadouro da Estação das Docas.	154
Figura 84 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Vista do muro que isola o parque de habitações vernaculares.	157
Figura 85 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Vista da cerca delimitando os terrenos do parque e da Marinha.	157
Figura 86 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Manutenção no Mangal, do tipo topiaria.	159
Figura 87 – Parque Naturalístico Mangal das Garças: Manutenção de “limpeza” no Mangal.	159

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	14
CAPÍTULO 1	<b>A PAISAGEM AMAZÔNICA À LUZ DOS CONCEITOS</b>	27
1.1	PAISAGEM	28
1.2	BELÉM E A PAISAGEM AMAZÔNICA	30
1.3	ECOLOGIA DA PAISAGEM E O PAISAGISMO	43
1.4	O PARQUE E O CONTEXTO URBANO	49
CAPÍTULO 2	<b>A PAISAGEM AMAZÔNICA NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE BELÉM: DO SÉCULO XVII AO SÉCULO XXI</b>	55
2.1	O PERÍODO COLONIAL: A PRAÇA DA SÉ E A PRAÇA DO PELOURINHO	58
2.2	O PROJETO ILUMINISTA NA AMAZÔNIA: O JARDIM BOTÂNICO DO GRÃO-PARÁ	62
2.3	<i>A BELLE ÉPOQUE</i> : A PRAÇA BATISTA CAMPOS E O BOSQUE RODRIGUES ALVES	66
2.4	O PAISAGISMO MODERNISTA: A PRAÇA KENNEDY	73
2.5	A RETOMADA DA “BELÉM PAISAGÍSTICA”: A INFLUÊNCIA PÓS-MODERNISTA NO FIM DO SÉCULO XX	75
2.5.1	<b>Expressões regionalistas influenciando o paisagismo pós-modernista: a Praça Waldemar Henrique e a Praça Ver-o-rio</b>	77
2.5.2	<b>O paisagismo de Belém do fim do século XX e começo do XXI: a Estação das Docas; o Feliz Lusitânia; o Pólo Joalheiro; o Parque da Residência</b>	84
2.6	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	93
CAPÍTULO 3	<b>IDENTIFICAÇÃO DA PAISAGEM AMAZÔNICA: ESTUDO DO CASO DO PARQUE NATURALÍSTICO MANGAL DAS GARÇAS</b>	99
3.1	LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO METROPOLITANO DO PARQUE NATURALÍSTICO MANGAL DAS GARÇAS	101
3.2	O PARQUE NATURALÍSTICO MANGAL DAS GARÇAS	103
3.2.1	<b>O projeto do parque</b>	108
3.2.1.1	O programa de necessidades	108
3.2.1.2	Os dimensionamentos	112
3.2.1.3	O partido geral e a distribuição espacial dos equipamentos	114
3.2.1.4	O traçado	115
3.2.2	<b>O parque</b>	121
3.2.2.1	As modificações gerais no projeto quando da implantação	121
3.2.2.2	O relevo e o solo	122
3.2.2.3	Os elementos aquáticos	126
3.2.2.4	A permeabilidade física e visual	129
3.2.2.5	Os materiais e as técnicas construtivas	133
3.2.2.6	A vegetação	137
3.2.2.7	A fauna	148
3.2.2.8	O mobiliário, os elementos escultóricos e os referenciais simbólicos	150
3.2.3	<b>A relação do parque com o entorno</b>	154

3.2.4	<b>Reflexões sobre a manutenção do parque e o “paisagismo ecocultural”</b>	158
3.3	<b>CONSIDERAÇÕES PARCIAIS</b>	162
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	166
	<b>REFERÊNCIAS</b>	174
	<b>ANEXOS</b>	



## INTRODUÇÃO

As transformações nas paisagens naturais brasileiras são já percebidas desde os tempos primitivos, com os índios, por meio do manejo da vegetação, prática corrente de sobrevivência e organização social do grupo.

A partir de 1500, com a chegada do colonizador português ao Brasil, vindo em busca de especiarias, madeira, minerais, plantas e algo mais que fosse de valor para o enriquecimento da corte e de aventureiros, inicia-se o aumento do domínio do homem sobre o território nacional brasileiro, e acelera-se o contínuo e permanente processo de exploração da natureza e transformação de paisagens naturais em culturais.

Passado o primeiro momento da ocupação da nova terra pelos portugueses e concomitantemente à exploração das riquezas, iniciou-se o processo de criação de cidades. Homens avançavam terra adentro, extraíndo árvores - notadamente o pau-brasil, abrindo clareiras na mata para a implantação de povoados e acelerando as transformações da paisagem natural.

O processo de expansão urbana amazônica deveu-se à já referida exploração das riquezas naturais regionais, primeiramente ditas “drogas do sertão”, e, posteriormente, sobretudo, à exploração da borracha, conforme Sarges (2000, p. 48):

De 1870 a 1910, considera-se o maior surto econômico já verificado na região, tendo-se como principal indicador o crescente aumento da produção da borracha, criando-se até a expressão *rubber reclaiming industry*.

Desse período de *boom* econômico na Amazônia, a paisagem natural de Belém sofreu uma série de transformações com obras de melhoramentos

urbanísticos e sanitaristas, para atender as necessidades de uma elite emergente que ansiava por uma cidade modernizada, nos moldes das metrópoles europeias. Nesse período surgiram espaços públicos inspirados em modelos importados de paisagismo, como a Praça Batista Campos e o Bosque Rodrigues Alves, os quais serão tratados no Capítulo 2 deste trabalho.

A segunda metade do século XX passou também a estar relacionada com a implantação de projetos governamentais que buscaram integrar o norte do país ao mercado nacional e ao capitalismo mundial. O isolamento da Amazônia do resto do Brasil já fora sentido desde o governo Vargas, nos anos 1930, como atestam Mártires Coelho e Watrin Coelho (2008, p. 97), ao relatarem que o presidente Getúlio Vargas, ao sobrevoar a região do vale do rio Araguaia, no Brasil-Central, constatou que: “a população brasileira estava toda concentrada na faixa litorânea e que passando o Araguaia, o Brasil era pátria dos índios”. A partir dessa constatação é que Vargas decidiu então promover a integração do interior ao restante do país, iniciando-se, em seu governo, a chamada “marcha para o oeste”. (COELHO, M.; COELHO, W., 2008).

Esse processo de interiorização desenvolvimentista trouxe como resultado, para a região Amazônica, o surgimento de outras paisagens. Hoje já se encontram em abundância, nessa região, paisagens agropastoris, que surgiram em terras ao longo dos eixos rodoviários implantados desde então, e que foram ocupadas por colonos, madeireiros e fazendeiros oriundos de outras regiões brasileiras, principalmente do Sul e Nordeste. Os resultados desse processo foram, dentre outros, a intensificação da ocupação de cidades como Belém e Manaus, com graves problemas sociais e urbanos, o surgimento de várias outras cidades, além da devastação de paisagens naturais, resultantes, por exemplo, da instalação da

indústria mineral e do crescimento da exploração madeireira. Muito do que se vê hoje das paisagens naturais amazônicas transformadas se originaram de toda sorte de propostas exógenas, governamentais ou privadas, que, em geral, não deram respostas às demandas locais de desenvolvimento da população.

Neste raiar do século XXI, parece que se testemunha um maior avanço da prática exploratória na região amazônica. Apesar do discurso governamental, dos recursos tecnológicos de ponta disponíveis e das constantes denúncias de ações criminosas contra a floresta feitas por organizações preservacionistas, a devastação da natureza e a transformação das paisagens naturais em paisagens urbanas e em paisagens degradadas se fazem com uma força jamais vista no passado.

No caso de Belém, o processo histórico de expansão da malha urbana se fez mediante a supressão de elementos naturais do sítio, como igarapés e alagados (PENTEADO, 1968; MACEDO, 1999), o que demonstra que o homem desconsiderou, praticamente desde os primórdios da ocupação, a possibilidade de equilíbrio entre o natural e o construído, e, conseqüentemente, a manutenção de elementos naturais da paisagem regional.

O geógrafo Antônio Rocha Penteado, ao analisar a evolução urbana de Belém desde sua origem até a década de 1960, testemunha essas transformações. Conforme esse autor, os igarapés, pequenos cursos d'água que cortavam ou tangenciavam a cidade:

Representaram, no passado, um notável papel, quer como elementos de defesa, quer como ancoradouros para pequenas embarcações ou como fornecedores de água para a população; hoje, em parte aterrados ou canalizados, como os igarapés do Piri e das Armas, ainda fazem sentir sua presença na topografia de Belém, servindo também como importantes elementos delimitadores de seu atual espaço urbano, como é o caso dos igarapés do Una e Tucunduba (PENTEADO, 1968, p.90).

No que se refere às transformações culturais paisagísticas, Hugo Segawa (1996) e Robba; Macedo (2003), por seu turno, ressaltam o papel do ecletismo clássico e romântico, bem como as influências francesas e inglesas nas concepções dos jardins, praças e parques implantados em Belém no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Contudo, vale ressaltar que, no caso de Belém, nos séculos XIX e XX, os projetos de alguns espaços públicos, mesmo seguindo outros princípios não locais,<sup>1</sup> consideraram os elementos da paisagem regional. Exemplo disso é o Bosque Rodrigues Alves, remodelado em 1903 (MACEDO, 1999. p. 48). Mesmo tendo sido criado para ser uma reprodução do *Bois de Boulogne* de Paris, e concebido com fortes influências do modelo de jardim inglês, fez exaltação da paisagem regional com a manutenção de um trecho de floresta nativa, ou seja, da paisagem natural amazônica.

Só mais tarde, ressalte-se, o movimento modernista brasileiro, surgido com a Semana de Arte Moderna de 1922, do qual fazia parte o paisagista Roberto Burle Marx,<sup>2</sup> exaltaria, deliberadamente, a paisagem brasileira em seus aspectos culturais, ecológicos, educativos e estéticos.

A influência dos princípios do paisagismo modernista nas praças e parques de Belém ainda não foi estudada, mas parece ter sido, no entanto, muito restrita, limitada a poucas e pequenas praças, a maioria das quais já remodeladas segundo

---

<sup>1</sup> Os projetos paisagísticos implementados em Belém em fins do século XIX e primeira metade do século XX foram, em sua grande maioria, influenciados por modelos paisagísticos europeus importados, como o inglês e o francês, configurando a esses espaços públicos características ecléticas no paisagismo (MACEDO, 1999). Desses projetos, destaca-se a Praça da República (1878) e a Praça Batista Campos (1904), cujas reformas de maior importância são atribuídas à administração do Intendente Antônio Lemos.

<sup>2</sup> Burle Marx é considerado o pioneiro do paisagismo moderno no Brasil, cujo princípio era a valorização de elementos paisagísticos locais, como a vegetação. B.M. rompe com a tradição da reprodução de jardins europeus e busca a afirmação de uma identidade paisagística originalmente brasileira, propõe um “olhar paisagístico” voltado para o próprio país.

os princípios que Robba; Macedo (2003) qualificam como característicos do paisagismo contemporâneo brasileiro.<sup>3</sup>

Na transição do século XX para o século XXI, percebe-se que um novo momento paisagístico se fazia presente em Belém, e que se processava diferentemente da usual adoção de modelos europeus importados dos séculos XIX e XX, e dos poucos exemplares modernistas. Novos modelos paisagísticos, baseados na exaltação da paisagem regional, começam a ser adotados e a prevalecer como critério de projeto paisagístico.

A percepção desse momento novo para o paisagismo da cidade demanda a necessidade de investigação sobre em que consistem esses novos projetos paisagísticos implantados em Belém no período compreendido entre 1994 e 2005, e como eles se têm inserido no contexto da paisagem amazônica.

Para discutir essas questões, selecionou-se o Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças. A escolha desse objeto empírico deveu-se:

1. Ao fato de o mesmo estar localizado às margens do rio Guamá, em posição limítrofe entre o rio e a cidade; o que cria a possibilidade e a necessidade de soluções articuladas com os ecossistemas naturais e com a cultura ribeirinha local.
2. À presença, ainda, de elementos naturais e culturais da região amazônica quando da decisão de projeto do parque, tais como: o rio Guamá, que margeia o terreno do parque, e o aningal existente.

---

<sup>3</sup> Robba; Macedo (2003) exemplificam a Praça Justo Chermont, a Praça Heróis da Marinha e a Praça Kennedy como modelos de paisagismo modernista em Belém. A Praça Kennedy foi “remodelada” e tornou-se Praça Waldemar Henrique, exemplo, segundo os mesmos autores, de paisagismo contemporâneo.

3. A ter sido uma proposta desenvolvida no âmbito governamental e concebida com a finalidade de retratar paisagens amazônicas, apesar de o projeto ter sido elaborado por uma arquiteta paisagista não nativa.
4. Finalmente, ao fato de esse projeto ter sido amplamente divulgado pela propaganda governamental, pela mídia e agências de turismo, como exemplar do paisagismo amazônico.

Assim sendo, a presente pesquisa intitulada: A paisagem amazônica no paisagismo de Belém - Caso Parque Naturalístico Mangal das Garças, pretende responder e discutir as seguintes questões:

- O paisagismo recente praticado em Belém expressa a paisagem amazônica? Se sim, como?
- Quais os elementos que possibilitam identificar a paisagem amazônica, no caso específico do Parque Naturalístico Mangal das Garças?

Desse modo, estabeleceu-se como objetivo desta investigação: identificar a manutenção e a incorporação ou não de elementos da paisagem amazônica no paisagismo de Belém a partir do estudo de caso do Mangal das Garças.

Para o desenvolvimento da investigação, foi necessário, primeiramente, compreender a paisagem de Belém, expressa pelos elementos naturais mantidos e nos artefatos paisagísticos, o que foi feito com um “passeio” descritivo pela história do paisagismo da cidade, focalizando, sobretudo, a criação de praças, parques e conjuntos urbanísticos, entre o século XVII e o século XXI, que se constituíram em marcos na paisagem cultural, portanto relevantes para o cumprimento do objetivo desta investigação. Essa etapa metodológica permitiu identificar, nos espaços

”visitados”, elementos do paisagismo que dessem subsídios para a escolha do estudo de caso e para sua realização de maneira mais aprofundada.

Esse caminho, necessário para a análise crítica do estudo de caso, foi realizado mediante levantamentos bibliográficos e visitas ao campo, e nele se procurou apontar os elementos da paisagem amazônica presentes nos espaços livres. Procurou-se identificar, de acordo com o contexto histórico, razões econômicas, políticas e sociais que justificassem a existência dos espaços apresentados.

Esse “passeio” pela história do paisagismo em Belém foi um treinamento para o investigador, para, a partir do conhecimento de casos múltiplos, adjacentes, possibilitar-lhe o aprofundamento do conhecimento do assunto estudado. Magalhães (2001, p. 60) reconhece a importância da história como um “verdadeiro material da Arquitectura” e se apoia em Neuray (1982 *apud* MAGALHÃES, 2001, p. 60) para afirmar que só é possível compreender a paisagem por meio da interpretação “dos acontecimentos e circunstâncias que a modelaram”.

Esse procedimento metodológico possibilitou o apuro crítico do autor, conseguido pela formação e vivências prévias adquiridas, consideradas por Magalhães (2001) como necessárias à formação do arquiteto paisagista, e, para esse, analogamente, à do investigador da paisagem e do paisagismo. Para Magalhães (2001, p.305), o “Arquiteto Paisagista aprende a ver, cultiva-se e alimenta o seu sistema de referências, o qual, quanto mais rico for, melhores condições cria para a visualização e a representação”. E, poder-se-ia acrescentar, constrói um olhar crítico, um “olhar paisagístico”, necessário à análise.

Os objetos paisagísticos constantes no passeio histórico, como praças, jardim botânico, parque, espaços culturais, foram escolhidos de forma não

exaustiva, pelas suas significâncias em expressar a paisagem amazônica, e dos seus rebatimentos no caso do Mangal.

Desse modo, os espaços visitados foram: a Praça da Sé, primeiro espaço livre em Belém e que já demonstra a configuração formal urbana que iria estabelecer-se na cidade desde então, “de costas para o rio”; a Praça do Pelourinho, que demonstra uma intenção funcional de se relacionar com o rio, através de uma pequena abertura para o mesmo; o Jardim Botânico do Grão-Pará, que registra as primeiras intenções científicas, comerciais e de adoção de espécies nativas no paisagismo; a Praça Batista Campos, exemplo que retrata no paisagismo um momento importante da história da Amazônia, a *Belle Époque*, assim como o Bosque Rodrigues Alves, que propôs a manutenção de trecho de mata nativa na cidade, o que na época foi determinado por razões estéticas e ideológicas românticas, mas que, contemporaneamente, pode ser referenciado como uma proposta de preservação a ser seguida; a Praça Kennedy, como proposta paisagística modernista, que traduz um momento marcante político, econômico e desenvolvimentista brasileiro; a Praça Waldemar Henrique, a Praça Ver-o-Rio, a Estação das Docas, o Feliz Lusitânia, o Polo Joalheiro e o Parque da Residência, exemplos de paisagismo já influenciado por novos paradigmas culturais que retratam o momento correspondente à transição do século XX para o XXI, caracterizada por Harvey (2002) como pós-modernista, e que no paisagismo possibilitam uma vasta liberdade de formas e de funções, identificadas nos espaços supracitados em Belém, e que estão inseridas nessa categoria, referidos por Macedo (1999) como projetos contemporâneos, assim como o objeto de estudo de caso desta investigação, o Mangal.



Trata-se, portanto, de uma investigação que assume como objeto de estudo a morfologia da paisagem, resultante do equilíbrio entre as suas condicionantes ecológicas e culturais, e que foi conduzida na crença de que para o equilíbrio da paisagem é, como disse Magalhães (2001, p.19),

indispensável a participação da natureza na humanização da Terra, baseando as suas propostas na gradual humanização e transformação da paisagem, de harmonia com as leis da Natureza: a *Alterata Natura* de Cícero, e como Santo Agostinho afirmava, como conclusão da Criação, << *Pulchritudo est splendor ordinis* >>.

Ainda quanto à metodologia utilizada, ela consistiu, em termos gerais, na abordagem qualitativa de estudo de caso único, descritivo e analítico. A opção pelo estudo de caso único possibilitou aprofundar a abordagem sistêmica do objeto, ou seja, que o objeto fosse entendido como o resultado da interdependência de elementos. Para isso, o problema foi analisado sob prismas diversos, como os sociopolíticos, econômicos, educacionais, morfológicos, ambientais. Mas não de forma isolada. Ao contrário, procurou-se entender as particularidades do objeto de estudo, a partir das relações que os seus componentes estabelecem entre si, como um sistema que expressa o conjunto (OLIVEIRA, M. M., 2007).

Yin (2005) atesta que um único objeto de estudo pode representar um estudo de caso exemplar:

Algumas vezes o estudo de caso único pode ser revelador, ou seja, um estudo que reflete alguma situação da vida real que os cientistas sociais não puderam estudar no passado. O caso será visto em si mesmo, provavelmente, como uma descoberta e oferecerá uma oportunidade para realizar um estudo de caso exemplar (p.193).

A metodologia apoiou-se na descrição e análise do paisagismo em Belém e na relação conceitual com a paisagem amazônica. Foi utilizada a realidade amazônica para confrontar dados teóricos conceituais de paisagem natural e cultural, ecologia da paisagem, paisagismo, segundo Besse (2006), Metzger (2001),

Magalhães (2001), visando a formular explicações para os fenômenos que caracterizam o objeto de estudo.

Posteriormente, efetuou-se a análise morfológica do Parque Mangal, concomitantemente a algumas reflexões sobre a relação do referido parque com o seu entorno, e sobre a manutenção do parque.

Para apoiar essas análises, foram realizados dois tipos de entrevistas: pela internet e presenciais.

Foram entrevistados via internet: a Arquiteta Paisagista Rosa Kliass<sup>4</sup>, autora do projeto paisagístico do Mangal; os Arquitetos Paisagistas Saide Kahtouni, Presidente da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP), José Tabacow, Luiz Vieira, Lúcia Veras; a Engenheira Agrônoma Claudia Petry e o Engenheiro Florestal e Paisagista Reynaldo Silva. Tais entrevistas questionaram acerca de conceitos de paisagem, paisagem regional, paisagismo, projeto paisagístico, e, especificamente nos casos de Rosa Kliass e Reynaldo Silva, inquiriram também sobre aspectos do Parque Naturalístico Mangal das Garças.

As entrevistas presenciais procuraram obter informações sobre a concepção, a execução e os resultados do projeto do Parque Mangal das Garças. Foram realizadas com: o Arquiteto Paulo Chaves, idealizador do Parque Mangal e Secretário de Estado e Cultura durante a concepção e construção do parque; o Engenheiro e Arquiteto Aurélio Meira, um dos responsáveis pela concepção e acompanhamento da construção do parque; a Paisagista Nazaré Chaves,

---

<sup>4</sup> A Arquiteta Paisagista Rosa Kliass- assim como o Arquiteto Paisagista Fernando Chacel- faz parte da dita "segunda geração de paisagistas" pós Burle Marx. Kliass, vem ao longo de sua trajetória profissional desenvolvendo projetos - dentre os quais, figuram em Belém: Estação das Docas(1996-2000); Feliz Lusitânia (1996-2000); Parque da Residência (1998); Aeroporto de Val-de-Cães(1998); e Mangal das Garças (1999) Polo Joalheiro São José Liberto (2000) - de grande importância para a consolidação do paisagismo e da profissão de Arquiteto Paisagista – Kliass, juntamente com outros profissionais, fundou e presidiu a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (Abap) – no Brasil.

responsável pela execução do projeto paisagístico, e Igor Seligmann, biólogo do parque.

As técnicas adotadas para a pesquisa de campo foram: as observações *in loco* e o levantamento fotográfico.

A análise do Parque Mangal das Garças fez-se a partir dos elementos morfológicos determinados pela abordagem da arquitetura paisagística. Segundo Magalhães (2001, p. 64-65),

A Arquitectura Paisagista molda a paisagem que constitui o objecto da sua intervenção (nos termos em que foi definida no ponto 2), ou seja, dá forma (ordena) à intervenção do homem num espaço onde interagem as componentes ecológicas e culturais, entendendo este espaço como um fenómeno arquitectónico. Trata-se, portanto, do mesmo modo que a Arquitectura, de uma disciplina projectual

Baseado na definição de arquitetura paisagística, conforme Magalhães (2001), a pesquisa selecionou como elementos de análise:

- a) o programa de necessidades;
- b) os dimensionamentos básicos das áreas livres e dos equipamentos construídos;
- c) o partido adotado no projeto e identificável no parque, levando em conta a paisagem e a distribuição espacial dos equipamentos;
- d) o traçado, definido por composições planas e volumétricas constituídas;
- e) elementos aquáticos, como rios, lagos, cascatas;
- f) outros elementos físicos como, o relevo, o solo, o mobiliário, materiais construtivos, desenhos e tipos de piso;
- g) massas e tipos de vegetação;
- h) a fauna.

Os elementos de análise foram selecionados a partir do “passeio” histórico, dos

conceitos adotados – paisagem amazônica, paisagismo, parque -, da literatura, das entrevistas, das observações de campo, assim como a partir da experiência profissional do autor.

No que se refere ao “corpo” da dissertação, esta foi estruturada em três capítulos:

- o primeiro trata dos conceitos relacionados com o objeto teórico da pesquisa: paisagem amazônica, ecologia da paisagem, paisagismo e o papel do parque no contexto urbano;
- o segundo refere-se ao passeio histórico sobre o paisagismo de Belém e a relação desse com a paisagem amazônica;
- o terceiro enfoca, especificamente, a análise do objeto empírico da investigação, o Parque Naturalístico Mangal das Garças, e faz considerações entre o parque e seu entorno, sobre a manutenção do parque e a sua relação a práticas ecoculturais;
- finalizando, nas considerações finais, discorre-se acerca da relação entre a paisagem amazônica e o paisagismo de Belém, e, especificamente, no Mangal, além da relação desse com a cidade de Belém.

Vale ressaltar que o trabalho ora apresentado visa identificar e reconhecer na cidade de Belém vestígios da manutenção da paisagem amazônica, natural e cultural, construído na crença de que toda cidade possui elementos, naturais e culturais que, em conjunto, a caracterizam como única, tal como afirmou Spirn (1995, p. 28):

O ambiente natural de uma cidade e sua forma urbana, tomados em conjunto, compreendem um registro da interação entre os processos naturais e os propósitos humanos através do tempo. Juntos, contribuem para a identidade única de cada cidade.

Nesse ponto, a pesquisa permitiu apontar bases iniciais para um “modelo” de paisagismo denominado pelo autor, “Ecocultural”, o qual deve agregar conceitos ecológicos - já adotados no paisagismo, no Brasil, por Burle Marx e Fernando Chacel<sup>5</sup> - e culturais, associados a uma região, modelo esse que possa oferecer diretrizes conceituais de apoio a projetos paisagísticos futuros, de modo que venham a contribuir para o reconhecimento da paisagem regional no paisagismo e na cidade.

---

<sup>5</sup> Fernando Chacel é arquiteto paisagista da geração posterior a Burle Marx, considerado como um dos mais importantes arquitetos paisagistas em atividade no Brasil, com importantes contribuições ao estudo da paisagem e do meio ambiente. Chacel desenvolve em parceria com Sidney Linhares projetos com base no conceito de ecogênese. É autor do livro Paisagismo e Ecogênese (FRAIHA, 2001).

## **CAPÍTULO 1 A PAISAGEM AMAZÔNICA À LUZ DOS CONCEITOS**

O presente capítulo parte de um entendimento da paisagem que contempla uma dimensão natural e uma dimensão cultural regional, no caso, a Amazônia, pretendendo identificar e reconhecer características geomorfológicas (atmosfera, vegetação, solos, rochas, água, etc) do “Ecotopo (sítio)” (MASCARÓ, 2008, p.15), por meio de um novo campo disciplinar de conhecimento, a ecologia da paisagem, que agrega conhecimentos da geografia e da ecologia. Tal incursão é necessária, pois adota-se o conceito de ecologia da paisagem como forma de entendimento e identificação dos elementos morfológicos presentes no Parque Naturalístico Mangal das Garças, proporcionado pelo projeto do parque e que se estende à realidade construída do mesmo.

Trata-se, ainda, neste capítulo, do conceito de paisagismo, para se entender quais as diretrizes conceituais adotadas na concepção do parque e se essas se refletem no projeto paisagístico.

Finalmente, é apresentado o conceito de parque, bem como seu rebatimento no conceito de parque naturalístico atribuído ao Parque Naturalístico Mangal das Garças.

O estudo dos conceitos supracitados e suas relações com o objeto empírico desta investigação justificam-se pela necessária incorporação de conceitos que devem preceder e nortear o ato de projetar, ainda que a prática profissional demonstre o contrário, como atesta Magalhães:

o corpo teórico específico da Arquitetura Paisagística, tem sido insuficientemente explicitado, sendo poucas as referências que nos permitam fundamentar o trabalho de concepção (MAGALHÃES, 2001, p. 29).

## 1.1 PAISAGEM

Os estudos da geografia mostram-se elucidativos para a compreensão das características naturais e culturais próprias à paisagem de uma região e que são passíveis de visualização.

O geógrafo Vidal de La Blache, fundador do conceito de região, entende-a como um espaço composto por elementos naturais. Segundo Jean-Marc Besse (2006), além desse conceito, Vidal de La Blache aponta as áreas disciplinares que contribuem para imprimir forma a uma região, e que são: as áreas da meteorologia, da geologia e da botânica. Essas áreas “interessam, cada qual a seu modo, ao geógrafo, pois contribuem em diversas formas para imprimir à superfície terrestre este aspecto de mosaico regional” (VIDAL DE LA BLACHE *apud* BESSE, 2006, p.69). Isso é corroborado por Humbolt (BESSE, 2006, p. 72), quando afirma que “existe uma fisionomia natural que pertence exclusivamente a cada uma das regiões da terra”.

Mas a paisagem regional pode também ser expressa pelos elementos culturais, oriundos das ações antrópicas. Assim, “uma região torna-se, com o tempo, como uma medalha que tem impressa a efígie de um povo”(VIDAL DE LA BLACHE *apud* BESSE, 2006, p.69).

A paisagem engloba tanto o natural quanto o cultural, ou seja, o já existente, antes da constatação perceptiva do homem, e o construído *a posteriori*, comumente pelo simples olhar, o que configura a paisagem, portanto, como uma categoria cultural. Cosgrove (2001) observa que não há paisagem sem observador, que a percepção visual é uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem e que, para se identificar a paisagem, há que se ter o olhar do observador.

Esse olhar condiciona um juízo de valor cultural, o que torna a percepção visual uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem. Conforme Berque (1995, p.354), “a paisagem é o que se vê”, e mais ainda, “o que vai além da aparência”, como a paisagem imaterial, como o vento, o calor, os símbolos.

O conceito de paisagem cultural (*Kulturlandschaft*) baseado no estudo geográfico da morfologia surgiu, na Alemanha, no começo do século XX, em trabalhos de Otto Schlüter, como “ciência da paisagem”, voltada para “*el reconocimiento de la forma y disposición de los fenómenos de la superficie terrestre entanto que son perceptibles por los sentidos*” (CAPEL, 2002, p.23-24). Por sua vez, nos Estados Unidos, Carl Sauer, em seu artigo *The morphology of landscape* (1925) fortalece o significado cultural da paisagem ao explicar que:

*los objetos que existen juntos en el paisaje están en interrelación y constituyen la realidad como un todo, dando lugar a una asociación que se expresa en una morfología. La acción de los grupos humanos se refleja en paisajes culturales, que llevan impressos la huella del trabajo del hombre sobre la tierra.* (CAPEL, 2002, p.30).

Posteriormente, esse conceito evoluiu para a compreensão de que toda e qualquer paisagem é cultural. A condição natural da paisagem, material, concreta, não deixa de existir, ela é, também, percebida pelo observador e, como tal, subordina-se ao olhar do homem e à sua interpretação, o que a conduz à condição de cultural.

Corroborando com essa evolução do conceito, Sonia Berjman (*apud* TERRA; ANDRADE (Org.), 2008c, p. 146) sugere que o termo cultural é redundante, por considerar que toda paisagem é um ato intelectual, humano, logo, toda paisagem é cultural.

*Un paisaje es siempre un acto intelectual. Es la mirada de un ser humano hacia su entorno a través de su mente. Así, para mí, es una redundancia la expresión paisaje cultural pues todo paisaje es cultural.*



A paisagem a que se faz referência e se reafirma, e que deve ser reconhecida formalmente por meio de seus elementos geográficos, geológicos, botânicos e culturais, é a paisagem amazônica e, especialmente, a paisagem belenense. Surge, então, a necessidade de compreensão da paisagem regional amazônica e, mais especificamente, da paisagem do sítio onde Belém foi edificada.

## 1.2 BELÉM E A PAISAGEM AMAZÔNICA

Vista do alto, a Amazônia brasileira<sup>6</sup> parece uma uniforme e plana massa verde (Figura1), entrecortada por uma fantástica bacia hidrográfica.



Figura 1: Imagem da NASA da Amazônia.  
Fonte: <Brasil-turismo.com>, 2009.

Entretanto, a realidade geográfica da região não é unicamente plana, ela é composta por um relevo variado: planícies, extensos e baixos platôs, terras andinas e subandinas, pelo Planalto das Guianas e pelo Planalto Brasileiro, por planícies de inundação, relevos colinosos, etc. (AB'SABER, 2004, p.31), como mostra a Figura 2

---

<sup>6</sup> A região amazônica brasileira compreende toda a região Norte do país, com os estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e Amapá, além do estado do Maranhão, na região Nordeste, e parte dos estados do Tocantins e Mato Grosso, na região Centro-Oeste, perfazendo uma área de mais de 4,5 milhões de km<sup>2</sup> (AB'SABER, 2004, p.19), o que representa cerca de 45% do território brasileiro. Fazem parte da bacia Amazônica, além do Brasil, territórios de outros países, como a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e França.

na qual se vê o Monte Roraima, localizado na Serra Pacaraíma, em Roraima, com 2.772 metros de altitude.

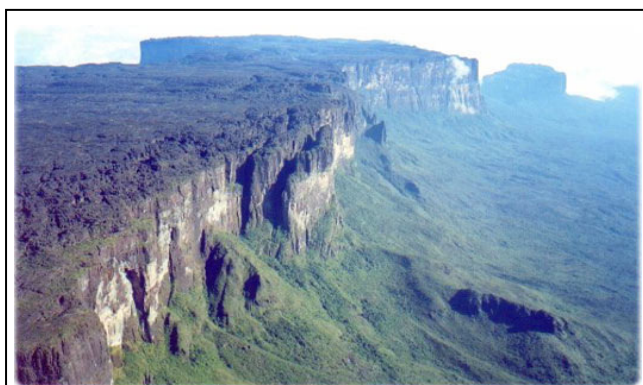


Figura 2: Monte Roraima (RO).  
Fonte: <Brasil-turismo.com>, 2009.

A Amazônia é também fortemente marcada por sua gigantesca bacia hidrográfica, a maior e a mais volumosa do planeta, formada por rios, igarapés, córregos, lagos, furos<sup>7</sup> e o rio Amazonas (Figura 3), o maior rio do mundo em volume d'água e em extensão, contando com 6.992,06 quilômetros<sup>8</sup> de curso d'água, do Peru ao oceano Atlântico. Para se ter uma ideia da dimensão do rio Amazonas, somente na sua garganta mais estreita, na cidade de Óbidos, no Pará, o rio apresenta a dimensão de 2.600 metros de largura.

---

<sup>7</sup> Comunicação natural entre dois rios ou entre um rio e um lago. (FERREIRA, 1999, p. 955).

<sup>8</sup> “O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) concluiu as medições com imagens de satélite que indicam o Amazonas como o maior rio do mundo. Segundo a metodologia do trabalho coordenado por Paulo Roberto Martini, da Divisão de Sensoriamento Remoto do INPE, o Amazonas tem 6.992,06 quilômetros de extensão, enquanto o Nilo atinge 6.852,15 quilômetros. Desde o início dos anos 1990, o INPE estuda o rio Amazonas por meio do sensoriamento remoto e do geoprocessamento, tecnologias derivadas do Programa Espacial Brasileiro.” Disponível em: <<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/print.php?storid=147>>. Acesso em: 25 maio 2009.



Figura 3: Foto aérea do Rio Amazonas e da Floresta Amazônica.

Fonte: <Google Images>, 2009.

Existe ainda a presença de diversos tipos de rio - de água preta, barrenta-; paisagens aquáticas cambiantes, por conta dos fenômenos que ocorrem nos rios, como a pororoca; lagos; lagoas; furos e igarapés; alagados, sem contar os elementos que se transformaram ao longo da antiquíssima história da bacia amazônica. Pode-se imaginar que, há 15 milhões de anos, quando a bacia amazônica começou a se formar, o fluxo das águas do rio Amazonas era invertido, era no sentido leste-oeste?

Em resumo, a noção de paisagem amazônica, preestabelecida e pré-delimitada política e geograficamente, é caracterizada pelos elementos bióticos (naturais) de forte referência no imaginário cultural, como o rio, a floresta, os igarapés, os manguezais, a chuva, o vento, o sol, etc. e igualmente composta pelos elementos construídos pelo homem, expressos nas cidades que compõem a região, por meio dos materiais nela transformados e usados, como a madeira, a pedra, calçamento de ruas em pedras de liós, de origem portuguesa (Figura 4), a cerâmica, a vegetação, os edifícios, etc.



Figura 4: Belém: Calçamento de ruas em pedras de liós, de origem portuguesa.

Fonte: Acervo particular do autor, 2009.

Das cidades que compõem a região amazônica, a cidade de Belém, localizada ao norte do Estado do Pará, denominada outrora de Feliz Lusitânia, depois Santa Maria de Belém do Grão-Pará, Belém-do-Pará, e hoje simplesmente, de Belém, foi fundada em 12 de Janeiro de 1616, pelo português Francisco Caldeira Castelo Branco. Seu sítio é constituído por um relevo de altitudes não superiores a 16m (PENTEADO, 1968), cercado pela baía de Guajará e pelo rio Guamá, com os quais vem estabelecendo, ao longo dos anos, uma relação estrutural de grande importância para o desenvolvimento da cidade - apesar de ter sido implantada e desenvolvida ao longo dos séculos “de costas para o rio”-, o que levou Moreira (1989 *apud* TRINDADE JÚNIOR, 2005) a denominá-la de “ribeirinha”. A Figura 5 mostra a situação geográfica do sítio onde a cidade se desenvolveu, com a baía de Guajará, o rio Guamá e as ilhas em torno de Belém.

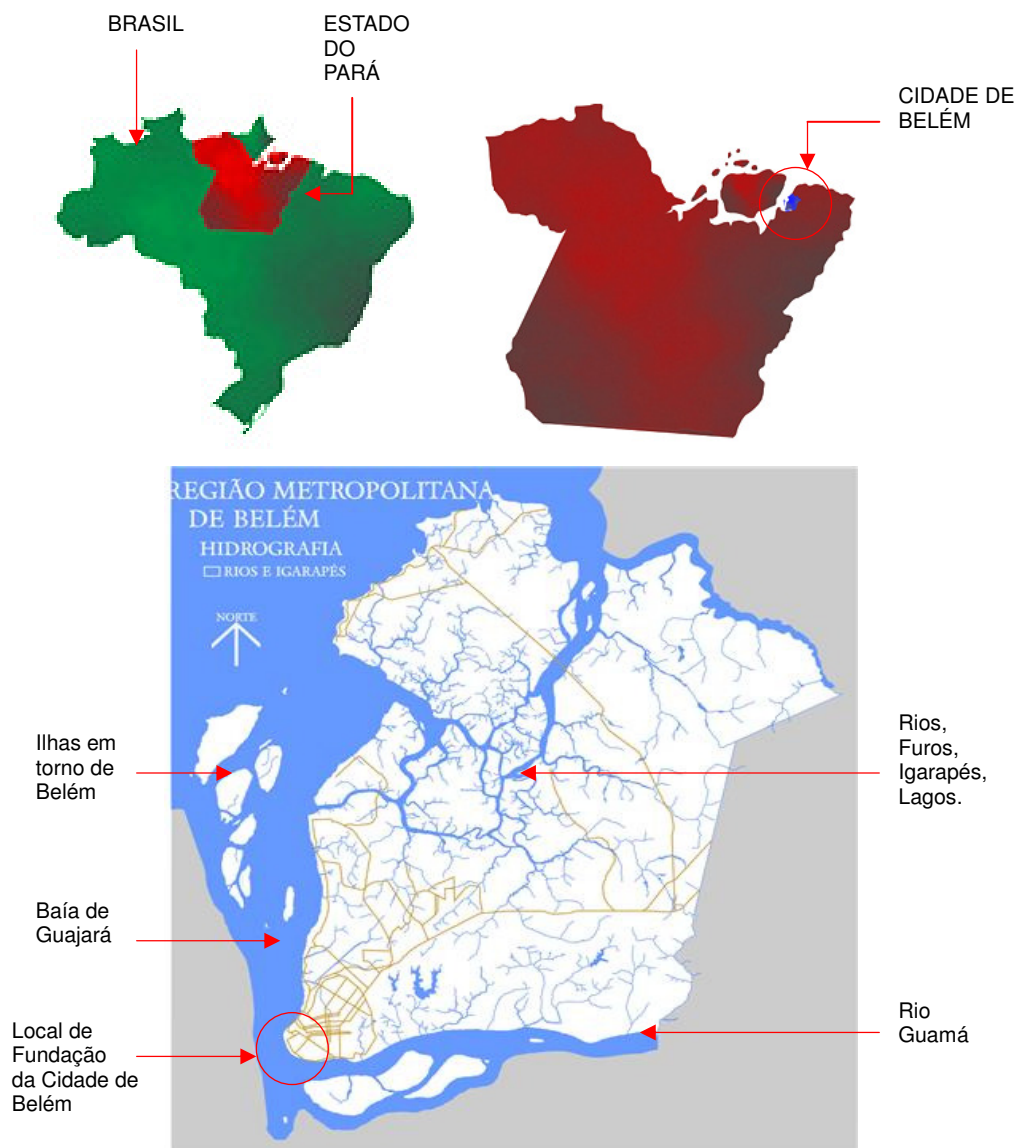


Figura 5: Mapa Hidrográfico da Região Metropolitana de Belém (RMB).  
Fonte: Mercês, 1997.

A forma da cidade de Belém, caracterizada como “de costas para o rio”, teve seu início já na sua primeira rua, a rua do Norte, aberta após a implantação do Forte do Presépio, às margens de rio e baía, na chamada Cidade Velha. Essa primeira rua ligava o Forte à Igreja do Carmo (Figura 6).

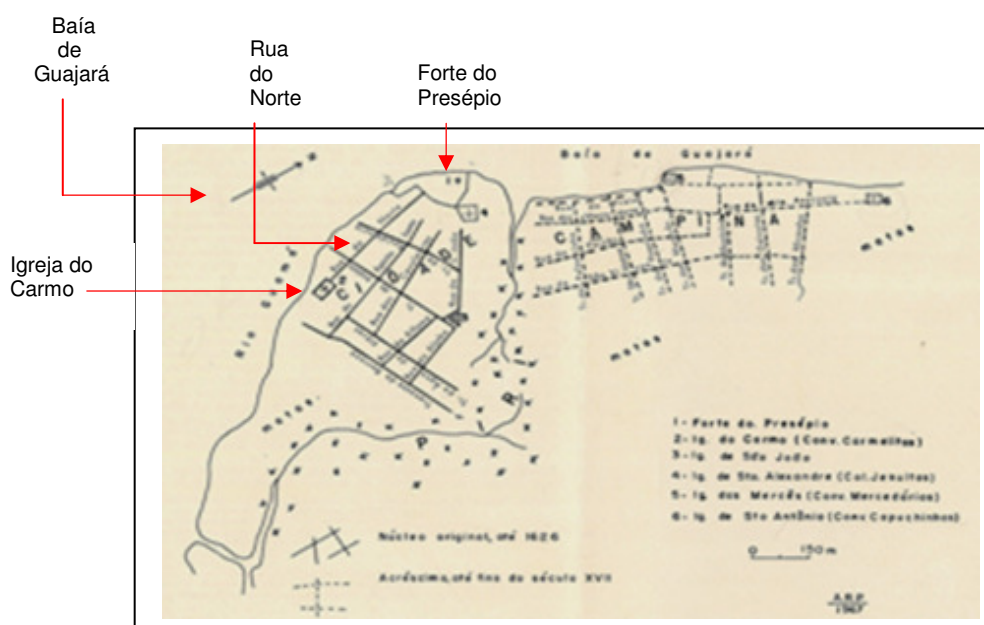


Figura 6: Planta de Belém (Século XVII) indicando a rua do Norte.  
 Fonte: Penteadó, 1968, p.100-101.

Considerando-se as características da paisagem, ainda hoje preservada, em torno da malha urbana, é possível supor que o sítio onde a cidade foi edificada, no século XVII, possuía relevo predominantemente plano e era originalmente constituído por áreas de várzea, ao longo dos rios, e de terra firme, em direção ao continente. Penteadó (1968, p.83-84), ao descrever o sítio de Belém, relata que, nas áreas de várzea remanescentes, havia a presença da vegetação aquática e semiaquática,

constituídas quase exclusivamente por 'mangais' (*Rhizophora mangle*), siriúba (*Avicenia so.*), 'aninga' (*Montrichardia arborescens*), 'aturiá' (*Drepanocarpus lunatus*), palmeiras, como a 'miriti' (*Mauritia flexuosa*), a 'açai' (*Euterpe oleracea*), a 'ucuuba' (*Virola surinamensis*), o taperebá (*Spondias lútea*), o jutaí-açu (*Hymenaea courbaril*), e uma grande variedade de cipós.

O autor atesta, ainda, a presença da floresta tropical, constituída por matas de terra firme,

por toda a parte, a capoeira baixa e a macega dominam a linha do horizonte e se constituem em elementos marcantes da paisagem regional, cuja vegetação arbórea tem no 'acapu' (*Vouacapoua americana*), no 'pau-amarelo' (*Enzylophora paraensis*), no 'pau-santo' (*Zolernia paraensis*), na 'maçaranduba' (*Mimusops sp.*), na 'jarana' (*Chitoma sp.*) e no 'matemata' (*Escheweilera sp.*) os últimos remanescentes de suas melhores madeiras (PENTEADO, 1968, p.83-84).

Apesar de a paisagem de Belém ser marcadamente aquática, essa foi negada à cidade ao longo dos séculos em decorrência de sua configuração formal. No entanto, como já referido, sempre houve, desde a fundação da cidade, uma estreita relação com o rio, conforme atesta Trindade Júnior (2005, p.9):

A relação histórica entre as cidades e os rios na Amazônia apresenta uma forte dimensão geográfica, responsável por expressar material e simbolicamente em suas paisagens e em seus espaços – concebido, vivido e percebido (LEFEBVRE, 1974) – determinadas particularidades construídas através de uma multiplicidade de usos e de formas de apropriações, relacionadas às necessidades de produção econômica e de expressões sociais com fortes apelos culturais ligados/associados ou não às singularidades locais e às particularidades regionais.

Além do rio Guamá e da baía de Guajará, existe a presença de furos, como o do Maguari, vários igarapés, como os do Piri, das Almas, da Estrada Nova, do Tucunduba. A característica aquática do sítio ainda é reforçada pela presença de lagos, como o Água Preta e o Bolonha, que servem ao abastecimento de água para Belém e municípios circunvizinhos.

Outros elementos imateriais são, igualmente, fatores marcantes na paisagem de Belém e, por conseguinte, merecedores de citação, mas que, como já ficou esclarecido, não constituem o objeto deste estudo. Dentre eles estão o clima quente e úmido, em decorrência de sua latitude equatorial, a 1° 27' s da linha do Equador, cujas temperaturas variam entre 21° 6c e 32° 7c (PENTEADO, 1968, p. 65); o forte mormaço nas primeiras horas da tarde, caracterizado por uma intensa sensação de abafado, o que representa na região um indicador da chuva; o regime pluviométrico intenso, dividido em um período de maior incidência de chuvas, de dezembro a

maio, e o outro período de chuvas mais reduzidas, de junho a novembro; a umidade relativa do ar, que chega a 80%. Existe ainda a presença de ventos predominantes, tais como o matinal, oriundo do nordeste, e o vespéral ou noturno, oriundo do norte, e dito popularmente, quando acontece sua ocorrência por volta das 16 horas: “Virou geral.”

Além dos citados aspectos geográficos da paisagem, considera-se que a paisagem belenense pode ser igualmente caracterizada por elementos culturais e naturais representativos das obras construídas pelos povos que compuseram a formação humana na região. A terra-batida e a palha são usados nos pisos e coberturas, heranças deixadas pelo habitante local, o Índio Tupinambá.

A paisagem de Belém pode ainda ser associada a elementos culturais de outros povos que foram trazidos ou imigraram para a Amazônia, como o português, que introduziu os casarões (Figura 7), que seguem o modelo de arquitetura portuguesa, com revestimento de fachadas em azulejos, ou o africano, com o uso do barro na casa brasileira, ou ainda os libaneses e japoneses, com o cultivo de plantas e a produção de especiarias culinárias, ou ainda, a fatos históricos, como a presença americana na cidade durante a 2ª Guerra Mundial, favorecendo o surgimento do primeiro espaço destinado ao embarque e desembarque de aviões.



Figura 7: Belém: Casarões de arquitetura portuguesa.

Fonte: Acervo particular do autor, 2009.



Na construção da paisagem de Belém, ainda apareceu elementos naturais, como a madeira, o barro, e os minerais, presentes em abundância na Amazônia, que foram utilizados como matéria-prima e transformados para compor a paisagem da cidade. Alguns desses elementos foram e são usados no paisagismo, como o ferro, utilizado na fabricação de mobiliários usados em praças de Belém, ou as rochas, transformadas em pedras decorativas, como o mármore e o granito, utilizados em pisos, ou como esculturas no jardim do Polo joalheiro São José Liberto, em Belém.

Esses elementos naturais, transformados pelas mãos do homem, assumiram a condição de culturais em função do uso que lhes foi atribuído, pela coerência entre esses materiais e o contexto espacial e temporal regional. Exemplo disso é o uso frequente do ferro em Belém, mediante importações da Inglaterra, França, Bélgica - países que, com a revolução industrial, no século XIX, tornaram-se grandes produtores de artefatos em ferro - possibilitadas pelo período de riqueza econômica na Amazônia devido à extração da borracha natural, quando as relações econômicas, políticas e sociais se estreitaram com a Europa.

Essa aproximação com a Europa permitiu a introdução na paisagem belenense de mobiliários e até mesmo de edificações inteiras em ferro, importados da Europa, como os coretos (Figura 8), bastante comuns no paisagismo dos séculos XIX e XX, geralmente usados, em diversos tamanhos e modelos, no centro das praças, ou em “nós” de circulação, e que, doravante, se fizeram presentes no dia a dia de parte da população predominantemente burguesa e em ascensão em Belém.



Figura 8: Coreto em ferro fundido da Praça Batista Campos.

Fonte: Acervo particular do autor, 2009.

Esses coretos tornaram-se veículos de difusão de um modo de vida “à *la Belle Époque*”, o que demonstrava o poder econômico e político das elites e a modernidade “necessária” demandada à cidade. Essa modernidade foi traduzida, igualmente, por hábitos mundanos importados, até então inexistentes e alheios à vida da cidade e da maioria de seus moradores, como as apresentações de fanfarras nos coretos das praças.

Outro elemento presente no paisagismo desse período é a madeira - para citar unicamente essas duas matérias-primas - extraída da espécie acariquara (*Minquartia guianensis*) - e usada também no paisagismo da Praça Batista Campos, caracterizado como eclético (MACEDO, 1999, p.49) para dar a idéia de uma paisagem natural idílica.

Esses elementos, em conjunto, contribuíram para formar um todo que permite a compreensão de um sistema integrado de expressividade cultural e ecológica, em que pesos e medidas são relativizados, dentro de um contexto espacial, temporal, econômico, político e social.

Nesse aspecto, avançando no tempo, a relação sistêmica entre os elementos naturais transformados e os elementos utilizados no paisagismo, como o ferro e a madeira, assim como outros elementos, assumem igual importância para a

identificação da paisagem amazônica no paisagismo de Belém, no presente, com o reuso do ferro no Armazém do Tempo, edificação proposta no Projeto do Mangal das Garças, associando-o, dentro da perspectiva conjuntural explorada anteriormente, com a história da navegação na Amazônia, assim como a coerência do seu uso no paisagismo, haja vista as grandes reservas desse mineral existentes na região amazônica.

Neste começo do século XXI, a cidade de Belém, inserida na Região Metropolitana de Belém (RMB)<sup>9</sup>, é uma metrópole de aproximadamente 1.500.000 habitantes, que, apesar da forte urbanização, comum às grandes cidades brasileiras, ainda se beneficia, em sua área urbana, de paisagens tipicamente amazônicas. Observa-se na foto aérea (Figura 9), no plano inferior, um trecho de floresta preservada, seguido de parte da malha urbana, o rio Guamá e a baía de Guajará, a floresta e rios.



Figura 9: Vista aérea de Belém.  
Fonte: <Skyscraper.com>, 2009.

<sup>9</sup> “A Região Metropolitana de Belém (RMB) até 1995 era composta por dois municípios: Belém e Ananindeua. Sua institucionalização ocorreu por Lei Complementar pelo Governo Federal, em 1973. Em 1995, a região foi ampliada e passaram a fazer parte, além dos municípios iniciais, os municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará.  
Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/como\\_anda\\_RM\\_belem.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/como_anda_RM_belem.pdf)>.  
Acesso em: 26 maio 2009.

Contudo, a sobrevivência desses elementos na paisagem é constantemente ameaçada por ações humanas que repetem, ainda nos dias atuais, a ideologia civilizatória colonialista de dominação e transformação radical de elementos da paisagem, como os alagados e igarapés que foram aterrados, dentre os quais o alagado do Piri (Figura10).<sup>10</sup>

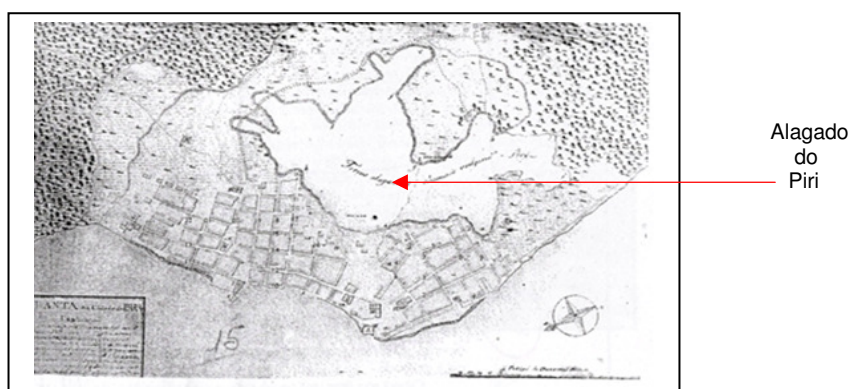


Figura 10: Planta antiga de Belém com o Alagado do Piri.

Fonte: Araújo, 1998, p. 226.

Nas imagens a seguir, pode-se observar um exemplo das transformações de paisagens de Belém pelas quais passaram os igarapés: igarapé em seu estado natural (Figura11):

<sup>10</sup> O Alagado do Piri “era uma área baixa, pantanosa, que se transformava num lago na estação das cheias, e no verão secava” (ARAÚJO, 1998, p.247). Representava um problema de ordem sanitária, em decorrência de suas águas paradas, e um entrave à expansão da cidade no sentido leste. Desse modo, dois projetos foram propostos, na então Belém do século XVIII, para a resolução do problema: o primeiro, do Engenheiro Gronsfeldt, sugeria a manutenção desse elemento geográfico, transformando-o em um lago permanente (ARAÚJO, 1998, p.247). O segundo projeto, do também Engenheiro Teodoro Constantino de Chermont, propunha o ensecamento do Piri, iniciado em 1779 (TRINDADE JUNIOR, 2005,p.21) e concretizado no século XIX (ARAÚJO, 1998, p.253).



Figura 11: Igarapé em seu estado natural.  
Fonte: Pentead, 1968, p. 59.

igarapé das Armas transformado após urbanização (Figura12):



Figura 12: Doca do Reduto  
(antigo Igarapé das Armas).  
Fonte: Pentead, 1968, p.138-140.

e o mesmo igarapé hoje transformado em canal de escoamento de águas servidas, pluviais e esgoto na atual avenida Doca de Souza Franco (Figura13):



Figura13: Avenida Doca de Souza Franco  
(antiga Doca do Reduto).  
Fonte: <Skycrapercity.com>, 2009.

### 1.3 ECOLOGIA DA PAISAGEM E O PAISAGISMO

A Ecologia da Paisagem configura-se como um ramo da Ecologia<sup>11</sup> que considera a paisagem como uma unidade de estudo que serve como base para a compreensão da regularidade, do arranjo, da distribuição e do conteúdo do ecossistema<sup>12</sup> em determinada área geográfica (FERRAZ; VETTORAZZI, 2003).

A Ecologia da Paisagem pode ser compreendida como um conceito metodológico que conduz a um questionamento voltado para o entendimento da estrutura e a dinâmica de paisagens em diversas escalas temporais e espaciais (METZGER, 2001).

Na análise ecológica de uma paisagem, cabe primeiramente entender a estrutura e a inter-relação dos elementos naturais de um determinado sítio. Posteriormente, esse entendimento do sítio poderá embasar o planejamento urbano, que deve compreender o planejamento ecológico da paisagem. Desse modo, a Ecologia da Paisagem supõe o conhecimento prévio dos elementos naturais componentes do sítio, tais como: clima, solo, relevo, elementos hídricos, fauna, flora, etc, e suas relações estruturais e formais.

A Ecologia da Paisagem pode ser adotada no planejamento da paisagem, de modo a proporcionar condições formais e estruturais que respondam à dinâmica ecológica do sítio onde haverá a intervenção do homem e, desse modo, atender as necessidades do equilíbrio ecológico urbano, ou seja, há que se ter a clara noção de que a intervenção paisagística local acarretará, forçosamente, resultados em

---

<sup>11</sup> “Ecologia é o estudo das relações entre os seres vivos e o ambiente em que vivem. O termo ecologia apareceu pela primeira vez em 1866, e é atribuído ao naturalista alemão Ernest Haeckel. Deriva do grego *oikos* = “casa”, e *logos* = “estudo”(BOSCHILIA,2001,p.367).

<sup>12</sup> “Conjunto de seres vivos e do seu meio ambiente físico (biótopo), incluindo suas relações entre si. O conceito de ecossistema é bastante abrangente com relação ao tamanho – uma lagoa, um rio, uma ilha, um oceano pode ser chamado de ecossistema. Assim, uma ilha com sua vegetação, seus animais, seu tipo de solo, seu clima, forma um ecossistema”(BOSCHILIA,2001,p.367).

outras escalas, como a urbana. Seja em um jardim residencial, uma praça, um parque urbano, seja no planejamento territorial da paisagem, o paisagista deverá adotar conceitos e procedimentos ecológicos que integrem seu projeto a um sistema urbano, ou, fazendo uso das palavras de Spirn (1995, p.269), entender “a cidade como um ecossistema”.

Vários estudos e propostas de soluções paisagísticas ecológicas, como a adoção de pisos pré-moldados como facilitadores de uma menor absorção, refração de calor e permeabilidade do solo, podem ser encontrados em cidades mundiais, propostas que se alinham ao conceito de sistema urbano ecológico, adotado pela ecologia da paisagem. Esse conhecimento deve ser buscado pelo arquiteto paisagista, para que assuma as preocupações de um ecólogo da paisagem na busca de conhecimento que embase sua intervenção em uma determinada área espacial por meio do paisagismo.

Metzger (2001, p.2) explica que:

O ecólogo da paisagem tem uma preocupação maior em estudar a heterogeneidade espacial (i.e., relações horizontais), o que contrasta com a visão do ecólogo de ecossistemas, que busca entender as interações de uma comunidade com o sistema abiótico (i.e., relações verticais) num ambiente relativamente homogêneo. A entidade espacial heterogênea, que constitui uma paisagem, engloba aspectos geomorfológicos e de recobrimento, tanto naturais quanto culturais (DELPOUX, 1974). Esta noção visual, espacial e global está profundamente impregnada nas abordagens atuais de ecologia de paisagens.

Nesses termos, a análise do paisagismo amazônico deve procurar observar os aspectos naturais e culturais da paisagem regional, suas relações entre si, bem como as referências consideradas pelo arquiteto paisagista na concepção e na execução do projeto, buscando identificar se há equilíbrio entre a proposta e a realidade, entre os processos ecológicos presentes na região amazônica e os adotados pelo homem. Esse procedimento já embasa algumas práticas

profissionais coerentes com o conceito da Ecologia de Paisagem, como a adotada primeiramente por Burle Marx, para quem a paisagem devia servir como fonte de inspiração para o paisagista, não no intuito de “copiá-la”, mas sim, de extrair dela lições mostradas pela natureza para serem incorporadas ao paisagismo.

Reforçando esse procedimento profissional de Burle Marx, Tabacow (2004, p.90) atesta que:

Os ambientes naturais eram, sem dúvida, mananciais de sugestões para os olhos atentos de Burle Marx: os jardins do Palácio do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) e do Ministério do Exército, ambos em Brasília, evocam as veredas, os renques de buritis que, no cerrado, denunciam o traçado dos córregos, ao se distribuírem ao longo de suas margens. Não são uma imitação, pois não procuram parecer naturais, mas uma homenagem do homem a uma natureza que ele não se cansa de admirar.

A proposta paisagística de grupos de buriti (*Mauritia vinifera*) em composição de Burle Marx (Figura 14)



Figura 14: Composição de buritis em projeto paisagístico de Burle Marx.  
Fonte: Macedo, 1999, p. 95.

como uma “leitura” do cerrado, onde existe a presença em abundância dessa palmeira, o que indica a existência de água no solo, foi igualmente adotada pelos Arquitetos Paisagistas Rosa Kliass e Luciano Fiasch, em Belém, no projeto da Praça do Aeroporto de Val-de-Cães (Figura 15):





Figura 15: Colônia de miritis na praça do Aeroporto de Belém.

Fonte: <Skyscrapercity.com>, 2009.

de forma coerente com a paisagem do sítio onde se encontra o aeroporto, próximo à baía de Guajará, e constituído de áreas alagadiças e igarapés, além de essa espécie vegetal ser também encontrada na Amazônia (Figura16), onde recebe a denominação de miriti.



Figura 16: Colônia de miritis presente na paisagem amazônica.

Fonte: Tabacow, 2004, p. 203.

O paisagismo modernista introduzido por Burle Marx nos anos 1930, na cidade de Recife, em projetos como o da Praça de Casa Forte ou da Praça Euclides da Cunha, rompeu com a tradição de modelos paisagísticos importados e criou jardins que adotaram espécies vegetais de biomas brasileiros, como a Amazônia, a Mata Atlântica e a Caatinga.

Sá Carneiro (2005, p.59) atesta esse momento inicial de Burle Marx no Recife como de ruptura com os modelos importados de jardim:

Traz consigo (Burle Marx) conhecimentos de arte paisagística e de outras artes, como a pintura e a música, adquiridos na Alemanha e em outros países europeus, mais a vontade de romper com essas influências explorando as riquezas locais para criar o jardim moderno, o jardim brasileiro.

Esse fazer profissional está bastante explícito no projeto do Jardim das Cactáceas, de 1935, hoje Praça Euclides da Cunha, no Recife. Nele, o autor se inspira e homenageia Euclides da Cunha - figura emblemática do Modernismo na literatura brasileira - e seu livro, "Os sertões", para criar um jardim onde a vegetação predominante é a do Sertão Nordestino. Como explica Siqueira (2001 *apud* SÁ CARNEIRO; SILVA; GIRÃO, 2003, p. 6-7),

(...) trabalhando uma associação das plantas do sertão – o ecossistema da caatinga – ele prestava uma homenagem a um escritor que em 1902 desvendava traços de nossa cultura, de nossa região até então desconhecida, uma realidade dura e sofrida, mas ao mesmo tempo de grande riqueza cultural. A utilização das cactáceas num jardim público valorizando a paisagem urbana é uma demonstração da preocupação com a cultura, a educação e a ecologia.

Para Burle Marx, o jardim deveria deter a função de higienização, assim como assumir uma função artística e educacional. Nos seus jardins, ele procurou um diálogo com a paisagem da região e dessa forma introduziu no Brasil um traçado novo, moderno, com uma "cara brasileira". Burle Marx entendeu que, para a realização desse "jardim brasileiro", era preciso munir-se de conhecimentos que deveriam ser encontrados na própria paisagem brasileira, como sugeriu em uma de suas palestras: "se devemos atualmente buscar uma referência de jardim moderno, é no Brasil que nos cumpre buscá-la" (LEENHARDT, 2000, p.90).

Burle Marx assumiu, em seus projetos, um maior comprometimento com o estudo da relação ecológica entre a paisagem e o paisagismo. Essa nova proposta

de concepção de jardins no Brasil deu ênfase à formação de um conceito de paisagismo atrelado a um saber cultural e ecológico.

Ainda como exemplo de procedimentos profissionais paisagísticos alinhados ao conceito de Ecologia da Paisagem, o arquiteto paisagista Fernando Chacel denomina sua forma de intervir na paisagem como “ecogênese”,<sup>13</sup> o que se refere à regeneração de áreas degradadas pela facilitação dos processos naturais por meio de propostas e ações antrópicas.

Observando a evolução do paisagismo brasileiro desde Roberto Burle Marx até a primeira década do século XXI, pode-se observar o crescente interesse pelo tema, dos pontos de vista profissional, acadêmico e associativo. Esse interesse pode ser constatado em publicações, como as produzidas em núcleos de pesquisa sobre a paisagem, como a da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) de São Paulo, por meio da pesquisa: Quadro do Paisagismo no Brasil (QUAPÁ), ou o Laboratório da Paisagem, na UFPE; em congressos nacionais e internacionais; na atuação de associações, como a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP).

Já é possível presenciar, há alguns anos, que os novos projetos paisagísticos produzidos no Brasil se estruturam nos conceitos culturais e ecológicos supracitados e que buscam uma relação de equilíbrio ambiental e que se estende à cidade, uma vez que esta representa um elemento vivo e em movimento, e precisa que os elementos que a compõem estejam formando um corpo estruturado, em sintonia e equilíbrio, como na natureza.

---

<sup>13</sup> Segundo Chacel (2004), o conceito de ecogênese “entende o paisagismo, como um gesto, uma medida compensatória e mitigadora dos efeitos negativos gerados pela urbanização. A ecogênese, então, deve ser entendida como uma ação antrópica e parte integrante de uma paisagem cultural, que utiliza para recuperação dos seus componentes bióticos, associações e indivíduos próprios que compunham os ecossistemas originais”. (CHACEL, 2001, p.23).

Nesse ponto, buscou-se averiguar o modo de pensar os novos projetos paisagísticos na Amazônia belenense - diferentemente do passado, quando a práxis determinava a adoção de modelos importados -, no intuito de se identificarem nesses espaços aportes da Ecologia da Paisagem.

É inserido nesse esforço e nessa nova visão que se situa o projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças em Belém.

#### 1.4 O PARQUE E O CONTEXTO URBANO

O arquiteto paisagista Vladimir Bartalini (1996, p.134 *apud* FREITAS, 2006, p.26) mostra o conceito de parque apresentado em pesquisa realizada pela *Cityplan* de Toronto, Canadá:

Um grande espaço aberto ao público, que ocupa uma área de pelo menos um quarteirão urbano, normalmente vários, localizado em torno de acidentes naturais, por exemplo; ravinas, córregos etc, fazendo divisa com diversos bairros. Os limites principais de um parque são as ruas, sua organização espacial (paisagem) urbana apresenta um equilíbrio entre áreas pavimentadas e ambiências naturais. O parque urbano pode abrigar o uso informal, de passagem, caminhos secundários de pedestres, esportes recreativos, centros comunitários, festivais, *play-grounds*, piscinas etc.

No que se refere ao contexto brasileiro, o conceito de parque está estreitamente relacionado com a função que esse equipamento urbano exerce na cidade. Dentre as funções do parque, podem ser exemplificadas: a de saneamento, no que se refere ao nível de pureza do ar, à manutenção de áreas permeáveis, à circulação dos ventos, à preservação da natureza e da vida animal, assim como para o desenvolvimento social do cidadão, por meio da melhoria da sua qualidade de vida, proporcionada pelos fatores ambientais citados, além da promoção de atividades e oportunidades necessárias à vida humana, como, por exemplo, o lazer,

ou, ainda, o fator social, garantido pela geração de trabalho que o parque pode proporcionar.

Esse equipamento urbano deve ter igualmente como função a de promover a educação da população da cidade, seja ambiental, histórica, para garantir, no presente e no futuro, uma relação ecológica entre a cidade e o desenvolvimento do ser humano, condição que está atrelada também à valorização de uma identidade cultural da cidade.

No contexto da cidade de Recife, Sá Carneiro; Mesquita (2000, p. 28) propõem a seguinte definição para parques:

são espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural - vegetação, topografia, elemento aquático - como também edificações, destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas.

Grandes cidades no mundo, mesmo quando atingem altíssimos índices de crescimento urbano, ainda oferecem qualidade de vida aos seus habitantes, graças, em parte, aos projetos de reestruturação urbana que incorporaram à cidade, parques, jardins, praças, espaços públicos, isolados ou constituintes de um sistema de espaços públicos interligados. Isso pode ser testemunhado em cidades como Paris, onde Barozzi (1992) catalogou, em um guia, 400 jardins públicos, incluídos os parques; e Nova York, onde Rogers (2001, p.71) identificou uma estrutura de parques no desenho urbano:

Mesmo através da malha urbana de Nova Iorque, identificamos um padrão – um tabuleiro de damas – de espaços públicos conectados, do pequeno Paley Park até a Praça Rockefeller e o magnífico Central Park.

Em Lisboa, Magalhães (2001, p. 455 - 457) propôs uma estrutura ecológica urbana integrando os espaços considerados indispensáveis ao equilíbrio ecológico

da cidade, em que foram considerados desde espaços verdes de maior dimensão até equipamentos urbanos como estacionamento, áreas de recreio e lazer, que dispusessem de vegetação e permeabilidade, vias arborizadas que funcionassem como corredores verdes, etc.

Em Curitiba, propostas urbanísticas foram pensadas tendo como base a criação de um sistema de parques e praças, interligado por vias de carros, ciclistas e pedestres, a partir das funções estrutural, ecológica e formal dos equipamentos urbanos, contemplando conceitos de:

- a) Continuidade - representa a criação, na cidade, de uma estrutura contínua ecológica por meio de um sistema interligado de parques, denominado “corredor ambiental”;
- b) Diversidade - obtida pela variedade de espécies vegetais e animais endógenos; e
- c) Dimensão - contexto físico adequado ao pleno desenvolvimento da vida animal e vegetal.

Esses conceitos, aliás, são citados por Magalhães (2001, p.457) como “características ecológicas representativas” coerentes com o conceito de ecologia da paisagem.

As propostas de Lisboa e Curitiba são exemplos de soluções de paisagismo estruturadas a partir do objetivo de criação de uma cidade ambientalmente saudável e formada por um conjunto de ecossistemas que é o resultado da influência de interações geológicas, topográficas, edáficas (solo), climáticas, bióticas e culturais em uma dada área.

No caso de Belém, os primeiros parques surgidos foram: o Jardim Botânico do Grão-Pará (século XVIII), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e o Bosque

Rodrigues Alves (1870), denominado a partir de 2002 de Jardim Botânico da Amazônia Bosque Rodrigues Alves. O primeiro, do século XVIII, foi criado para a aclimação de plantas exóticas e para ampliar o conhecimento das nativas (SEGAWA, 1996), e os demais, do século XIX, estavam vinculados a propostas de saneamento e embelezamento da cidade.

A intenção ecológica de promoção da qualidade ambiental urbana, por meio da criação de grandes espaços arborizados, surgiu mais recentemente, no século XX, com a criação de outros parques públicos, que se estendem à Região Metropolitana de Belém (RMB), como: o Parque Ambiental do Utinga (1993); o Parque Ecológico do Município de Belém (1998); o Parque da Residência (1998); a Reserva Ambiental do Paracurí (sem criação oficial na Região Metropolitana), e o Parque Naturalístico Mangal das Garças (2005).

Os parques mais frequentados pela população de Belém e que fazem parte do referencial urbano cotidiano da cidade são os de dimensões mais tradicionais, como o Museu Goeldi e o Bosque Rodrigues Alves, e agora os mais recentes, o Parque da Residência e o Parque Naturalístico Mangal das Garças. Estes últimos configuram, em separado, uma área correspondente, no máximo, à área do quarteirão urbano, cuja organização das paisagens culturais será tratada, de forma mais detalhada, nos Capítulos 2 e 3.

A razão para tal aceitação - apesar do não atendimento, em parte, por esses parques, de critérios definidos pelo conceito de parque apresentado por Bartalini (1996) e por Sá Carneiro; Mesquita (2000), no que se refere, por exemplo, à possibilidade da prática de esportes - parece estar no simples fato de esses parques serem os únicos, dentre os citados, em Belém, a oferecer uma melhor infraestrutura para a visitação pública.

Particularmente nos casos do Museu, do Bosque, do Parque da Residência e do Mangal, eles foram criados como áreas de preservação ambiental, destinadas a estudos ambientais, além de espaços para o passeio e a contemplação da natureza. Quanto aos parques de maiores dimensões, como o Parque do Utinga (1.340 ha), estes ainda não possuem infraestrutura, interna e externa, que lhes possibilitem a adoção como local de frequência pela população, o que faz com que essas áreas se tornem suscetíveis a usos outros não relacionados com o conceito de parque, e que sofram agressões ao seu meio ambiente, correndo até mesmo o risco de ter suas áreas tomadas por invasões urbanas, como já acontece no Parque do Utinga.

Além da falta de infraestrutura interna, os parques da RMB não oferecerem à malha urbana da cidade a estrutura “verde” identificada por Roger (2001) em Nova York, e empreendida por Jaime Lerner, em Curitiba, ou Magalhães, em Lisboa.

Desse modo, o necessário planejamento verde para Belém, respaldado na legislação e em uma política eficiente de controle, impõe-se como medida para que se evite a expansão urbana descontrolada e o conseqüente desaparecimento das áreas verdes ainda preservadas na cidade e nas áreas que abrangem a RMB, como, aliás, já vem gradativamente ocorrendo, além do Parque do Utinga, nas margens do rio Guamá, em situação oposta à cidade de Belém, na ilha do Combu.

Desse modo, o estudo de caso do Parque Naturalístico Mangal das Garças se mostra como um caminho no intuito de se avançar no reconhecimento de um parque, construído em Belém neste início de século, com base em critérios ecológicos e culturais associados à região amazônica, e que, a partir desse pressuposto, ele venha contribuir para o surgimento de outros espaços livres públicos que, associados aos já existentes, possam viabilizar, no futuro, propostas



de estruturação de um sistema verde, como forma de salvaguardar a paisagem característica regional, sobretudo a de rio e da floresta, bem como manter a qualidade do meio ambiente e da vida da população.

## **CAPÍTULO 2 A PAISAGEM AMAZÔNICA NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE BELÉM: DO SÉCULO XVII AO SÉCULO XXI**

O presente capítulo trata da descrição histórico-cronológica do paisagismo implantado em Belém, desde o primeiro momento da fundação da cidade, no século XVII, até o início do século XXI. Para tal, será feito um breve “passeio histórico” pelos espaços livres públicos de Belém que foram objeto de intervenções de paisagismo. Procurou-se identificar, nesses espaços, elementos que atestassem a presença da paisagem amazônica. No relato a seguir, procurou-se associar a existência dos objetos encontrados nessas paisagens construídas aos contextos econômico, político e social da cidade.

No começo, para os habitantes locais, os índios Tipinambás, nativos habitantes da região na época da fundação de Belém, a Amazônia era somente a mata, a água dos rios, a chuva, o céu, o dia e a noite, os animais, as plantas, os deuses ligados à natureza.

Para os europeus recém-chegados, a floresta desconhecida significava riquezas a serem exploradas, muitas riquezas, tantas e tão ilimitadamente imaginadas que, como que por feitiço, nobres e comuns, se lançaram à aventura da conquista, ocupação e exploração da nova terra.

Chambouleyron (2009, p.3) diz que:

A dominação portuguesa da Amazônia durante o século XVII significava seguramente uma múltipla ocupação militar, religiosa e econômica. Esta última foi identificada pela historiografia com os esforços dos portugueses na busca pelas drogas do sertão e pelos escravos indígenas e com a atividade das ordens missionárias, principalmente a jesuíta.

Dentre as três ocupações citadas, a ocupação da Amazônia deveu-se, desde o primeiro momento, à consolidação da posse da terra e à busca de riquezas que a região sugeria.

Após a tomada de São Luís dos franceses, em 1615, os portugueses, comandados por Francisco Caldeira Castelo Branco, partiram, no dia de Natal, em direção à foz do rio Amazonas, com o objetivo de ali estabelecer uma fortificação. Em 12 de janeiro de 1616, fundaram o Forte do Presépio na nova região, denominada “Feliz Lusitânia”, local original e a partir do qual se desenvolveu a cidade de Belém.

A escolha do sítio onde a povoação Feliz Lusitânia – primeira denominação de Belém - foi implantada seguiu critérios militares de defesa da região contra novas investidas de conquistadores na Amazônia. O local selecionado era caracterizado por um “teso”, uma espécie de terraço plano, com cota de cerca de 8 a 10 metros (PENTEADO, 1968, p. 54), circundado ao norte e a oeste pela baía de Guajará, ao sul pelo rio Guamá, e pelo lado continental pelo alagado do Piri.

Após a fortificação, a cidade desenvolveu-se junto à baía de Guajará, e desde então sempre estabeleceu uma relação utilitária com a mesma, predominantemente comercial, mantida até nossos dias, como atestam Penteado (1968), Trindade Junior (2005) e Marin (2005).

Nesse momento, o foco de interesse era a terra a ser explorada, e o rio era “visto” como um meio utilitário para o desenvolvimento da vida cotidiana do povoamento e como caminho de chegada, penetração na região e partida de exploradores e riquezas exploradas.

Essa relação inicial dos portugueses com o rio nos primórdios da colonização é atestada em Araújo (1998, p.83), em uma das referências mais antigas

encontradas sobre a formação urbana de Belém: uma carta de Maria Cabral, mulher de Castelo Branco, em que ela faz sucessivas referências ao rio, comprovando sua importância crucial nos primeiros tempos da Belém.

Dona Maria Cabral molher do capitão mor Franc.<sup>o</sup> Caldeira de Castelbr.<sup>o</sup> primmr.<sup>o</sup> descobridor, conquistador e povoador deste Grão Pará, famozo Rio das Amazonas, e seu procurador qu'ella mandou fazer huas cazas grandes no sítio desta cidade de Belém, pela frente de Leste sobre o Rio, as quais são as primeiras de telha que aqui se fizarão. E tem armado em madeiral outros appouzentos nos mesmos chãos, os quais começam junto ao pé da Arvore grande E corre pla Rua do Norte contra o Sul até outros aposentos que já estão em madeirados dentro da dita serca E vão dar no Rio e Porto de que oje serve a gente q he nas ditas cazas os quais chãos e serca tem de comprimento pela face da Rua do Norte e Sul 40 braças E dahy Rumo até o Rio (ARAÚJO, 1998, p. 83).

Esse relato contém uma referência a um “pé” de uma grande árvore que parece ter sido mantida quando da abertura da clareira e construção das primeiras edificações na Belém do séc. XVII. Esse gesto, que para o século XVII se configuraria como um simples gesto de manutenção de um vegetal, motivado simplesmente pelo apelo estético do vegetal ou pelo conforto ambiental proporcionado pela árvore, pode ser suposto, neste século XXI, como um gesto simbólico de consciência ecológica e de respeito à natureza e à paisagem locais.

Após a fundação da cidade de Belém, em 1616, inicia-se o processo de ocupação e expansão urbana da cidade. Com eles, emerge também o processo de implantação de espaços públicos abertos, que, a partir de agora, terão suas paisagens descritas e analisadas cronologicamente, considerando-se os contextos histórico e urbano em que foram criadas.

## 2.1 O PERÍODO COLONIAL: A PRAÇA DA SÉ E A PRAÇA DO PELOURINHO

Passado o primeiro momento da ocupação, a cidade começa a crescer no sentido sul. Segundo Araújo (1998, p. 83):

Em 1619, constrói-se a igreja matriz em frente ao forte, estabelecendo uma relação directa com este e marcando a forma da praça, ao delimitar o lado do polígono que a deveria definir.

A praça a que se refere Araújo (1998) surgiu a partir de uma clareira aberta na mata delimitada entre o Forte do Castelo, o Hospital da Província, a Rua do Norte, a Igreja Matriz e o Colégio dos Jesuítas, conforme se vê na Figura 17, que mostra os monumentos que determinaram o traçado ortogonal à praça: 1. Baía de Guajará; 2. Muro do Forte; 3. Hospital Militar; 4. Colégio dos Jesuítas; 5. Clareira onde surgiu o primeiro espaço público de Belém. A imagem mostra também parte da população reunida nesse espaço – o que o caracteriza como público - para ver a tentativa de inflagem do balão Santa Maria de Belém.

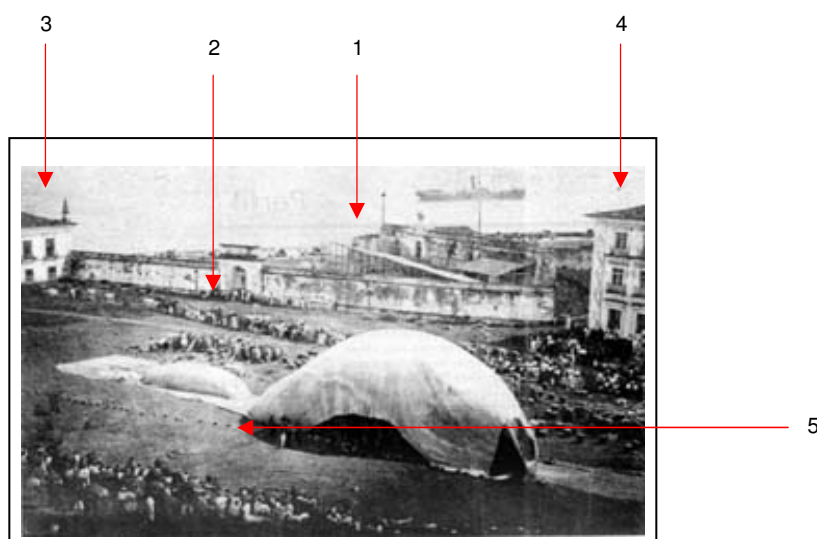


Figura: 17 - Primeiro núcleo urbano de Belém.  
Fonte: <Vitruvius.com>, 2009.

Para Araújo (1998, p. 64),

A valorização dos espaços-praça não é original e marca sensivelmente o mecanismo instalador dos espaços coloniais e, inclusive, é a mais evidente representação espacial do poder do colonizador. É pela praça que se dá início aos núcleos, é na praça que se instala o pelourinho e é na praça que se condensam os edifícios principais.

De fato, como mostra a imagem do primeiro espaço livre de Belém, o espaço entre a igreja Matriz e o forte era “o centro do pequeno agrupamento, seu primeiro vazio urbano, lugar de encontro e de trocas sociais” (DERENJI, 2001, p.188). O local onde seria construída a primeira praça de Belém – denominada, em 1619, Praça da Sé e, posteriormente, Praça da Matriz (DERENJI, 2001) e hoje, Praça Frei Caetano Brandão -, denota as diretrizes da morfologia urbana que iriam fortalecer-se ao longo dos próximos anos de expansão da cidade, caracterizada por uma forma de ocupação voltada para o continente, desconsiderando a possibilidade de associação dos espaços livres urbanos com a paisagem fluvial.

A praça foi delimitada pela Rua do Norte, primeira rua “aberta” em Belém, e pelas construções do Forte do Castelo, da Igreja da Sé e de Santo Alexandre, e por construções residenciais e comerciais. Segue o modelo colonial português de implantação urbana nas colônias, no qual a praça era o centro irradiador da vida local, estando circundada pelas construções mais importantes da localidade, em geral associadas ao poder vigente, como a sede do governo, a igreja católica e a fortificação militar, segundo Araújo (1998); Derenji (2001).

A Praça da Sé, na primeira metade do século XVIII, continha em seu centro um pelourinho, símbolo do poder colonial. Esse originou uma polêmica entre o Governo e a Igreja que o considerava inapropriado para ocupar o mesmo espaço da praça onde se desenvolviam as procissões da Igreja, fato que desencadeou a

transferência do mesmo para outro local, mas somente na segunda metade do mesmo século, com a construção da Praça do Pelourinho (ARAÚJO, 1998, p.202).

Vale ressaltar que a referência à Praça da Sé, neste trabalho, não se justifica pela presença de elementos associados à paisagem natural amazônica, mas, ao contrário, ela ilustra a outra face do processo de implantação e expansão da cidade de Belém, que perdurou, e em grande medida ainda perdura, até o presente, e que se traduz pela ausência de um projeto que adote os elementos naturais na construção da cidade.

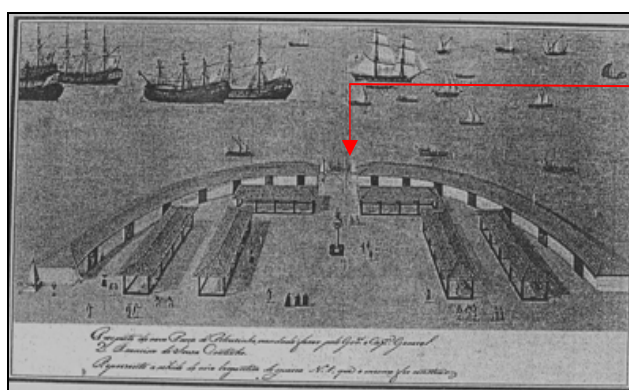
A Praça da Sé, atualmente denominada Praça Frei Caetano Brandão, apresenta um desenho poligonal, dividido em dois eixos ortogonais que se cruzam formando quatro canteiros com circulações nos mesmos. No centro da praça encontra-se a estátua do religioso.

Segundo a proposta teórica deste trabalho, essa praça assume o *status* de paisagem histórico-cultural amazônica por ilustrar a paisagem construída na Amazônia pelo colonizador, além de representar o traçado geometrizado inspirado no paisagismo francês, como vê-se na foto antiga da praça (Figura 18).



Figura 18: Praça Frei Caetano Brandão.  
Fonte:<picasaweb.google.com>, 2009.

A Praça do Pelourinho (Figura19), construída no século XVIII, sob o governo de Mendonça Furtado (Governador do Grão-Pará e Maranhão), e não mais existente na paisagem de Belém, foi configurada com um traçado em forma de semicírculo, que avançava sobre o rio para onde se encontrava aberta. A praça era delimitada em suas extremidades por construções simples, provavelmente utilizadas como “depósitos” de escravos, e continha em seu centro o Pelourinho que, por meio de um eixo ortogonal se articulava com a cidade e ao rio, eixo composto por uma passagem aberta entre as construções (ARAÚJO, 1998, p. 207). Para o contexto histórico da época, essa abertura tinha um significado meramente funcional: de ligação entre o rio e a cidade para viabilizar o desembarque de escravos na praça.



Abertura da Praça do Pelourinho para a Baía de Guajará

Figura 19: Praça do Pelourinho, com abertura para a baía de Guajará.  
Fonte: Araújo, 1998, p. 210.

A Praça do Pelourinho é considerada por Araújo (1998, p.211) como: “a mais significativa intervenção urbana em Belém durante a gestão de Mendonça Furtado”. Essa praça retrata, como a Praça da Sé, a forma da cidade de Belém, “de costas para o rio”, adotada desde seus primeiros tempos e que irá repetir-se ao longo dos anos até a segunda metade do século XX.



## 2.2 O PROJETO ILUMINISTA NA AMAZÔNIA: O JARDIM BOTÂNICO DO GRÃO-PARÁ

O período iluminista na Amazônia, no século XVIII, refere-se ao modelo de gestão política e desenvolvimentista urbano levado a cabo nas colônias portuguesas pelo poderoso ministro do Rei D. José, o Marquês de Pombal.

O ministro promoveu, sobretudo em Belém, importantes trabalhos de melhoramentos urbanísticos nas cidades da Amazônia durante a gestão de seu meio-irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1758) e de Manuel Bernardo de Melo e Castro (1759-1763), Governadores do Grão-Pará e do Maranhão.

O desenvolvimento segundo os moldes europeus da Belém do século XVIII foi, em parte, possível graças ao valoroso trabalho de técnicos que o ministro fez vir da Europa (1753), com a tarefa de realizarem medições astronômicas e de marcação de fronteiras, dentre os quais se destaca a figura do arquiteto bolonhês Giuseppe Antônio Landi, responsável por uma boa parte das obras arquitetônicas desse período, como igrejas, palácios, residências. Landi desenvolveu, ainda, por encomenda do governador Mendonça Furtado, um trabalho de descrição e desenho de espécies animais e vegetais da Capitania do Grão-Pará, conforme diz Araújo (1998, p.230): “Chegado à Amazônia, o governador encomenda-lhe, inicialmente, um levantamento naturalista da região, encarregando-o do desenho de plantas e animais”.

O período de desenvolvimento da Amazônia, sob o governo do Marquês de Pombal, passou a ser modernamente denominado, pela sua importância e em alusão ao período iluminista, de “período pombalino” (DERENJI, 2001, p.187). Pertencente a esse período, foi estudado o Jardim Botânico do Grão-Pará.

Em fins do século XVIII, um fato novo configura-se de importância para o desenvolvimento do paisagismo em Belém e principalmente para os estudos botânicos científicos brasileiros: a criação em Belém (1798), Olinda (1811) e Rio de Janeiro (1858) dos primeiros jardins botânicos no Brasil. Segundo Sanjad (2006, p.253),

Podemos entender como parte desse movimento a criação da rede luso-brasileira de jardins botânicos. Ela começou a ser formada em 1796, quando D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), Ministro da Marinha e Ultramar do Príncipe D. João, expede carta circular ordenando a construção de hortos botânicos em vários pontos do Império, destinados à “educação das plantas”, como então se dizia. No Brasil, recebem essas cartas os governadores do Grão-Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Goiás, mas somente um deles conseguiu criar o horto e mantê-lo funcionando por um período relativamente longo. Trata-se de D. Francisco de Souza Coutinho, Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro- e irmão de D. Rodrigo.

Para Segawa (1993), após a experiência na capitania do Grão-Pará, outros jardins botânicos seriam implementados em outras capitanias:

Essa primeira experiência abriria caminho para a ordenação de novos recintos com a mesma finalidade, mediante o Aviso Régio de 19 de novembro de 1798, expedido com o mesmo teor aos capitães gerais das capitanias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo – recomendando a organização de jardins botânicos nas respectivas jurisdições, tendo como modelo e repertório de plantas o horto de Belém,...” (SEGAWA, 1993, p.113).

Em geral, o traçado proposto para os jardins botânicos brasileiros era simples: ortogonal, dividido em quadrantes, com circulações centrais, formando uma cruz romana, com um poço no centro, e com canteiros intermediários, onde eram produzidas as espécies.

Sobre o Horto Botânico implantado em Belém, Segawa (1993, p. 115) afirma:

A mais completa descrição e crítica desse jardim foi feita por Antônio Ladislau Monteiro Baena, em seu Ensaio corografico..., publicado em 1839: O Horto Botânico, que foi estabelecido em 1798 em virtude da Carta Régia de 4 de Novembro de 1796, é um espaço quadrado de cinquenta braças (1 braça = 2,20 m [sic]) em cada quadra nas terras de São José pertencentes à Fazenda Real por doação de Hilário de Souza e sua Mulher todo cingido de valado com tapume vivo de limão, cujo centro um poço ocupa com

parapeito de alvenaria, que o contorna; o qual era coberto por um grande teto de telha acoruchado, e do qual por meio de uma bomba se fazia irrigação das plantas. Da casa deste poço pavimentada de ladrilho vermelho e alvo e guarnecida de poiais partem renques de plantas domésticas e forasteiras já climatizadas, que se cruzam com outras, e dentro dos quadriláteros, que elas formam, existiam latadas e bosquetes de várias flores, que em torno adereçavam o espaço interior, e também algumas drogas necessárias ao homem que prova desmancho na saúde.

A criação de jardins botânicos assumiu papel importante no paisagismo brasileiro, pelo fato de eles possibilitarem estudos de aclimação de espécies exóticas para a sua utilização em jardins públicos no país, além de criarem a possibilidade de conhecimento científico e de desenvolvimento comercial das espécies nativas das regiões.

Desse modo, segundo Sanjad (2003, p. 3), o Jardim Botânico do Grão-Pará,

De acordo com os planos de D. Francisco, foi organizado não apenas para a aclimação de espécies exóticas mas também para a domesticação das espécies nativas, incluindo madeiras de lei. Nesse sentido, o governador pretendia ver cultivadas as plantas conhecidas como “drogas do sertão”, bem como as preciosas madeiras utilizadas na construção civil e náutica, substituindo, portanto, o extrativismo pela agricultura, com evidentes ganhos de produtividade.

Idéia de uso comercial e industrial das madeiras da Amazônia que remonta o século XVII, como atesta Araújo (1998, p.214):

Não era nova a idéia de se montar uma estrutura de construção naval na Amazônia, que aproveitasse as excelentes e infindáveis madeiras da região. Já no século XVII (1644) o lisboeta João de Almada oferecera-se para ir para o Pará fazer barcos, notando que (...)

Outro fator que atesta a importância do Jardim Botânico do Grão – Pará é que, a partir dele, foi possível, como já dito, o surgimento de outros projetos nas diversas províncias, o que pode aumentar o intercâmbio de espécies vegetais entre a Guiana Francesa, o Norte, o Nordeste e o Sudeste do Brasil. Essa prática se tornou possível graças à tomada da Guiana Francesa pelas tropas de D. João VI e ao recolhimento, no Horto *La Gabrielle*, de Caiena, capital da Guiana, de uma

grande quantidade de espécies vegetais nativas da Amazônia e exóticas, como atesta Sanjad (2006, p. 268-269):

A primeira remessa de Caiena foi realizada no final de 1809, para Belém. Foi o administrador de *La Gabrielle*, Joseph Martin, quem assinou a lista de plantas e as instruções para o plantio. Nela vieram, dentre outras, a noz-moscada (pelo visto, pela primeira vez introduzida no Brasil), caneleiras, carambolas, “árvore do pão d’Otaiti”, “moringueiras”, cravo da Índia, “groselheira da Índia”, pimenteira, bilimbi, “litihí”, “bananeira d’Otaiti”, sapoti, “nogueira de Bancoul” e “cana d’Otaiti”, espécie que passou no Brasil a ser conhecida como “cana caiena” ou “caiiana”. No total, 82 espécies foram embarcadas em seis caixas. Na relação das plantas, Martin aproveitou para fazer alguns comentários sobre a história do cultivo de algumas espécies e mesmo sobre os usos que se lhes podia dar.

As plantas enviadas de Caiena para Belém eram aclimatadas e seguiam para o Jardim Botânico de Olinda, onde permaneciam para nova aclimação, antes de seguirem viagem para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Lá passariam por um novo período de aclimação, seriam objeto de estudos agrícolas e botânicos, notadamente as exóticas, para depois serem usadas para vários fins, dentre os quais, o paisagismo.

Observa-se que, nesse momento histórico, a introdução do paisagismo em espaços públicos nas cidades brasileiras, viabilizada por meio da implantação de hortos e jardins botânicos, articulava vários interesses: o político, uma vez que o surgimento desses espaços públicos se originou de decretos imperiais; o científico, pelo estudo das plantas nativas exóticas; o estético, pelo embelezamento dos logradouros públicos, e o comercial, pelas possibilidades de comércio das especiarias e madeiras nobres com outros países europeus.

Esse momento inicial da botânica e do paisagismo no Brasil, representado pela implantação de jardins botânicos, possibilitou, na província do Grão-Pará, a preocupação com a identificação, o manuseio e a manutenção de espécies da

natureza local, os quais eram cultivadas no jardim botânico e provavelmente adotadas nos jardins públicos ou privados de então.

### 2.3 A BELLE ÉPOQUE: A PRAÇA BATISTA CAMPOS E O BOSQUE RODRIGUES ALVES

Na Amazônia, a *Belle Époque* marca um período de fortes repercussões econômicas, políticas, culturais e sociais, proporcionado pela extração, manufatura e exportação para a Europa e Estados Unidos da goma elástica extraída da seringueira amazônica (*Hevea brasiliensis*), notadamente entre o período que vai de 1870 a 1910.

Esse período marca, igualmente, o crescimento do processo de urbanização e a implantação de uma série de melhorias urbanas na cidade de Belém, possibilitados pela riqueza oriunda da exploração econômica dessa matéria-prima, extraída da natureza.

Datam desse período várias obras de saneamento, abertura de ruas e avenidas, construção de edifícios públicos para a prestação de serviços à “sociedade”, edifícios para o desenvolvimento das artes, como o símbolo máximo na cidade nesse período faustoso, o Teatro da Paz, além da construção e do remodelamento de um considerável número de logradouros públicos destinados ao lazer e à contemplação da natureza.

Em Belém, esses espaços livres públicos foram criados sob a forma de praças, bosques, horto, jardins, avenidas, cemitério, e adotavam, em sua totalidade, um traçado paisagístico eclético, reunindo influências dos jardins ingleses e franceses. A totalidade desses empreendimentos teve como referencial as propostas

urbanísticas europeias, principalmente as executadas na Paris Haussmaniana do século XIX.

Esses investimentos públicos em Belém, do final do século XIX ao começo do século XX, puderam concretizar-se graças à riqueza oriunda da borracha, mas também pela vontade ideológica e política de homens como o Intendente de Belém, Antônio Lemos.

Os espaços de caráter paisagístico pensados e criados nos moldes do paisagismo europeu, como os jardins franceses e ingleses do século XIX, incorporaram à cidade ares de cidade desenvolvida, quando nessa época Belém já atingira um desenvolvimento superior ao do Rio de Janeiro, o que teria levado, segundo se conta, o então prefeito do Rio, Pereira Passos, a proferir a seguinte frase ao Intendente de Belém: “Eu começo a fazer na minha cidade o que Vossa Excelência já fez na sua” (SARGES, 2000, p.115).

O Intendente de Belém, como era chamado, era possuidor de um grande talento de administrador e urbanista. Apaixonado pela cidade, desejou fazê-la uma cidade progressista. Entre 1897 a 1910, Lemos não poupou esforços para atingir seu intento e orgulhar-se de seus feitos, estes descritos em relatórios de prestação de contas de sua administração, como pode ser observado em seus escritos acerca do paisagismo em Belém:

Tenho legítimo orgulho em proclamar a beleza dos jardins de Belém. Os mais ilustrados viajantes nacionais e estrangeiros, fazendo sem restrições a apologia d'esses magníficos pontos da nossa capital, consagraram já a excelência do systema por mim adoptado. Todas as praças, com effeito, ostentam, pela exuberância da vegetação rica e viridente, pela cultura methodica e aprimorada das plantas, uma feição de consoladora e amena frescura, realçada pela variedade das flôres desabrochando em admirável polychromia (O MUNICÍPIO DE BELÉM, 1903, p.158).

As propostas paisagísticas adotadas em Belém durante esse período de grande influência dos modos de vida europeu na Amazônia, além de algumas

características clássicas, como o traçado em cruz, assumiram, graças ao modelo eclético, um perfil, em parte, que se assemelha à paisagem local, caracterizada pela presença da densa floresta.

Nas propostas belenenses, essa caracterização amazônica foi possível graças à valorização da paisagem local, como a adoção de espécies vegetais nativas adotadas pelo paisagismo, como sucedeu na Praça Batista Campos, e a manutenção de um trecho de mata nativa, no Bosque Rodrigues Alves.

A Praça Batista Campos foi edificada em homenagem ao Cônego Batista Campos, um dos principais personagens da Cabanagem,<sup>14</sup> e inaugurada em 14 de fevereiro de 1904. Segundo Robba; Macedo (2003, p. 88), o projeto da praça “reuniu as duas vertentes de projetos ecléticos, misturando o traçado em cruz das escolas clássicas com a sinuosidade do desenho romântico”.

A praça é dividida geometricamente em quadrantes por dois eixos principais que convergem para um ponto central. Em meio aos quadrantes, o desenho é mais livre, orgânico, com caminhos sinuosos entrecortados por um riacho (na planta, em azul escuro), e que repetem as formas encontradas na natureza (Figura 20).

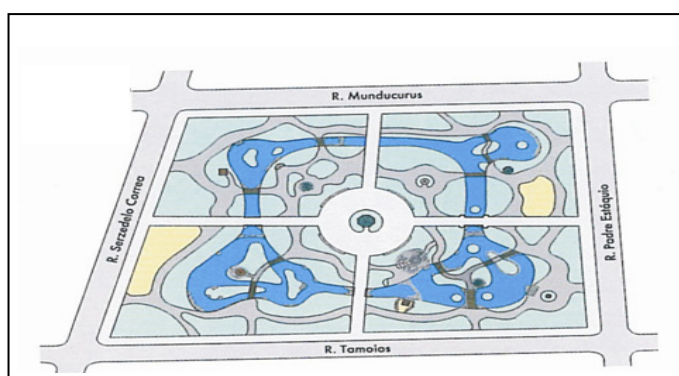


Figura 20: Praça Batista Campos:  
Modelo de paisagismo eclético na Amazônia.  
Fonte: Macedo, 1999, p. 48.

<sup>14</sup> A Cabanagem (1835-1840) foi a revolta na qual negros, índios e mestiços se insurgiram contra a elite política e tomaram o poder no Pará. Dentre as causas da revolta, salientam-se a extrema pobreza das populações ribeirinhas e a irrelevância política à qual a província foi relegada após a independência do Brasil. Disponível em: <wikipedia.org.>. Acesso em: 05 jun. 2009.

Um aspecto sugerido pela Praça Batista Campos, que remete o visitante a associá-la a aspectos naturais da paisagem amazônica, diz respeito à proposta de “reprodução” de paisagens naturais bucólicas, com a criação de espaços românticos dotados de reproduções artificiais de elementos da natureza, como troncos, pedras, cursos d’água, etc., além da variedade arbórea nativa ou exótica proposta para o espaço.

A proposta arbórea da praça, com vegetações que já atingiram portes correspondentes ao desenvolvimento pleno da planta, possibilitou a afluência às árvores de alguns exemplares de aves encontradas na Amazônia, como a garça branca e o periquito, que pernoitam nas copas dessas árvores. Hoje, diante do que restou da proposta inicial - “o projeto inicial possuía nada menos que 105 espécies vegetais, entre arbustos, ervas e árvores da flora nativa” (ROBBA; MACEDO, 2003, p.88) - observa-se que parte das espécies arbóreas sugeridas no paisagismo conseguiu atribuir à praça uma aparência que leva a associá-la à vegetação da floresta amazônica, como a samaumeira (*Ceiba pentandra*), que parece ter atingido altura e tronco semelhante à de suas congêneres encontradas na floresta, que atingem alturas de até 50 m e diâmetros do tronco de 1.60 m, ou os açazeiros (*Euterpe oleracea*), que, apesar de não se encontrarem em seu *habitat* característico de várzea já atingiram porte semelhante ao dos açazeiros encontrados às margens de rios na Amazônia, e espécies exóticas, como a mangueira (*Mangifera indica*).

Destaca-se ainda na Praça Batista Campos a presença do guarda-corpo da ponte, em acariquara (*Minquartia guianensis*) (Figura 21), adotado como recurso para expressar, por meio de formas e materiais, naturais ou de reprodução, o romantismo no paisagismo, igualmente buscado pelo jardim anglo-francês.





Figura 21: Praça Batista Campos:  
Guarda-corpo em acariquara.  
Fonte: <Skyscrapercity.com>, 2009.

No lago da Praça, observa-se a presença de peixes da região, de pequeno e médio porte. Podia-se há alguns anos observar o pirarucu, o maior peixe da região, que pode atingir até 3 metros de comprimento, peixe que é um dos maiores símbolos representativos da fauna e da cultura amazônica. Seu nome popular tem origem no tupi-guarani e significa pira: peixe, e rucu ou urucum: vermelho, ou seja, peixe com escamas vermelhas. Entretanto, há alguns anos, talvez em decorrência da pobreza, da falta de consciência ambiental, ou ambas, que estão atreladas - como sugeriu a primeira-ministra da Índia, Indira Gandhi, ao se pronunciar durante a Conferência de Estocolmo (1972), defendendo a ideia de que a degradação ambiental está associada à pobreza - a presença do pirarucu no lago da Praça Batista Campos foi suprimida pela Prefeitura de Belém, haja vista as ameaças de “pesca” do peixe pela população, que passou a considerar aquela não mais como um elemento compositivo e educativo do paisagismo na Amazônia, mais sim, como um recurso alimentício.

Dos exemplos citados de elementos da paisagem amazônica presentes na Praça Batista Campos, de fato, a maior força atrativa desse logradouro público é a sua associação com o ecletismo, modelo arquitetônico e paisagístico de grande presença em Belém, nesse período, representado por elementos presentes no

paisagismo da praça, como o mobiliário em ferro importado *da* Inglaterra, França, Bélgica, que podem identificar uma paisagem de um momento histórico e cultural na Amazônia, a *Belle Époque*.

Conforme Macedo (1999, p. 49):

A Praça Batista Campos, reinaugurada em 1904, após uma grande reforma que transforma totalmente um campo, plantado com mangueiras, em um dos mais significativos exemplos de arquitetura paisagística eclética brasileira.

Quanto ao Bosque Rodrigues Alves, outro exemplar do paisagismo da *Belle Époque* em Belém, antes denominado Bosque do Marco da Léguas, foi criado por meio de lei presidencial de 22 de setembro de 1870 (Álbum do Pará, 1902 *apud* SEGAWA, 1996, p.208). Após um período de decadência o logradouro foi reaberto em setembro de 1903 após uma remodelação promovida pela intendência de Antônio Lemos (SEGAWA, 1996, p. 208).

O Bosque Rodrigues Alves ocupa uma área de mata nativa de 15 ha, dividida em 4 quadrantes e 112 canteiros irregulares. Dessa área, 80% são compostos de cobertura vegetal preservada, com inúmeras espécies representativas da floresta amazônica e algumas espécies exóticas ali plantadas posteriormente, perfazendo um total de 5.000 espécies vegetais.

O Bosque, de traçado eclético, foi construído em uma área de expansão urbana no limite da primeira légua patrimonial urbana de Belém, e se constituiu em uma importante reserva natural de espécies vegetais da floresta de terra firme do estuário amazônico. Em 2002, elevado à categoria de jardim botânico, teve seu nome alterado para Jardim Botânico da Amazônia Bosque Rodrigues Alves. Hoje seu uso, além do contemplativo, destina-se à pesquisa e à educação ambiental.

Essa pequena mata preservada contém, como a Praça Batista Campos, características paisagísticas identificadas por (MACEDO, 1999, p. 23) como “traços ecléticos clássicos e românticos do jardim francês e do jardim anglo-francês”.

Os eixos principais formam uma cruz latina, que converge para um ponto central, a clareira e o lago, e divide os espaços em quatro quadrantes ortogonais (modelo francês). Em cada quadrante os caminhos e canteiros são irregulares, orgânicos (modelo anglo-francês), conforme é visto em sua planta (Figura 22).

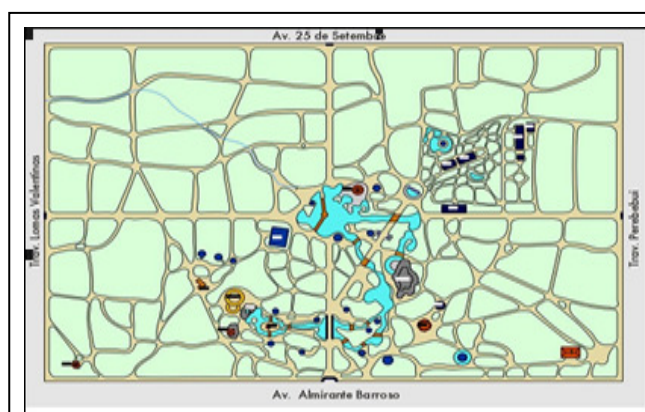


Figura 22: Planta Geral do Bosque Rodrigues Alves.  
Fonte: Macedo; Sakata, 2003, p.73.

Identifica-se outras expressões paisagísticas culturais no Bosque Rodrigues Alves, como o piso, em terra batida; as pontes, lago (Figura 23) e grutas em cimento armado, reproduzindo materiais naturais, como a madeira; mobiliários em ferro, com desenhos estilizados de animais ou plantas; malocas que lembram a oca indígena.

A preservação dessa pequena floresta nativa amazônica oferece à cidade de Belém e à sua população benefícios ambientais, como a amenização do clima; de lazer, educacionais e científicos, possibilitados pelo uso dessa mata para fins educativos e de pesquisa, pelos estudos e usos da matéria-prima da mata, que permite o desenvolvimento, por exemplo, da farmacologia.



Figura 23: Passeio domingueiro no lago do Bosque Rodrigues Alves.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

#### 2.4 O PAISAGISMO MODERNISTA: A PRAÇA KENNEDY

Um dos pioneiros do paisagismo modernista brasileiro, nos anos 1950, foi Roberto Burle Marx ao introduzir nos jardins do edifício do Ministério da Educação e Saúde, hoje Palácio Gustavo Capanema, uma expressão abstrata no desenho de jardins, coisa até então inédita no paisagismo no Brasil.

Graças à sua formação de desenhista e pintor, Burle Marx introduziu no paisagismo um desenho que se caracteriza pela sinuosidade das formas, pela utilização de espécies da vegetação nativa brasileira, proposta iniciada nos projetos da Praça de Casa Forte e Euclides da Cunha, no Recife, nos anos 1940, o que caracteriza o paisagismo modernista brasileiro.

Nos anos 1950, em Belém, o paisagismo aproximou-se da estética modernista norte-americana. Essa estética era caracterizada por apresentar proposta clara, ordenada, minimalista, visualmente “limpa”, de leitura simples, configurando o traçado modernista, geometrizado, com composição de formas simétricas e assimétricas e predominância do monocronismo.

Esse “estilo paisagístico”, adotado na Praça Kennedy em Belém, alinhou-se com o ideal de modernização e desenvolvimento do país, por meio da industrialização, que viabilizou a sua introdução no Brasil pela adoção, principalmente na arquitetura, de novos materiais e técnicas construtivas.

O paisagismo modernista, adotado em alguns espaços públicos de Belém, parece à primeira vista incoerente para a região amazônica, mas sob outro ponto de vista, demonstra uma relação morfológica com a floresta, como por exemplo, pelo já citado monocronismo de cores e pela presença de grandes massas vegetais de uma única espécie, como aparecem no paisagismo de Burle Marx.

A Praça Kennedy foi construída em homenagem ao presidente americano John Kennedy, e registra igualmente, a relação histórica que existiu entre Belém e os Estados Unidos da América durante a 2ª Guerra Mundial, quando esse país manteve uma base militar de apoio em Belém.

A Praça Kennedy expressava formalmente o modelo de paisagismo modernista americano, representado por um partido minimalista, desenvolvido a partir de uma esplanada e de canteiros gramados de desenho geométrico de formas puras e pisos com pouquíssima variação de formas, cores e materiais, como o revestimento usado em mármore e azulejos. Os volumes principais compostos de rampas e espelhos d'água retangulares, convergiam para um único ponto focal: o busto de Kennedy, em bronze.

A vegetação era representada somente por forrações monocromáticas de grama, que se adequavam ao conceito do paisagismo moderno, que usava a vegetação a partir de uma espécie única, que se forma em colônia e se expande no terreno, ou seja, um recurso vegetal de paisagismo usado na Praça Kennedy que se mostrou coerente com a ideologia brasileira dos anos 1950 e 1960, de ordem e

progresso, com a unidade nacionalista de uma sociedade que buscava o caminho da perfeição organizada, inspirada no modelo ideológico americano.

Entretanto, no final do século XX, a Praça Kennedy, de traçado modernista, como mostra a planta baixa do projeto (Figura 24) foi destruída para a construção, no mesmo local, da Praça Waldemar Henrique (1999), em estilo pós-modernista, com características regionalistas.

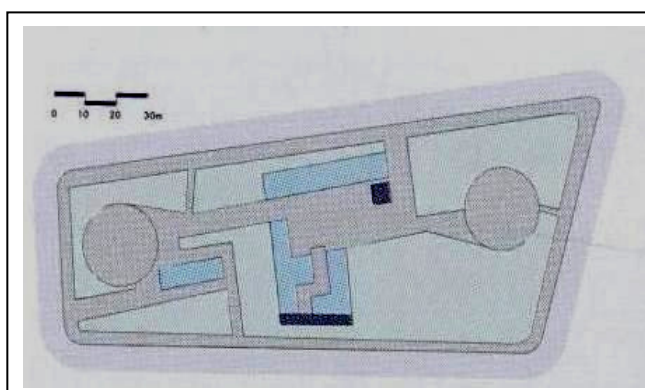


Figura 24: Projeto modernista da Praça Kennedy.  
Fonte: Robba; Macedo, 2003, p.206.

Pela coerência que o projeto da Praça Kennedy demonstra com relação ao então modelo desenvolvimentista imaginado para o Brasil e à estética representativa desse modelo, além de ser um registro histórico desse momento desenvolvimentista e modernista na Amazônia, a Praça Kennedy merecia ter sobrevivido às políticas e gestões públicas que a suprimiram da paisagem de Belém.

## 2.5 A RETOMADA DA “BELÉM PAISAGÍSTICA”: A INFLUÊNCIA PÓS-MODERNISTA NO FIM DO SÉCULO XX

A partir dos anos 1990, os projetos de paisagismo vão sofrer novas influências. No âmbito governamental estadual sob a gestão do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), nota-se a adoção de um modelo de gestão urbana

apoiado em projetos de grande apelo de *marketing*, com o intuito de construir uma imagem para Belém e, assim, inserir competitivamente a cidade nos roteiros turísticos nacionais e internacionais. Tal imagem, na verdade, não expressa a real situação econômica e social da cidade e da maioria da sua população, já que esses projetos tendem a alinhar-se a um modelo internacional de urbanismo, paisagismo e arquitetura pensados para cidades econômica e socialmente desenvolvidas.

Já no âmbito municipal, a Prefeitura de Belém, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 1997 a 2004, parece ter estabelecido propostas de cunho predominantemente social, voltadas para a população mais carente - o discurso político petista relacionou seus projetos à política de inclusão social e econômica da população nos espaços públicos criados, como sugere Santos (2002 *apud* TRINDADE JUNIOR, 2005, p.38), acerca do Projeto Ver-o-rio, realizado pela prefeitura de Belém:

A partir do projeto objetivou-se reestruturar e requalificar a orla, tendo em vista a valorização da fisionomia da cidade, por meio da visualização de seus elementos peculiares, integrando-a ao convívio da população, ordenando as atividades culturais, de lazer, de tráfego e transportes; e recuperando a paisagem urbana, bem como a qualidade ambiental. Integram os propósitos do projeto: o lazer contemplativo, a partir da construção de bancos situados de frente para a baía de Guajará; a prática de esportes náuticos; usos voltados ao turismo cultural e para a prática de caminhadas e cooper e geração de trabalho e renda para famílias oriundas do programa bolsa-escola.

O discurso filosófico do projeto petista procurou concretizar-se nas propostas de “exploração” comercial dos serviços na Praça Ver-o-rio, onde essa é realizada por pessoas oriundas de programas sociais desenvolvidos pela prefeitura de Belém. No comércio existente na praça, percebe-se que os preços dos produtos estão mais próximos da realidade e do poder de compra da classe social de menor poder aquisitivo.

Esses novos espaços públicos contribuíram de fato para algumas mudanças na paisagem urbana da cidade e nas práticas sociais de uma parte da população, o que corresponde à publicidade governamental que assegurava que os projetos configurariam uma nova “cara” para a cidade e promoveriam o desenvolvimento econômico e social da cidade e do Estado.

Dentre os projetos criados pela Prefeitura Municipal de Belém, entre 1997 e 2004, sob a gestão do Prefeito de Belém (PT), arquiteto Edmilson Rodrigues, estão a Praça Waldemar Henrique, a Praça Ver-o-rio, a revitalização do Complexo do Ver-o-peso, a Praça Princesa Isabel, a Praça Milton Trindade (Pracinha do Horto), a Orla de Icoarací.

No âmbito estadual, sob a gestão do Governador Almir Gabriel (PSDB), assessorado pelo Secretário de Cultura de Estado, arquiteto Paulo Chaves (mentor intelectual de todos os projetos) tem-se dentre outros projetos: a Estação das Docas, o Complexo Feliz Lusitânia, o Polo Joalheiro São José Liberto, o Parque da Residência, o Parque Naturalístico Mangal das Garças, o Aeroporto Internacional de Belém Val-de-Cães, a restauração do Teatro da Paz, o Estádio de Futebol Mangueirão, o Centro de Convenções da Amazônia Hangar.

### **2.5.1 Expressões regionalistas influenciando o paisagismo pós-modernista: a Praça Waldemar Henrique e a Praça Ver-o-rio**

O Pós-modernismo surgiu como um conceito que traduz a sociedade do fim do século XX, múltipla e que, cada vez mais, vem se impondo nas diversas realidades mundiais e mostrando-se inquieta por respostas às suas necessidades, igualmente múltiplas.



Para Harvey (2002, p. 303-305), essa nova sociedade se alinha ao que o autor denominou de “flexibilidade pós-moderna”, segundo a qual

é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial (particularmente do dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo; no entanto, ela também personifica fortes compromissos com o Ser e com o lugar, uma inclinação para a política carismática, preocupações com a ontologia e instituições estáveis favorecidas pelo neoconservadorismo.

Esse momento de pós-modernidade obriga o poder público a intervir nos “espaços públicos”, de modo a propor soluções que atendam às necessidades e aos desejos dessa sociedade contemporânea, pós-moderna.

Nesse ponto, parece que o poder público nacional já percebeu a necessidade de traduzir, fisicamente, a diversidade exigida pela atual sociedade brasileira. Essa observação levou Macedo (1999) a identificar, no Brasil, um paisagismo “Pós-modernista tupiniquim” (MACEDO, 1999, p.113). Segundo o autor supracitado, esse paisagismo adota, em sua concepção, uma extrema liberdade de reuso e reunião de estilos pretéritos em um mesmo espaço, marcados por um “forte pluralismo, tanto formal como funcional, caracterizando-se pelo apelo à cenarização, à diversidade e à pesquisa de novas formas” (MACEDO, 1999, p.120).

O Pós-modernismo, em princípio, pode suscitar críticas, como a multiplicidade, por exemplo, de formas, “estilos”, funções. Esse conceito originou-se a partir da negação do Modernismo, caracterizado como já visto, por um “traço contido”, em formas, vegetação, mobiliário, desenho, materiais e cores, bem como funções reduzidas, se não uma única, dentre as quais a ecológica - como se expressou Magalhães (2001, p.44) para falar da filosofia defendida por Caldeira Cabral, relativamente à arquitetura paisagista, na qual é considerada a natureza em diversos momentos artísticos, e a ecologia, particularmente no Modernismo:

No sentido que procura colaborar com a natureza – correspondendo ao naturalismo adoptado pelos Gregos, retomado no Renascimento, levado ao extremo pelo Romantismo, e reinterpretado pelo Movimento Moderno.

Por conseguinte, o Modernismo surge como ruptura com o Ecletismo (MACEDO, 1999, p.57), modelo que adotou os mesmos valores, agora resgatados pelo Pós-modernismo.

Talvez o Pós-modernismo esteja coerente com a sociedade brasileira desde começo do século XXI, bastante diversa em vários aspectos, e o paisagismo homônimo possa traduzir e dar respostas aos desejos dessa sociedade, bastante afeiçoada à variedade de formas, funções e usos presentes nos espaços livres públicos, como as praças e parques. Magalhães (2001, p. 45) chama a atenção para a importância do pós-modernismo, como resposta aos anseios dessa sociedade múltipla contemporânea, que impõe mudanças constantes no uso do espaço:

A chamada de atenção que o pós-modernismo faz para a importância da forma leva-nos, em Arquitectura Paisagista, a conceber formas suscetíveis de receber várias funções, tanto mais quando vivemos numa época de alterações sistemáticas no uso do espaço.

No caso de Belém, o paisagismo pós-modernista assumiu dois tipos de posturas que se refletem nos modelos e partidos adotados. De um lado, a Prefeitura, comprometida com partidos políticos de esquerda e com o discurso de dar prioridade às camadas mais pobres da população, procurou desenvolver projetos vinculados com a linguagem e os materiais construtivos regionais, e voltados para atender demandas locais por espaços de lazer e trabalho. Por outro lado, o Governo do Estado, inserido no modelo de gestão urbana do *city marketing*,<sup>15</sup> desenvolveu projetos paisagísticos que visavam à requalificação paisagística, urbanística e

---

<sup>15</sup> Exemplo desse modelo realizou-se na França, durante os governos do presidente François Mitterand, quando esse promoveu um número considerável de projetos em Paris, criados por arquitetos de vários pontos do planeta, como o chinês I.M. Pei, o inglês Peter Rogers e o italiano Renzo Piano, dentre outros.

arquitetônica de áreas selecionadas, usando modelos e elementos da arquitetura internacional como uma forma de aumentar a competitividade urbana e de atrair turistas.

Para identificar o Pós-modernismo no paisagismo produzido pelo primeiro grupo, o apoio estava nos exemplos da Praça Waldemar Henrique e na Praça Ver-o-Rio. Para analisar a produção do segundo grupo, foram relacionados os exemplos da Estação das Docas; Feliz Lusitânia; Polo Joalheiro; Parque da Residência.

Como foi visto anteriormente, a Praça Waldemar Henrique originou-se da proposta de gestão político ideológica do Partido dos Trabalhadores, então no comando da Prefeitura Municipal de Belém, entre 1997 a 2004, de valorização e enaltecimento dos referenciais políticos, culturais e simbólicos da Amazônia.

A proposta da praça, concebida em 1999, foi homenagear o compositor e maestro paraense Waldemar Henrique e sua respectiva obra. A praça foi implantada no mesmo espaço onde outrora existiu a Praça Kennedy.

A concepção da Praça Waldemar Henrique (Figura 25), proposta pelos arquitetos da Prefeitura de Belém, seguiu o conceito de paisagismo contemporâneo pós-modernista,<sup>16</sup> seja no traçado de piso, nos volumes temáticos propostos, seja na vegetação. Além dos desenhos do piso, onde foi reproduzido um piano de cauda e notas musicais, outros componentes de projeto procuram retratar o homenageado e sua obra.

---

<sup>16</sup> Robba e Macedo (2003, p.192) exemplificam como modelo de pós-modernismo, o projeto da Piazza d'Italia, em New Orleans: "O pós-modernismo simbólico e cenográfico que norteou o projeto da Piazza d'Itália, em New Orleans, onde os autores (Charles Moore e equipe, 1979) se utilizaram de elementos emblemáticos da cultura italiana, a partir da linguagem espetacularizada tipicamente norte-americana, para elaborar um projeto que homenageasse a comunidade imigrante da cidade". Identifica-se no projeto da Praça Waldemar Henrique, elementos pós-modernistas descritos no texto que estão alinhados com os da praça americana.

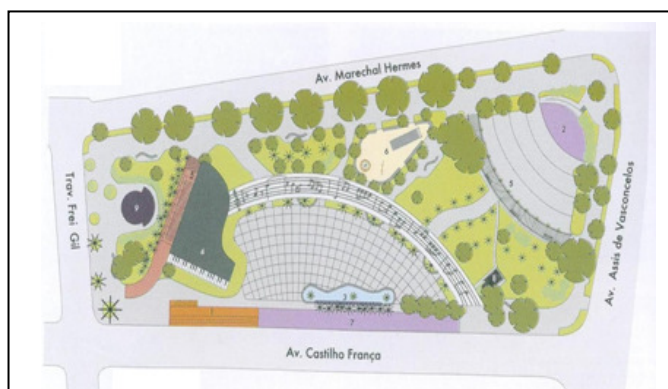


Figura 25: Planta da Praça Waldemar Henrique.  
Fonte: Robba; Macedo, 2003, p.206.

Desse modo, elementos como caramanchões em ondas, representando movimentos e ritmos musicais; brinquedos infantis, reproduzindo a forma de instrumentos musicais; esculturas de animais e mitos da Amazônia (Figura 26) compõem o conjunto paisagístico da praça, ainda que esse esteja expresso por meio de uma forma paisagística que se aproxima de cenários, como aliás é característico do pós-modernismo.



Figura 26: Elementos escultóricos da Praça Waldemar Henrique.  
Fonte: Acervo particular do autor, 2009.

A vegetação proposta para o projeto também contém espécies exóticas e nativas da Amazônia, como o *bougainville* (*Bougainvillea spectabilis*), o patchouli

(*Vetiveria zizanoides*), o miritizeiro (*Mauritia flexuosa*), o açazeiro (*Euterpe oleraceae*).

Quanto à Praça Ver-o-rio, o projeto pretendeu, além da proposta de resgate da orla fluvial, como espaço físico e paisagem de rio e floresta, oferecer uma opção de lazer à população de uma parte da cidade constituída pelos bairros periféricos do Telégrafo e Sacramento.

É notória a contribuição da Praça Ver-o-rio como opção de lazer e oferta de trabalho para a população desses bairros, por meio dos espaços criados e da exploração dos pontos de venda formais (bares e quiosques de comidas), e informais (pipoqueiros, vendedores de brinquedos infantis, vendedores de bombons).

O projeto da praça (Figura 27) resgatou, na sua forma e estrutura, o principal elemento da paisagem local: a paisagem amazônica ribeirinha. O traçado proposto pelos projetistas da Prefeitura de Belém voltou-se integralmente para a baía de Guajará. Nele percebe-se a clara intenção dos projetistas em firmar uma fisionomia regional para a praça, fazendo uso de materiais construtivos encontrados na região, como a madeira, o tijolo cozido artesanalmente, a palha, o revestimento de pisos em cerâmica com motivos decorativos marajoaras, além do uso de espécies vegetais amazônicas.

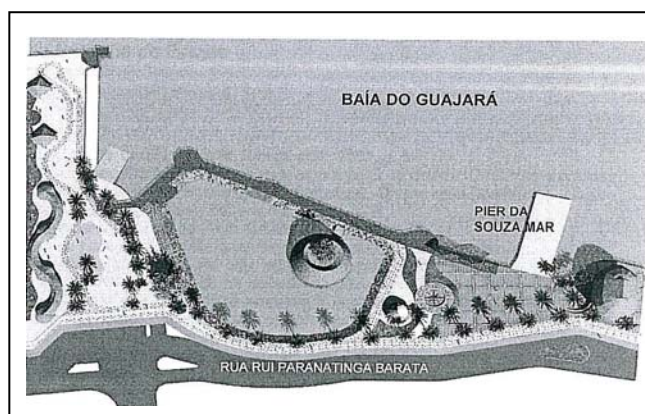


Figura 27 - Planta Geral da Praça Ver-o-rio.  
Fonte: Belém. Prefeitura, 2001.

A proposta procurou homenagear os povos que compõem o universo cultural amazônico, como o índio, no Memorial dos Povos Indígenas, e o negro, no Memorial dos Povos Negros.

E, ainda, resgatar um momento histórico de Belém, referente à Segunda Guerra Mundial, período em que os americanos construíram uma de suas bases militares e onde funcionou o primeiro aeroporto de Belém. Além do uso do local pelos americanos, nele funcionou igualmente a Rampa da Panair (Figura 28), usada para a atracação dos hidroaviões, período em que o abastecimento de produtos para Belém vinha em grande parte dos Estados Unidos. Após o fim da guerra, essa rampa serviu igualmente para os aviões Catalina da Força Aérea Brasileira (FAB) pousarem nas águas da baía do Guajará, em ações militares ou transportando suprimentos para regiões de difícil acesso na Amazônia, como as aldeias indígenas. Com o projeto, parte dessa Rampa histórica foi restaurada e hoje integra o projeto paisagístico da Praça Ver-o-rio.



Figura 28: Praça Ver-o-rio: Rampa da Panair.  
Fonte: <Fotolog. terra. com>, 2009.

Outros aspectos de projeto mostram o elemento arquitetônico integrado ao paisagismo regionalista adotado na Praça Ver-o-rio, como o Memorial dos Povos Indígenas, que reproduz a forma arquitetônica da oca indígena; ou ainda o sino de vento que circunda a edificação e capta um elemento natural característico e perceptível em Belém, o vento que sopra na parte da tarde, oriundo do norte e conhecido como “geral”, ou vento “do Marajó”.

#### **2.5.2 O paisagismo na Belém do fim do século XX e começo do XXI: a Estação das Docas; o Feliz Lusitânia; o Polo Joalheiro; e o Parque da Residência**

O conjunto de projetos apresentados neste item insere-se, como já foi dito, no conceito de pós-modernidade, e são o resultado do modelo de gestão urbana baseado no *city marketing*. Uma das estratégias de gestão foi a contratação de profissionais de grande repercussão em nível nacional para imprimirem seus traços projetuais, aceitos como uma garantia de qualidade e como um forte aporte publicitário para o governo.

Em Belém, a adoção dessa estratégia reuniu arquitetos paisagistas de renome nacional e até mesmo internacional, não formados no contexto amazônico, como Fernando Chacel, Rosa Kliass, Sidney Linhares, Luciano Fiaschi, o que é particularmente importante ressaltar, pois possibilita levantar a questão sobre a viabilidade de expressão de uma paisagem regional por profissionais de fora do contexto cultural estudado, a Amazônia.

O projeto Estação das Docas, desenvolvido na esfera do Governo do Estado do Pará, consistiu em restauração arquitetônica, revitalização do espaço urbano e resgate da paisagem do rio e da floresta. Foi implantado em uma antiga área portuária, onde havia três galpões/armazéns de carga em desuso. Esses, com a implantação do projeto, receberam as denominações de: Armazém 1 (Boulevard das Artes), Armazém 2 (Boulevard da Gastronomia) e Armazém 3 (Boulevard das Feiras e Exposições) (Figura 29).



Figura 29: Planta Geral da Estação das Docas.  
Fonte: Zein, 2006, p.110-112.

A Estação das Docas foi a primeira da série de investimentos estatais implantados em Belém, sendo inaugurada em 2000. O empreendimento ocupa uma área de 32.000 mil m<sup>2</sup>, ao longo 500 metros de orla fluvial.

O projeto paisagístico da Estação das Docas esteve a cargo da arquiteta paisagística Rosa Kliass, que concebeu um projeto nos moldes do paisagismo



contemporâneo descrito por Macedo (1999), em que um ou vários elementos, naturais ou construídos, são destacados no projeto.

A opção do uso da baía de Guajará como elemento natural destacado foi a estratégia principal utilizada por Kliass, o que permitiu que esse elemento natural agregasse um enorme aporte paisagístico ao projeto arquitetônico. O traçado reúne formas geométricas livres que convivem com soluções de uso inspiradas em espaços paisagísticos de outros períodos, como o Passeio Público, no século XVIII, cujo espaço era usado para a contemplação da natureza e para o “flanar”, e que foi reinventado na *Promenade* da Estação.

Outros itens a considerar e que podem remeter à paisagem amazônica no projeto da Estação foram: o resgate arqueológico e a restauração das ruínas do Forte de São Pedro Nolasco (1665) (Figura 30), as quais foram incorporadas ao projeto como composição de um anfiteatro destinado à apresentação de espetáculos culturais e, ainda, a utilização dos antigos equipamentos do porto de Belém, como guias, guindastes, âncoras.



Figura 30: Estação das Docas:  
Ruínas do Forte São Pedro Nolasco (1665).  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Outro projeto que mereceu atenção é o denominado Feliz Lusitânia. Inaugurado em 2002, o projeto foi concebido com vista a resgatar os referenciais

históricos e paisagísticos da ocupação territorial da Amazônia e do Pará presentes nas configurações urbanísticas e arquitetônicas luso-brasileiras dos séculos XVII e XVIII, assim como a paisagem natural de rio e de floresta.

A intervenção arquitetônica e paisagística do conjunto (Figura 31), iniciada em 1997, engloba aproximadamente 50.000 m<sup>2</sup>. De traçado contemporâneo, o projeto compreendeu o antigo Hospital Militar, que deu origem à Casa das Onze Janelas (1); o Forte do Presépio, que abrigou o Museu do Forte (2); a Igreja de Santo Alexandre e o antigo Palácio Episcopal, que abrigaram o Museu de Arte Sacra do Pará (3); oito edificações situadas na Rua Padre Champagnat, anexas à Igreja, desapropriadas e restauradas (3); anexos, jardins e o entorno imediato dessas áreas, além da restauração da Catedral Metropolitana de Belém, ainda em execução.

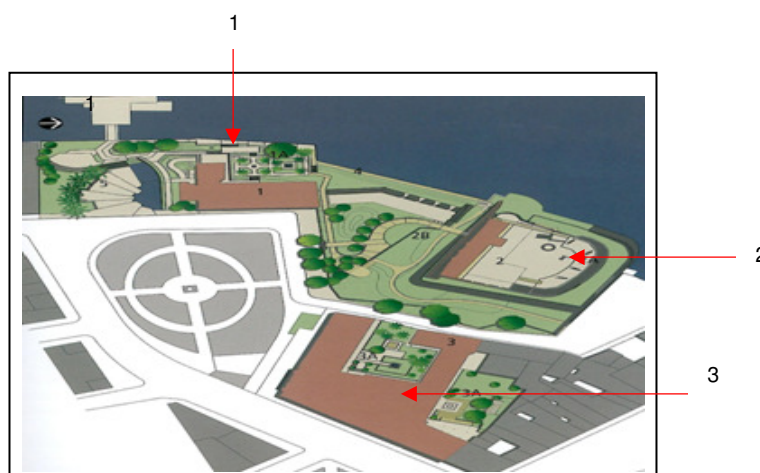


Figura 31: Planta geral do projeto paisagístico do Feliz Lusitânia.

Fonte: Zein, 2006, p. 110-112.

O projeto paisagístico do Feliz Lusitânia, da autoria de Rosa Kliass, ressalta a paisagem histórica de Belém, representada pelo núcleo urbano inicial da cidade, por meio de elementos simbólicos culturais do período colonial português, como canhões, painel inspirado na tradição portuguesa de azulejaria, homenageando descobridores, viajantes, escritores portugueses, como o poeta Fernando Pessoa.

O projeto propôs ainda a instalação sobre montes de terra nos jardins (que lembram os “tesos” indígenas, assunto a ser aprofundado no Item 3.2.2.2), de esculturas em cerâmica (Figura 32) que representam figuras mitológicas de animais amazônicos, numa clara referência às cerâmicas produzidas pelos indígenas amazônicos pré-colombianos e exímios ceramistas, os Marajoaras e Tapajônicos, que viveram na ilha de Marajó e na região de Santarém, no Estado do Pará.

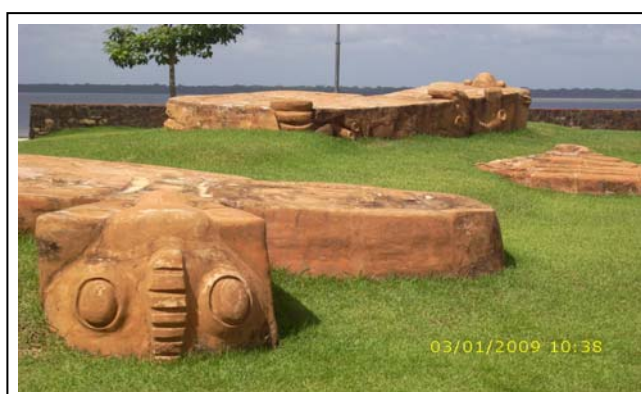


Figura 32: Feliz Lusitânia: *U Ura Muta Uê*, esculturas míticas de Denise Milan.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Outro elemento presente no paisagismo do Feliz Lusitânia é a vegetação. Nativa ou exótica, ela se caracteriza em sua quase totalidade por uma arquitetura vegetal ereta, de folhagem rala e simétrica, isolada ou agrupada, o que permite uma visão sem obstáculos para a baía de Guajará. Ainda se percebe que a opção de uso de um único tipo de forração, o tipo gramínea, em torno do Forte, margeando a passarela em ondas, oferece uma imagem que permite associá-la à floresta amazônica vista do alto, entremeada pelo rio, proposta paisagística que sugere uma simbiose entre os elementos natural (a baía) e cultural (o paisagismo).

Entretanto, o elemento de maior força no projeto é a presença da água, mostrada em fontes, em córregos, representada em “rios de pedra”, ou vista na baía de Guajará, graças à proposta paisagística que se adaptou ao sítio - o sítio onde se

situa o Feliz Lusitânia apresenta um desnível de 8 a 10 metros com relação à baía - permitindo uma visão da baía de um nível mais elevado, o que aumenta consideravelmente o campo visual do observador. Essa particularidade do sítio foi explorada no projeto com a criação de níveis de piso, que lembram os terraços, identificados por Penteado (1968, p.46-47), característicos do sítio onde se encontra o conjunto, fazendo com que o observador visualize a paisagem de diversas alturas e ângulos, seja na circulação pelos caminhos do conjunto, seja nos bancos colocados à maneira de anfiteatro.

Outro projeto realizado nesse período é o Polo Joalheiro São José Liberto, misto de museu, espaço de produção e venda de joias e artesanato, e espaço de apresentações culturais, inaugurado em 2002, funcionando em um edifício histórico que data de 1749 e que abrigou no passado o Convento de São José, um depósito de pólvora, hospital, cadeia pública e presídio.

Após a intervenção do Estado, o prédio passou a abrigar o Museu de Gemas do Pará, uma capela, lojas, “ilhas” de demonstração dos processos de produção de gemas e joias, a Casa do Artesão, área para exposição e venda de artesanato, uma arena para a apresentação de espetáculos e o Jardim da Liberdade.

O Jardim da Liberdade, Figura 33, da autoria de Rosa Kliass, apresenta um traçado contemporâneo, e é composto por uma fonte, riacho, canteiros com vegetais e minerais. Esse jardim foi concebido para ser um jardim temático, de referência às riquezas minerais do Estado do Pará – atualmente o Estado do Pará detém o segundo posto de maior exportador de minerais do Brasil (NETUNO VILLAS, 2008).

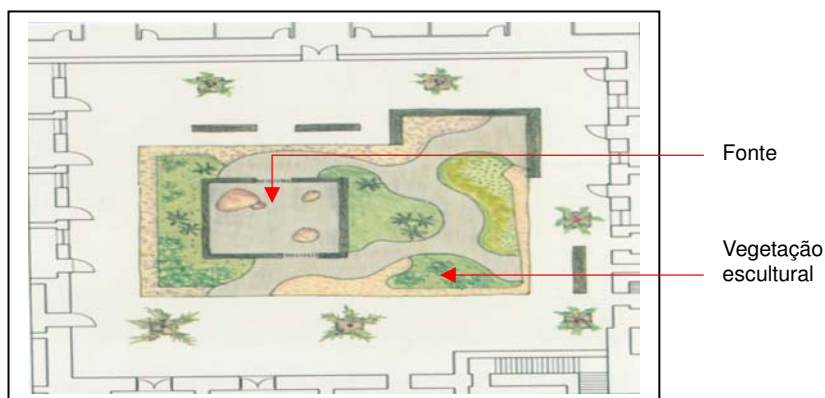


Figura 33: Pólo Joalheiro:  
Planta - baixa do Jardim da Liberdade.  
Fonte: Zein, 2006, p.168.

O elemento mineral predomina no paisagismo do Jardim da Liberdade, que foi concebido de forma a ilustrar e informar o observador acerca das riquezas minerais da Amazônia. O jardim é composto por pedras decorativas e por vários tipos de quartzo, e mesmo a vegetação, escolhida pela uniformidade de sua arquitetura, pode ser associada à rigidez dos minerais.

O elemento mineral está presente em todo o projeto: na forração do solo e nas paredes, visto nos jardins secos formados exclusivamente por minerais, sem qualquer espécie vegetal, como uma demonstração simbólica da riqueza do subsolo da Amazônia, “a brotar” do solo.

Ainda nos elementos construtivos, como na fonte, revestida de granito (assim como os bancos), com quartzos em composição com os jatos d’água (Figura 34); no fundo do riacho, preenchido por seixo rolado polido; no preenchimento dos *cache-pots* em vidro, que servem de simulacro para vasos.



Figura 34: Polo Joalheiro: Fonte em granito e quartzos.

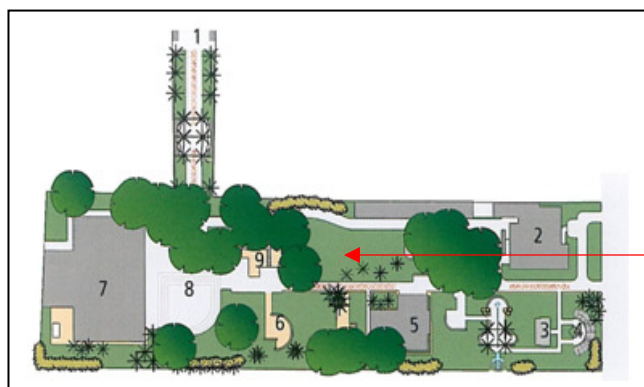
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Quanto à vegetação, as espécies usadas nos canteiros são: agaves (*Agavea*), bromélia imperial (*Alcantarea imperialis*), espadinha (*Sansevieria trifasciata*), lança de São Jorge (*Sansevieria cylindrica*), grama amendoim (*Arachis repens*), e as palmeiras lacas (*Cyrtostachys Lakka*). Exceto a grama, todas as espécies vegetais apresentam uma estrutura foliar rígida que, no conjunto, dialogam com a rigidez dos minerais presentes no projeto paisagístico, e que podem expressar a paisagem amazônica mineral, presente no subsolo da região, mas que, em algumas áreas, segundo relatos de pessoas comuns ou mesmo de geólogos, emergem na superfície.

Outro exemplar paisagístico que data desse período é o Parque da Residência (Figura 35), projeto desenvolvido pelo Governo do Pará e inaugurado em 1998. Esse projeto propôs a restauração e readaptação da antiga residência oficial dos Governadores do Estado do Pará.

O projeto paisagístico é também de Rosa Kliass, no qual a autora manteve a área circundante à casa, testemunhando a existência de quintais nas residências da Belém de outrora. O projeto é composto de: 1. Acesso público; 2. Palacete; 3.

Coreto; 4. Pérgula; 5. Restaurante; 6. Praça das Águas; 7. Gasômetro/centro de eventos; 8. Anfiteatro; 9. Praça do Trem.



Quintal da antiga residência dos governadores, transformado em jardins do parque.

Figura 35: Parque da Residência:  
Planta geral da área.  
Fonte: Zein, 2006, p.129.

O Vagão de trem, usado como elemento do paisagismo e exposto na Praça do Trem (Figura 36), retrata um momento importante da história política do Pará. Esse vagão do trem que circulava entre Belém e o interior do Estado era usado pelo governador Magalhães Barata, um dos mais importantes líderes políticos do Pará (1930-1935; 1943-1945; 1956-1959), em suas incursões políticas pelo interior, a partir do qual discursava para a população.



Figura 36: Parque da Residência:  
Praça do Trem.  
Fonte:< Skyscrapercity.com>, 2009.

O traçado contemporâneo do espaço propõe um retorno ao romantismo do traçado eclético, identificado, dentre outros elementos, pelo coreto ou pavilhão em ferro importado, que, segundo Gomes da Silva (1988, p.138),

Não se conhece a origem de seu fabricante, embora, por suas características formais (coberta bulbosa e vidros coloridos), se possa quase garantir que seja europeu, lembrando os pavilhões de caça ou mesmo uma casa de chá. De qualquer forma, à sua maneira, sua simples existência tornou-se exótica, dentro do ambiente que, por sua vez, parecia exótico aos europeus.

Outros elementos presentes no paisagismo remetem às culturas indígena e portuguesa, representadas em parte do piso do parque, em alamedas cujos desenhos repetem motivos indígenas marajoaras, em pedra portuguesa, com o desenho geométrico nas cores vermelho e preto, semelhantes às que são extraídas pelos índios do urucum e do jenipapo, e na forma da fonte da Praça das Águas, que reproduz, de forma estilizada, a escultura de um deus fálico ou de uma urna funerária.

## 2.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A análise acima permite inferir que, no que tange à identificação da paisagem amazônica, no paisagismo, os espaços livres públicos da cidade de Belém abordados no capítulo ofereceram elementos para a identificação da paisagem amazônica no paisagismo, dentre os quais se pode considerar o Jardim Botânico da Amazônia Bosque Rodrigues Alves como o espaço de maior representatividade para essa investigação, seja por se tratar de um parque, categoria de espaço público que será retomada no estudo de caso, no Parque Naturalístico Mangal das Garças, seja pela floresta nativa preservada, com centenas de espécies nativas da Amazônia, seja pela adoção de elementos materiais, que, reunidos e relacionados



com o contexto histórico do período de sua construção, expressam outras paisagens amazônicas belenenses: no traçado eclético (francês e anglo-francês); na adoção de materiais como a palha, na cobertura do ponto central do parque, a “maloca”; na terra batida adotada nas circulações do parque, encontrada na cultura indígena; no Monumento aos Intendentes, homenagem aos administradores municipais desses períodos, dentre os quais Antônio Lemos se destaca como um dos intendentes de maior importância para o espaço, no qual promoveu ampla reforma em 1903.

Além dos aspectos citados, juntamente com outros não referidos, o Bosque possibilitou, ainda, uma prática cultural característica das manhãs e tardes domingueiras em Belém: “o Passeio no Bosque”, que perdura até o presente, no século XXI - igualmente repetida no Museu Emílio Goeldi e no Parque Naturalístico Mangal das Garças – confirmando, em Belém, o conceito de parque associado à contemplação da natureza e ao passeio, e expressando uma paisagem amazônica sistematizada e estruturada no elemento natural (a mata preservada), no artefato (a obra paisagística) e na prática social (o uso).

Esse breve “passeio” pelo paisagismo de Belém entre o século XVII e o século XXI proporcionou uma compreensão mais completa das propostas paisagísticas desse período no se refere: à presença da paisagem natural; ao traçado; aos elementos aquáticos; à vegetação; ao mobiliário, aos elementos artísticos e aos referenciais simbólicos, e às suas relações com o contexto histórico da cidade.

Para uma melhor visualização dos espaços públicos visitados eles são apresentados de forma conjunta no mapa de Belém mostrado a seguir (Figura 37).



Figura 37: Mapa de Belém com a localização aproximada dos espaços livres públicos em Belém, visitados no capítulo.  
 Fonte: Belém. Prefeitura, 2008.

E para sintetizar a análise desenvolvida no capítulo, em seguida vai ser apresentado no Quadro 1, um resumo dos espaços públicos visitados, em que se procurou relacionar os principais elementos do paisagismo supracitados, e passíveis de associação com a paisagem amazônica.

Quadro 1 - Demonstrativo da Identificação da Paisagem Amazônica no Paisagismo de Belém  
 Fonte: Dados criados pelo autor.

LOGRADOURO		PERÍODO	ELEMENTOS DE ANÁLISE				
PAISAGEM NATURAL		PAISAGEM CONSTRUÍDA					
TRAÇADO		ELEMENTOS AQUÁTICOS	MATERIAIS	VEGETAÇÃO	MOBILIÁRIO, ELEMENTOS ARTÍSTICOS, REFERÊNCIAS SIMBÓLICOS		
PRAÇA DA SÉ PRAÇA FREI CAETANO BRANDAO (estado atual)	Ausente	Ausente	Não estudados	Ausente	Ausente		
	Visita para a baía de Guajará	Ortogonal	Piso acimentado	Nativa e Exótica	Estátua do religioso		
PRAÇA DO PELOURINHO	Baía de Guajará	Em semicírculo definindo um eixo ortogonal entre a baía e a cidade	Não estudados	Ausente	Pelourinho		
JARDIM BOTÂNICO	Vegetação nativa	Ortogonal	Alvenaria, palha, ladrilho vermelho	Vegetação nativa e exótica	Não estudados		
PRAÇA BATISTA CAMPOS	Ausente	Eclético	Madeira, ferro, pedra portuguesa	Nativa e Exótica	Coretos em ferro, pontes em madeira; torre em pedra preta		
	Trecho de floresta preservada	Eclético	Palha, madeira, tijolo cerâmico	Nativa e exótica	Coretos e mictório em ferro, grutas em falsas pedras, torre em cerâmica		

(CONTINUAÇÃO 1)

LOGRADOURO		PERÍODO	ELEMENTOS DE ANÁLISE				
			PAISAGEM NATURAL	PAISAGEM CONSTRUÍDA			
			TRAÇADO	ELEMENTOS AQUÁTICOS	MATERIAIS	VEGETAÇÃO	MOBILIÁRIO, ARTÍSTICOS, REFERÊNCIAS SIMBÓLICAS
<b>PRAÇA KENNEDY</b>			Ausente	Espelhos d'água	Mármore, azuleijo	Nativa ou exótica	Busto em bronze do Presidente Kennedy
<b>PRAÇA WALDEMAR HENRIQUE</b>			Ausente	Ausente	Madeira, pedra portuguesa, ferro, alumínio	Nativa e exótica	Esculturas de animais, plantas e mitos amazônicos em bronze; caramanchão em madeira; estruturas em alumínio
<b>PRAÇA VER-O-RIO</b>		SECÚLO XX – XXI: A RETOMADA DA "BELÉM PAISAGÍSTICA	Baía de Guajará	Lago	Madeira, palha cerâmica	Nativa e Exótica	Bancos, postes, postes em madeira; luminárias em cerâmica
<b>FELIZ LUSITÂNIA</b>			Baía de Guajará	Fontes, espelho d'água e riachos	Ferro, vidro, madeira, azuleijo, pedra preta, cerâmica	Nativa e Exótica	Bancos, postes, lixeiras, esculturas em ferro, aço, madeira e cerâmica
<b>PÓLO JOALHEIRO</b>			Ausente	Fonte, espelho d'água e riachos	Granito, vidro, pedras preciosas	Nativa e Exótica	<i>Cachet-pots</i> em vidro; bancos em madeira e granito

## (CONTINUAÇÃO 2)

		ELEMENTOS DE ANÁLISE					
LOGRADOURO	PERÍODO	PAISAGEM NATURAL		PAISAGEM CONSTRUÍDA			
		TRAÇADO	ELEMENTOS AQUÁTICOS	MATERIAIS	VEGETAÇÃO	MOBILIÁRIO, ELEMENTOS ARTÍSTICOS, REFERÊNCIAS SIMBÓLICAS	
PARQUE DA RESIDÊNCIA	SECÚLO XX – XXI: A RETOMADA DA "BELÉM PAISAGÍSTICA	Ausente	Pós-modernista ou contemporâneo	Fonte, cascata e riacho	Ferro, pedra portuguesa, madeira, ladrilho	Nativa e Exótica	Escultura em bronze; orquidário e pavilhão em ferro; banco em ladrilho; Vagão de trem em madeira e ferro

### **CAPÍTULO 3 IDENTIFICAÇÃO DA PAISAGEM AMAZÔNICA: ESTUDO DO CASO DO PARQUE NATURALÍSTICO MANGAL DAS GARÇAS**

Dentre os projetos paisagísticos implantados no Brasil que privilegiam as características da paisagem regional, cita-se como exemplo o projeto do Parque da Gleba E (1986), no Rio de Janeiro, dos arquitetos paisagistas Fernando Chacel e Sidney Linhares, no qual foram adotados conceitos ecológicos e culturais. Esses profissionais vêm desenvolvendo, ao longo de suas trajetórias, projetos paisagísticos nos quais consideram a manutenção e a regeneração de ecossistemas, como sugere Chacel ao referir-se ao projeto da Gleba E:

A primeira intervenção com intenções de incorporar ao gesto paisagístico princípios conservacionistas e preservacionistas de recuperação de ecossistemas próprios da região da Barra da Tijuca (CHACEL, 2004, p. 49).

Outra profissional que desenvolve seus projetos seguindo esses princípios conceituais é a arquiteta paisagista Rosa Kliass, autora do projeto paisagístico do Mangal das Garças. Particularmente nesta investigação, as diretrizes conceituais adotadas por Kliass interessam como elemento de reforço para o desenvolvimento do problema da pesquisa, não sendo necessário aprofundar o conhecimento do percurso profissional da arquiteta paisagista nesse caso específico.

Em referência a projetos paisagísticos visitados em Israel, Kliass compreendeu a importância do conceito na criação paisagística, “compreendí que a mensagem daqueles projetos era a celebração do significado, nada é aleatório, tudo tem um conceito claro.” (ZEIN, 2006, p. 26).

O pensamento de Kliass traduz, em linhas gerais, o projeto paisagístico denominado pelo autor de “ecocultural”, o qual está condicionado aos conceitos da

paisagem cultural e da ecologia da paisagem, e vislumbra-se sua associação com o Parque Mangal das Garças, mediante a identificação de elementos da paisagem amazônica no referido parque.

O caminho conceitual adotado por Kliass na condução de seus projetos foi observado por Zein (2006, p.92) no projeto do Parque do Abaeté (1992), em Salvador:

as lavadeiras, símbolo da lagoa e parte integrante da paisagem, não foram remanejadas para uma casa qualquer no bairro. Ao contrário, sua presença foi revalorizada através da criação da Casa das Lavadeiras. Elas se apropriaram com tranqüilidade do espaço, como se observa pelo perfeito estado de conservação

Em entrevista concedida por Kliass via internet, para os fins da presente pesquisa, no caso do projeto Mangal das Garças, a autora do projeto diz da sua intenção de criar um espaço físico onde se pudesse ter a sensação de estar em um lugar determinado - o que não anula a possibilidade de expressão no lugar, da paisagem regional -, com uma paisagem identificável, levando em conta os rios e a floresta,

Em lugar de paisagem regional, eu diria em verdade que o projeto deve sempre ter uma carga do que se refere à paisagem do lugar. Este aspecto faz parte daquilo que eu considero um dos aspectos essenciais para a garantia da qualidade do projeto: o caráter da paisagem e o significado do lugar criado (KLIASS, 2008).

Para avaliar a intenção de Kliass, neste capítulo será apresentada a análise do projeto e do parque implantado, primeiramente, situando-o no contexto da cidade e, depois, buscando os elementos formais que identificassem uma intenção cultural e ecológica na sua proposta de organização interna, como a que foi citada nos exemplos dos projetos da Lagoa do Abaeté e da Gleba E.

Após a análise da concepção do projeto paisagístico (programa de necessidades, dimensionamentos, partido geral e distribuição espacial dos elementos que compõem o parque) e a identificação das alterações ocorridas no projeto inicial, seguiu-se a avaliação do mesmo e da sua implantação, adotando para isso a metodologia de projeto de arquitetura da paisagem proposta por Magalhães (2001), que abrange: estudo do sítio (solo, relevo), traçado, elementos aquáticos, permeabilidade física, percepção visual, materiais e técnicas construtivas, vegetação, fauna, mobiliário, elementos artísticos, referenciais simbólicos e a sinalização interpretativa.

Além disso, este capítulo ainda se propõe a avaliar, ainda que brevemente, a inserção do parque em meio à cidade e sua relação com o seu entorno, além de tecer algumas reflexões gerais sobre a manutenção ecológica do Mangal.

### 3.1 LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO METROPOLITANO DO PARQUE NATURALÍSTICO MANGAL DAS GARÇAS

Nas áreas que compõem a Região Metropolitana de Belém, existe ainda a presença de manchas de vegetação nativa, bem como espaços livres com pouca ou nenhuma massa vegetal. Essas áreas constituem elementos fundamentais para a manutenção da qualidade ambiental na região e podem ser vistas como áreas ou espaços naturais e culturais de paisagens amazônicas a serem preservadas. Tais áreas podem, igualmente, representar importante contribuição para o desenvolvimento econômico, social e para a manutenção de características paisagísticas na cidade, por meio de propostas turísticas, ou de estudos e propostas paisagísticas e urbanísticas.



No que tange às propostas paisagísticas e urbanísticas, existe a possibilidade de aproveitamento dessas áreas para a criação de um sistema ecológico paisagístico que englobe as áreas naturais e as criadas, como as praças, bosques, parques, horto, os rios, igarapés, canais, as ilhas, os espaços arquitetônicos culturais, os cemitérios, as vias de pedestres, os bairros de tradição cultural, o núcleo histórico, e que se encontram nas áreas ribeirinhas, ou seja, uma estrutura que pode proporcionar um sistema articulado por meio da interligação desses equipamentos urbanos, mediante uma circulação de menor impacto para o meio ambiente, como a circulação a pé, em bicicletas, em transportes coletivos, como barcos e ônibus adaptados com sistemas não poluentes para o meio ambiente.

Nesse contexto, o Parque Naturalístico Mangal das Garças assume um papel de relevância, principalmente por se tratar de um parque com uma proposta de resgate e valorização da paisagem amazônica, construído em uma área de aproximadamente 40.000 m<sup>2</sup>, situada às margens do rio Guamá, circundada por parte do centro histórico de Belém e por bairros periféricos, conforme sua localização no mapa de Belém (Figura 38).



Figura 38: Parque Naturalístico Mangal das Garças no mapa de Belém.

Fonte: Belém. Prefeitura, 2008.

### 3.2 O PARQUE NATURALÍSTICO MANGAL DAS GARÇAS

O Mangal das Garças foi inaugurado em 12 de janeiro de 2005 pelo então governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), em comemoração aos 389 anos de fundação da cidade. O idealizador do Mangal foi o arquiteto e então Secretário de Cultura, Paulo Chaves. O Mangal surgiu com a finalidade de desenvolver o turismo na cidade e no Estado, e foi concebido ainda, segundo seu idealizador, com a intenção de resgatar a morfologia vegetal de Belém, transformada ao longo dos anos pela urbanização da cidade.

O projeto do Mangal (1999) reuniu profissionais da arquitetura e da engenharia, considerados necessários, sob a ótica da tradição tecnicista, ao desenvolvimento de um projeto paisagístico e arquitetônico, e representou um avanço no que tange ao planejamento, ao inserir na equipe, profissionais ligados a outras áreas do conhecimento, como o biólogo Luiz Emygdio de Mello Filho, a

arquiteta paisagista Rosa Kliass, programadores visuais, consultores da fauna e de museu etc.

Segundo Paulo Chaves, o Mangal surgiu da ideia de se criar um espaço “naturalístico” onde fosse possível identificar três formas de paisagens amazônicas,

o Mangal das Garças é um parque naturalístico que apresenta as diferentes macrorregiões florísticas do Estado, ou seja, as matas de terra firme, os campos e as matas de várzea. Uma natureza recriada que só vai estar pronta daqui a 15 ou 20 anos (Paulo Chaves, entrevista concedida ao autor em fevereiro/2009).

As ilustrações que se seguem mostram no parque, as propostas das paisagens de: de terra firme (Figura 39), de solo firme,



Figura 39: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Região de terra firme.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

de terras baixas (Figura 40), que correspondem aos campos;



Figura 40: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Região de campos.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

e a alagadiça (Figura 41), correspondente às várzeas amazônicas, no nível dos rios.



Figura 41: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Região de várzea.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

A proposta governamental do Mangal das Garças representou um aporte paisagístico e ecológico para Belém, haja vista a fauna residente e visitante observada no parque, e contribuiu para o desenvolvimento turístico da cidade, e acrescentou um aporte econômico à parte da população, proporcionando empregos diretos e indiretos, entre postos estatais concernentes à gestão do parque e da iniciativa privada, com restaurante, quiosques de alimentos, sorveteria, café, lojas de

*souvenir*, bem como empregos proporcionados com a terceirização dos serviços, como a manutenção dos jardins e os serviços de limpeza.

Entretanto, considerando o Mangal como um dos novos equipamentos urbanos criados na cidade e como parte da cidade, nota-se a ausência de um urbanista na equipe técnica, o qual, associado ao paisagista, poderia responder sobre a integração do parque na malha urbana da cidade de Belém, como um elemento constituinte de um sistema de parques integrados, o que possibilitaria dessa forma o acesso público ao rio e à sua paisagem, e, por conseguinte, à região das ilhas que circundam a cidade.

Logo, a realidade não correspondeu à possível intenção do projeto, de reestruturação, de forma mais ampla, da relação secular existente entre a cidade e o rio, o que remete ao pensamento de Trindade Júnior (2005), quando considera que o Mangal, assim como a Estação das Docas e o Feliz Lusitânia, representam intervenções pontuais na orla, preocupadas principalmente em definir uma nova imagem para a cidade (TRINDADE JÚNIOR, p. 37, 2005), imagem que, ainda segundo Trindade Júnior (2005), está associada ao “urbanismo espetáculo”, apoiado nas ideias de *waterfront* descritas por Marcondes (1999 *apud* TRINDADE JÚNIOR, 2005, p.37) como intervenções que buscam normalmente a revitalização de áreas degradadas, com a incorporação de elementos naturais presentes no espaço, reafirmando a relação cidade-água, a exemplo do que se verificou em Puerto Madero (Buenos Aires), Inner Harbor (Baltimore), Boston Waterfront (Boston), South Street Seaport (Nova York), ROM Rijnmond (Rotterdam) e Docklands (Londres) (MARCONDES, 1999, *apud* TRINDADE JUNIOR, 2005, p. 37).

Porém, se reconhece que os novos equipamentos urbanos em Belém, localizados às margens da baía de Guajará e do rio Guamá, como a Praça Ver-o-rio,

a Estação das Docas, o Feliz Lusitânia, e o próprio Mangal das Garças, assumem uma importância fundamental, pois reafirmam a relação entre a cidade e a sua paisagem natural, mesmo que não atendam a todas as funcionalidades desejadas pelos autores supracitados entre a cidade e o rio, e se limitem unicamente à relação contemplativa da paisagem.

O projeto paisagístico do parque propôs o plantio de um conjunto extenso de espécies vegetais amazônicas, de forração, arbustiva e arbórea - algumas sofrendo risco de extinção – e, sobretudo, a regeneração do aningal que se encontrava em estado de degradação, aspectos que serão aprofundadas no item 3.2.2.6.

Outros elementos a considerar são o córrego, em forma sinuosa, assemelhando-se aos rios amazônicos, e a circulação do parque, que segue o “fazer indígena”, em “terra batida”,<sup>17</sup> ou na forma de circulação do ribeirinho<sup>18</sup> amazônico, que produz circulações denominadas “estiva”,<sup>19</sup> ambas correspondentes à paisagem local.

A escolha dos materiais na construção dos equipamentos e mobiliários parece também fazer referência aos elementos culturais da região, com o uso de madeiras nativas, como o ipê, a palha da palmeira e técnicas construtivas locais, como o encaixe estrutural do telhado inspirado na técnica indígena, além de esculturas e nomações de equipamentos do parque associadas a elementos culturais

---

<sup>17</sup> Composição natural de solo constituída predominantemente de areia branca ou argilosa. Na estruturação da tipologia tradicional da aldeia indígena, esse modelo era adotado na parte frontal (clareira) e imediatamente posterior às ocas, para facilitar a circulação, serviços e defesa contra animais da floresta e práticas sociais na aldeia.

<sup>18</sup> Diz-se ribeirinho o homem que habita as margens dos rios amazônicos e desenvolve uma relação de subsistência com o rio e a floresta (extração do açaí, palmito, pesca, práticas culturais e sociais), existente em área longitudinal ao rio, notadamente a de várzea.

<sup>19</sup> Passarela de madeira construída sobre áreas de várzea, com altura superior à montante máxima dos rios.

amazônicos, ou homenageando personalidades relacionadas com a história da Amazônia paraense ou belenense.

### 3.2.1 O projeto do parque

#### 3.2.1.1 O programa de necessidades

O Programa de necessidades do Mangal partiu de definição prévia do Secretário de Cultura, arquiteto Paulo Chaves e sua equipe e da arquiteta paisagista Rosa Kliass, e contemplou a inserção de equipamentos de apoio e de lazer, no intuito de vivenciar a natureza e as águas. Dessa forma, o programa foi definido em dois setores expressos pelo desenho do parque:

- o primeiro destina-se, sobretudo, a dar suporte ao funcionamento do parque, e compreende: 1. portaria; 2. administração; 3. estacionamento; 4. bicicletário; 5. depósitos e equipamentos; 6. Armazém do Tempo, pavilhão em estrutura metálica reciclada pertencente à antiga Empresa de Navegação da Amazônia S/A (ENASA), onde funciona um conjunto de *stands* para a venda de artesanato, *souvenirs*, livros, cds e um Café; 7. Praça Murmúrio das Águas; 8. Memorial Amazônico da Navegação, onde funciona o museu da navegação; 9. restaurante Manjar das Garças; 10. banheiros.
- o segundo setor destina-se à retratação e à contemplação da natureza e da paisagem, assumindo um caráter naturalístico, tem início na, 11. Fonte dos Caruanas, de onde parte o riacho, atravessa a praça, perpassa parte do parque. Ainda fazem parte desse setor: 12. a região de terra firme; 13. de campos; 14. e de várzea; 15. Lago do Cavername; 16. Lago da Ponta; 17.

ilhas; 18. viveiro de pássaros; 19. caminhos; 20. passarelas; 21. pontes; 22. recantos protegidos por pergolados; 23. borboletário; 24. malocas de venda de lanches e *souvenirs*; 25. Farol de Belém; 26. Mirante do rio Guamá, e 27. aningal, (Figura 42).



Figura 42: Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças: Planta geral.  
Fonte: Kliass, 1999, desenho nº EX 01- LO 01.

A pequena área do terreno destinada ao parque direcionou o projeto para o passeio e à contemplação da natureza e da paisagem, uso que se assemelha ao definido para o Passeio Público do século XVIII, Segawa (1996), Terra e Santucci (2006), diferentemente dos parques europeus, americanos e brasileiros, de maiores dimensões, como o Parque do Ibirapuera em São Paulo, que oferecem outros usos além da contemplação, como a prática de esportes e o lazer cultural. Logo, o Mangal define-se como um parque voltado para a contemplação de paisagens e da natureza, secundado por atividades associadas à gastronomia e ao turismo.



A contemplação de paisagens e da natureza no parque se faz por meio do “passeio do parque” que, segundo o programa de necessidades, viria a perpassar principalmente o segundo setor e conduzir o visitante à contemplação da fauna, da vegetação, da flora, do rio, da floresta, e, no futuro, quando o projeto arbóreo estiver consolidado, a função do parque poderá assumir um papel de veículo de educação ambiental, por meio do conhecimento das espécies arbóreas amazônicas já desenvolvidas e identificadas mediante sinalização informativa.

Nesse aspecto, é possível, embora não previsto no programa, incluir o Mangal na categoria de jardins botânicos, haja vista a área consagrada ao plantio de espécies vegetais que deveriam servir de objeto de estudos variados de uma determinada realidade paisagística, umas das funções dos jardins botânicos.

Na realidade, o programa do Mangal assemelha-se aos de uma categoria de espaços públicos livres existentes na cidade de Belém desde os séculos XIX e XX, representada pelo Bosque Rodrigues Alves e pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, que se caracterizam como espaços públicos densamente arborizados por mata nativa ou plantada, abertos à visitação pública para a contemplação da fauna e da flora amazônica, além de abrigarem exposições culturais ou científicas sobre temáticas regionais.

Ainda com relação ao uso, o programa do Mangal buscou reforçar uma prática social (vista na Figura 23, Item 2.3) comum da cultura belenense: a visitação domingueira dos espaços públicos de caráter paisagístico, como a que é realizada por muitos belenenses ao “Bosque” ou ao “Museu”, às praças, horto e jardins construídos em Belém nos séculos XIX e XX e, no presente, o Mangal, visto como uma nova destinação desse passeio domingueiro.

Essa prática social foi ao longo do tempo incorporada ao cotidiano do belenense e hoje é identificada como um traço cultural da cidade e de sua população, sobretudo a economicamente mais carente, que ainda não foi condicionada à prática internacionalizante de frequência domingueira de *shopping centers*.

A frequência dos parques em Belém originou mesmo um ditado popular corrente na cidade, que diz que todo belenense deve ter uma fotografia tirada por ocasião de um passeio de domingo no Bosque ou no Museu, tendo como cenário, a vasta vegetação nativa ou plantada.

Isto ressalta a importância do projeto e planejamento do uso que se faz do objeto a ser construído nos espaços da cidade, seja ele público, como o parque, seja não tão público, como o *shopping*; que respondem ou não às demandas da sociedade, como ressalta Laurie (1983, p. 11):

*El “diseño” atiende preferentemente a la distribución cualitativa y funcional de parcelas de suelo que, según un proceso de planificación, se seleccionan con destino a cubrir fines sociales concretos, como la vivienda, la educación o el esparcimiento.*

Uma lacuna a considerar no programa de necessidades proposto para o parque refere-se à ausência de um espaço voltado para a educação ambiental, sobretudo que o mesmo pretende servir a fins pedagógicos (CHAVES, 2009). O programa de necessidades do parque não contemplou equipamentos arquitetônicos, como um auditório e biblioteca, que pudessem dar apoio à educação ambiental, com a apresentação de vídeos, a realização de cursos e palestras relacionadas com a educação ambiental dos visitantes. Contudo, existe a presença do Memorial Amazônico da Navegação, que registrou e expôs a história da navegação na região, abordando o aspecto militar (representado pela Marinha do Brasil), o aspecto comercial (representado pela ENASA), e o aspecto regional (com a exposição de barcos utilizados na Amazônia).

Os elementos propostos no projeto e que servem de apoio logístico, como o restaurante, pórtico, pontos de venda de produtos, foram pensados para promover uma integração formal e visual com a paisagem local, com a adoção de materiais e modelos construtivos regionais, como a palha e a madeira, ou ainda, com estruturas leves, como o ferro e o vidro.

Vale ressaltar que, apesar de o projeto ter sido condicionado a uma área existente de pequena dimensão, ele se alarga visualmente, dada a abertura que há para o rio Guamá, oferecendo uma idéia física de amplitude da paisagem.

### 3.2.1.2 Os dimensionamentos

O programa do Parque Mangal das Garças foi concebido de forma a priorizar as áreas não construídas. Assim, o projeto do parque destinou 90% da área total do terreno (40.000 m<sup>2</sup>) para a implantação de áreas não edificadas, como bosque, campos, jardins, lago, estacionamento, distribuídos em 36.070 m<sup>2</sup> de áreas livres, sem contar as áreas alagáveis pelo rio.

O Mangal, por ser um parque de pequeno porte,<sup>20</sup> destinado prioritariamente à visitação e à contemplação da natureza, condiciona uma permanência não prolongada no local, aqui considerada a visitação de todos os setores e equipamentos, além da pausa para o repouso e o lanche, sobretudo na atual fase em que o parque se encontra, de consolidação de sua massa arbórea, quando há uma forte incidência solar sobre os visitantes, o que quase os obriga a reduzir o tempo de permanência no local.

---

<sup>20</sup> Mascaró (Org.) (2008, p. 27-29) classifica o parque urbano de médio porte como possuidor de uma área maior ou igual a 10 ha. Desse modo, o Mangal pode ser classificado como um parque urbano de pequeno porte, com uma área um pouco maior de 3 ha, comparável à categoria de clubes esportivos, de dimensão maior ou igual a 3ha, ainda segundo o mesmo autor.

Desse modo, considerou-se que há uma circulação contínua de chegada e saída de visitantes, fazendo com que haja uma relação coerente entre o número de visitantes (não estipulado, já que o acesso ao parque é livre, ficando o acesso restrito condicionado à compra de ingressos somente aos espaços de exposição, como o viveiro de pássaros, o borboletário, o Memorial Amazônico da Navegação e o Farol de Belém) e os espaços, de acordo com a ocupação desejada para um parque desse porte, de 2 a 3 m<sup>2</sup>/hab (MASCARÓ (Org.), 2008).

Isso condicionou, em linhas gerais a busca por uma coerência entre a área do parque e o dimensionamento dos equipamentos, como o borboletário, com uma área aproximada de 1.400 m<sup>2</sup>; a Praça Encontro das Águas, com aproximadamente 254,00 m<sup>2</sup>; os caminhos pelo parque, com uma largura entre 2.00 m e 2.50 m; o Lago do Cavername, com aproximadamente 110 metros lineares de comprimento; ou o Memorial da Navegação, com capacidade para receber entre 400 a 600 visitantes por mês; ou o estacionamento, com capacidade para 107 vagas.

Desse modo, existe a percepção de que os espaços não foram superdimensionados, mas, ao contrário, foram calculados para atender às funções para as quais foram criados, e conseguem estabelecer a proporcionalidade espacial desejada com a área total do parque. Isso contribui para o conforto espacial e visual e para a idéia de amplitude que se tem no parque, proporcionado ainda pelo traçado de parte do parque - orgânico, naturalista, inspirado no modelo de paisagismo inglês –, que repete a simplicidade das formas assimétricas, dos contornos, das alternâncias de níveis, simplicidade essa que o arquiteto paisagista norteamericano Thomas Church (1930) vislumbrou por meio da compreensão de que,

*Para crear la sensación de amplitud entraron en juego las líneas asimétricas; se constato que la simplicidad em formas, líneas y contornos era más grata a la vista y más fácil de mantener. La forma, El contorno y La trama de los jardines se conseguían mediante los*

*pavimentos, los muros y lãs plantas cuidadosamente guiadas o prendidas de um entramado” (LAURIE, 1983, p. 72).*

### 3.2.1.3 O partido geral e a distribuição espacial dos equipamentos

Um fator de grande importância foi ressaltado no parque por meio de seu partido: a manutenção total da abertura para o rio Guamá e para a floresta em frente à cidade. Esses elementos naturais podem ser contemplados do parque através do trapiche e mirante que avançam em direção ao rio, do restaurante Manjar das Garças e do Farol de Belém, com seus 47 metros de altura, o que permite a observação do parque, do rio, da floresta e também de parte do núcleo histórico da cidade, além de, no futuro, segundo Paulo Chaves, poder-se vislumbrar do Farol, a massa arbórea do parque e as copas das árvores.

A opção do projetista ao adotar esse partido, que se configurou em um ganho paisagístico de força para o parque e para a cidade, advém, segundo Magalhães (2001), da capacidade de percepção do espaço pelo projetista, proveniente de suas representações mentais, de sua intuição e experiências anteriores que o conduzem a uma escolha e que precedem o ato criativo. Para a autora:

É devido a este facto que uma paisagem é diferentemente percebida por um Arquitecto Paisagista, por um Arquitecto, ou por um leigo em matéria de concepção do espaço. Ou seja, o significado de uma paisagem depende da capacidade que o observador tem de a <<ler>> como objeto sincreticamente ecológico, físico e cultural. (MAGALHÃES, 2001, p. 294- 295).

Um fator importante adotado pelo partido foi a manutenção do limite natural entre o terreno e o rio, além do aningal existente às margens do rio. Outro elemento de relevância adotado foi a inclusão dos lagos, mesmo que não se tenha estabelecido uma ligação direta entre eles e o rio, para o aproveitamento de suas

águas e para imprimir maior proximidade à paisagem do sítio de Belém de outrora, quando os igarapés adentravam na terra e formavam alagados, como o do Piri.

Ressalte-se, ainda, como aspecto importante adotado pelo partido, a divisão setorial dos equipamentos, agrupados em dois setores segundo suas funções, a de apoio operacional e a naturalista, conforme foi aprofundado no Item 3.2.1.1. Isso permitiu uma melhor leitura do parque e de suas funções, graças ao papel do arquiteto paisagista, que é de, “articular o espaço por meio da ligação de fragmentos através de uma estrutura que assegure a comunicação simbólica, para além das outras funções ecológicas, econômicas e sociais” (MAGALHÃES, 2001, p. 42).

Outro aspecto importante adotado pelo partido e que está relacionado com a ocupação do espaço refere-se à opção de destinar o miolo do parque a equipamentos que se caracterizam por vazios planimétricos e altimétricos, como a praça, os campos e o lago, e destinando às áreas condensadas visualmente para as extremidades do parque, como as edificações e as massas arbóreas, o que dá ao observador uma idéia de síntese espacial, desde a entrada do parque, tema que será retomado na análise do traçado.

#### 3.2.1.4 O traçado

O traçado do Mangal das Garças assume três configurações formais distintas. Em um primeiro momento, da área que vai da entrada do parque ao edifício do Museu da Navegação e do Restaurante, a proposta alinha-se ao paisagismo contemporâneo de traçado geometrizado, que é caracterizado por Macedo (1999, p.117) como: “Pisos rígidos, com desenhos geometrizados, o uso e abuso de simetrias, e por contraste, de assimetrias no desenho de pisos [...]”.

O traçado contemporâneo do parque é composto por desenhos geométricos no piso, em forma de quadrados e retângulos perfeitos, e por figuras assimétricas, com triângulos e polígonos imperfeitos, vistas na Figura 43.

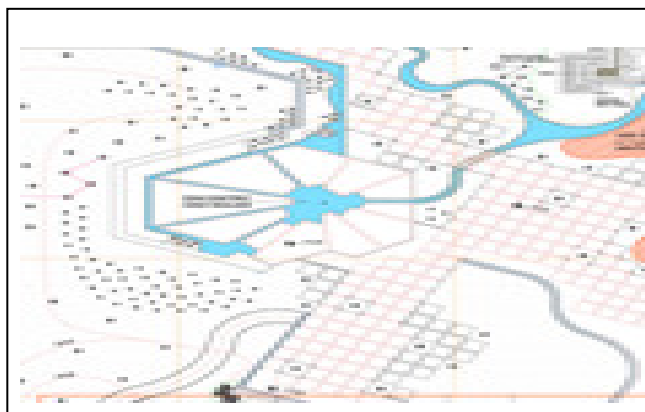


Figura 43: Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças: o Traçado geometrizado característico do paisagismo contemporâneo.  
Fonte: Kliass, 1999, desenho nº EX 01- LO 01.

Na Praça Encontro das Águas, desenha-se uma composição de figuras geométricas assimétricas em forma de “gomos” que se unem a um riacho sinuoso que se direciona para um ponto central, um pequeno “lago”, onde o riacho deságua. Esse desenho sugere segundo Aurélio Meira (em entrevista, janeiro, 2009), a associação, mesmo que simbólica, do natural com o cultural, representado pela sinuosidade do riacho (retratando as formas encontradas na natureza), Figura 44,



Figura 44: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Formas geométricas em curvas, no traçado contemporâneo.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

e pela geometrização dos “gomos” (formas criadas pelo homem), Figura 45.



Figura 45: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Formas geométricas em “gomos”, no traçado contemporâneo.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Na segunda parte, o projeto do parque assume, como já foi referido, um traçado sinuoso, assimétrico por meio do riacho e dos caminhos, configurando formas orgânicas que parecem ter sido inspiradas, como tantos outros parques urbanos criados no século XX, no modelo dos jardins ingleses do século XIX, como esclarece Kliass (1993, p.20):



a fonte de inspiração do parque urbano foi o modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII, que tiveram origem nas idéias românticas de volta à natureza aliadas à influência da cultura e artes orientais. Rompe-se então com a tradição do jardim barroco, com sua linguagem geométrica e arquitetônica à qual se subordinavam não somente os elementos construídos, como pisos e espelhos d'água, mas também a vegetação. O novo modelo ganha uma linguagem informal de linhas curvas, modelado de relevo em colinas macias, rios e lagos, extensos gramados e grupos de árvores, tudo sugerindo, por meio de seu arranjo, as formas da natureza.

Nessa parte do parque, o traçado orgânico foi determinado para atender ao conceito que sugere a contemplação da natureza, e esse induz o visitante a percorrer um caminho que o levará à observação da paisagem. O traçado, nesse setor do parque, permite ao visitante uma leitura gradual da paisagem, facilitada pela presença de planos de visadas, por elementos isolados ou em conjunto, interdependentes ou não, paisagens que vão surgindo ao observador à medida que esse caminha pelo parque, como a ilha que surge após o Recanto1 (Figura 46).

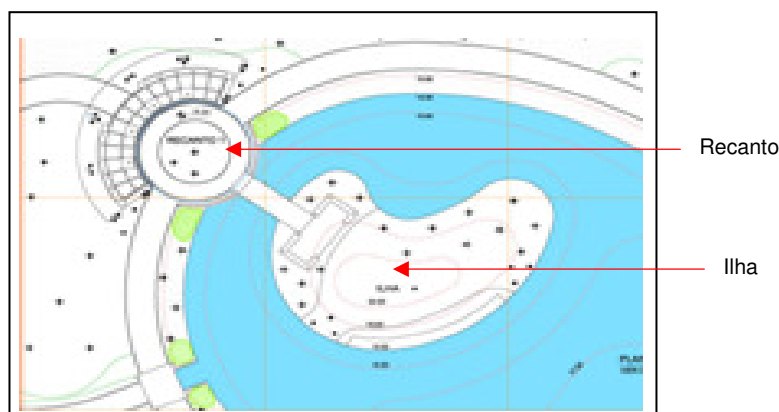


Figura 46 - Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças: Recanto e ilha para retratar a paisagem característica do traçado orgânico.  
Fonte: Kliass, 1999, desenho nº EX 01- LO 01.

Esse recurso paisagístico, próprio do jardim inglês, por meio da busca de um romantismo traduzido pela imitação da paisagem natural, já identificado neste trabalho na Praça Batista Campos e no Bosque Rodrigues Alves (Item 2.3), foi

proposto com o intuito de provocar surpresas por meio do recurso aos caminhos sinuosos e de perspectivas, conforme Laurie (1983, p. 53):

*Un produto del movimiento romântico, cuya forma se basaba en la observación directa de la naturaleza y en los principios de la pintura. Los objetivos del arte del paisaje pasaron a ser la sorpresa, la variedad, la simulación y la consecución de idílicas perspectivas.*

Outro fator definido pelo traçado e que beneficia o descobrimento gradual das paisagens retratadas no parque, é a proposta conseguida graças à adoção de níveis de observação, como os das varandas do Museu da Navegação e do restaurante Manjar das Garças (Figura 47), da passarela e do Mirante, e os do Farol de Belém.



Figura 47: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Restaurante circundado por varandas.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Aspecto importante do traçado é também a alternância de formas “fechadas” e “abertas”, que podem ser encontradas na Amazônia, caracterizadas ora pela presença de mata fechada, ora pela abertura de vistas para rios, clareiras ou outro tipo de sistema ecológico, como os campos. Esse efeito pode ser sentido no aningal do parque, onde o visitante é conduzido por um caminho em estiva que passa por dentro de uma mata fechada de aninga (Figura 48),



Figura 48: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Recurso formal de mata fechada no aningal.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

e que no fim se abre para uma área aberta (Figura 49).



Figura 49: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Abertura após a mata fechada.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009

Finalmente, chega-se à terceira configuração do traçado do Mangal, que permite, através de um trapiche, a visão contemplativa do rio (recurso identificado igualmente na Praça Ver- o - rio), Item 2.5.1.

Esse traçado, expresso por uma grande estrutura em ipê, elevada do solo, a céu aberto, composta por pilares, vigas, caramanchões, escadas, passarela, rampa, lembram os inúmeros portos existentes ao longo dos rios na Amazônia, assim como as passarelas em estivas, que avançam em direção aos rios.

No entanto, diferentemente dos trapiches da região, o do Mangal não permite o acesso a embarcações. Ele finda em um mirante que serve para a contemplação da paisagem (Figura 50).



Figura 50: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Trapiche retratando a paisagem ribeirinha amazônica.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

### 3.2.2 O parque

#### 3.2.2.1 As modificações gerais no projeto quando da implantação

Segundo Paulo Chaves, a única mudança considerável no projeto efetivada quando da implantação do parque, foi a inclusão do borboletário. De acordo com o arquiteto, o local onde hoje se encontra o borboletário estava previsto para ser construído o viveiro de pássaros, para ser usado como criatório de beija-flores em cativeiro, marrecas e guarás. A idéia de criação do borboletário não constava no projeto inicial e surgiu por iniciativa de Chaves.

Outra mudança diz respeito à proposta vegetal que sofreu adaptações em decorrência da dificuldade em se encontrarem espécies nativas amazônicas produzidas em viveiros ou sementeiras na região para uso no paisagismo, o que condicionou a substituição de algumas espécies comercialmente inexistentes por

outras já produzidas, adquiridas com os produtores de São Paulo. Paulo Chaves declarou: “O grande problema do paisagismo em Belém é que não temos um horto botânico, temos de comprar plantas da Amazônia em São Paulo” (CHAVES, 2009).

Um elemento que não representa propriamente uma mudança, mas sim um acréscimo ao programa inicial do projeto, refere-se à inclusão, no parque, do orquidário, em 2007, com capacidade para abrigar até 360 plantas, e proposto para viabilizar a produção e a exposição de espécies de orquídeas da Amazônia.

### 3.2.2.2 O relevo e o solo

O relevo do sítio onde a cidade de Belém se desenvolveu é constituído de terraços em três níveis de alturas o nível mais alto se aproxima dos 16 m, o segundo nível está entre 10 e 15 m, e o terceiro nível, entre 5 e 10 m. Abaixo dos 5 metros, situam-se as áreas que margeiam a baía e o rio Guamá (PENTEADO, 1968, p. 54-55). Nessa última cota as áreas tornam-se susceptíveis de alagamentos, e é quase na totalidade dessa cota que se situa o Mangal das Garças.

O projeto paisagístico do Mangal das Garças propôs a manutenção do relevo característico do sítio, que é plano. Mesmo considerando os aterros necessários à execução do projeto, de até 3.00 m de altura em alguns trechos. Fora a elevação do Museu Navegação, o terreno manteve-se plano em toda a sua extensão.

Entretanto, o projeto propôs a criação de algumas elevações no terreno. Dessas, foi identificada a que foi criada para servir de anteparo e adequação do relevo do sítio à implantação de uma pequena cascata denominada “Fonte dos Caruanas”, de onde nasce um riacho que percorre o parque (Figura 51).



Elevação da  
Fonte dos  
Caruanas

Figura 51: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Elevação como anteparo à Fonte dos Caruanas.  
Fonte: <Skyscrapercity.com>, 2009.

O engenheiro e arquiteto Aurélio Meira, responsável pelo projeto arquitetônico e pela construção do parque, em entrevista, relatou que essa cascata estabelece uma metáfora do ciclo das águas na Amazônia:

A cascata marca o início do ciclo, depois vem o córrego, que é o igarapé amazônico, este se dirige para a Praça Murmúrio das Águas, que simboliza a formação dos rios da Amazônia; estes se unem em um epicentro para formar um único rio que percorre o parque, formando ilhas, até desaguar no lago.

Mesmo que o relevo da Amazônia seja predominantemente composto por terras planas, a presença de uma cascata no Mangal está coerente com a paisagem da região e os relevos acentuados que, associados aos rios, formam quedas d'água e cascatas, como as encontradas na região do Baixo Amazonas, próximo às cidades de Santarém, Alenquer, Óbidos e Monte Alegre, no Estado do Pará.

A presença da pequena elevação associada à cascata do Mangal pode igualmente expressar uma prática cultural indígena marajoara, a de criação de “tesos” em campos alagados do Marajó.

Essa análise se reforça pela denominação “Fonte dos Caruanas”, originária igualmente do universo cultural indígena na Amazônia. A denominação “Caruanas” define os entes da mitologia indígena, de gênio benfazejo e serviçal, que os pajés invocam para curar os doentes.

Os tesos indígenas significam montes de terras (vistos igualmente no Projeto Feliz Lusitânia, Item 2.5.2) construídos pelos índios Marajoaras que viveram há 11.200 anos na ilha de Marajó. Esses montes de até 12 metros de altura e 3 hectares de área, sobre os quais habitava a elite para se proteger das cheias dos rios, eram usados pelos índios como locais onde sepultavam seus mortos, como revela Schaan (2008, p.33): “Nesses locais, os nobres sepultavam os mortos em belas urnas funerárias, decoradas com emblemas de sua linhagem, produzindo uma das mais sofisticadas artes ceramistas das Américas”.

Quanto ao solo do Parque, predominantemente alagável, recebeu, como já foi dito, aterro para que fosse possível a expressão da paisagem de terra firme. No entanto, o aterro utilizado no parque, segundo as informações concedidas pelo biólogo do parque, Igor Seligmann, e pela paisagista responsável pela execução do projeto paisagístico, Nazaré Chaves, era composto de material de fácil compactação e de difícil permeabilidade, o que pode explicar o fato de as raízes de várias árvores não conseguirem transpassar a possível camada de solo compactada, o que comprometeu o desenvolvimento de algumas árvores, com a mudança de suas formas, ou mesmo o tombamento de alguns vegetais (Figura 52).

Observa-se, então, que na implantação do projeto, no que tange à adequação do solo ao plantio de espécies vegetais, não foi contemplado o preparo adequado do solo às espécies vegetais previstas no projeto, mesmo com a equipe profissional interdisciplinar que compôs o projeto e sua implementação.



Figura 52: Parque Naturalístico Mangal das Garças: tentativa de evitar o tombamento de vegetal no parque.

Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Nesse ponto, a concepção e a execução do Mangal vão de encontro à morfologia do terreno do Mangal, fato que lembra o pensamento de Italo Calvino (1990) referente à ideia de que uma paisagem invisível condiciona o visível, o que mostra a estreita relação que deve existir entre função e forma na concepção da paisagem que pretende uma harmonia estruturada. Magalhães (2001) ensina que a arte de dar forma à paisagem exige um conhecimento prévio da estrutura da paisagem natural do sítio, por meio da interpretação de seus aspectos biofísicos, humanísticos, artísticos e técnicos, para que sejam integrados num mesmo sistema.

Essa lição parece ter sido aprendida pelos índios, comprovada pela prática já existente na cultura indígena, a de tratamento do solo para o plantio de espécies vegetais, e que se contrapõe ao mito da natureza selvagem, que já vem sendo “derrubado” pelas pesquisas. Segundo Pereira Magalhães (2008), os diversos ecossistemas da Amazônia já eram explorados - segundo táticas adequadas às características ambientais - pelos nativos há 12 mil anos. Esse fato é comprovado, segundo Clement; Junqueira (2008, p.44), pela presença na floresta “de terra preta de índio, um tipo de solo antropogênico muito rico em fósforo, cálcio, carvão e cacos de cerâmica”.



Mesmo que se tenha feito uso da técnica (aterro) para a adequação do solo ao plantio no Mangal, ele se mostrou deficiente, haja vista os problemas (perdas de espécies vegetais) detectados no parque, ou talvez, melhor dizendo, os problemas detectados sejam consequência - além da má qualidade do aterro e da técnica adotada no processo de execução - da inadequação da proposta conceitual do projeto de retratação da região de terra firme à estrutura do solo do Mangal, predominantemente alagável, o que remete à filosofia paisagista adotada por Olmsted, ao longo do exercício de sua profissão, expressa pela adoção de *“un estilo informal y natural en el diseño de paisajes, que recogía las posibilidades y limitaciones de cada lugar”* (LAURIE, 1983, p.63).

### 3.2.2.3 Os elementos aquáticos

A presença de elementos aquáticos no projeto parece ser tarefa óbvia, mas não fácil de ser realizada - em se tratando da vastíssima paisagem aquática presente na Amazônia, apresentada no Item 1.2. Sobre a bacia hidrográfica amazônica, Brandão da Cunha (2008, p.13) diz, “é uma rede de superlativos”.

Desse modo, podem ser identificados os seguintes elementos culturais que permitem expressar parte da riquíssima paisagem “natural” aquática amazônica: o Lago do Cavername e o Lago da Ponta, com espécies aquáticas, aves pernaltas, peixes e quelônios da Amazônia, o lago do viveiro e do borboletário; a cascata do parque e do borboletário; a fonte do Armazém do Tempo; o riacho do parque e, principalmente, a área alagável de várzea que foi mantida e que margeia o rio Guamá, e o próprio rio que se integra ao parque, graças ao partido adotado, todo voltado para o mesmo.

A proposta de manutenção e regeneração da área de várzea alagável que margeia o rio, e sua abertura visual para ele (Figura 53), confere ao parque um efeito de continuidade espacial. Esse fator faz com que se reconheça a paisagem amazônica em um dos aspectos que mais a identificam: sua dimensão continental, definida em parte, por sua bacia hidrográfica.



Figura 53: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Vista que se abre para o rio Guamá a partir do Mangal.  
Fonte: Zein, 2006, p. 97.

É possível que, dos elementos citados, quase todos sejam encontrados em outras propostas paisagísticas, em tempos e espaços diversos, naquelas já identificadas em Belém, no “passeio” histórico, seja como elemento natural, o rio, seja, transformados em paisagem, da baía de Guajará, inserida praticamente como extensão dos projetos, e vistos: na Estação das Docas, no Feliz Lusitânia e na Praça Ver-o-rio; ou como parte do segundo exemplo, como artefatos, identificados: no traçado ortogonal do Jardim Botânico; nos lagos da Praça Batista Campos, do Bosque Rodrigues Alves, da Praça Ver-o-rio; no espelho d’água da Praça Kennedy; nos riachos líquidos e “sólidos” e nas fontes, do Feliz Lusitânia, do Polo Joalheiro e do Parque da Residência.

Existe ainda a presença de outras águas, visíveis, como as da chuva, que penetram no solo e se misturam às águas do subsolo, não vistas, o que ainda remetendo a Calvino (1990), e que fazem parte da paisagem. Nesse aspecto as águas presentes no subsolo do Mangal são abundantes - graças à superfície quase totalmente impermeável do parque composta por terra batida, pedrisco, gramados - e correm em lençóis freáticos e se direcionam para os igarapés e rios, mantendo a estrutura natural que consolida a relação ecológica.

A presença da água é fundamental para a relação ecológica no parque, e se estende para além desse, como para a Praça Batista Campos, onde foi identificada a presença de garças brancas, que certamente essas estabelecem trocas biológicas com o Mangal. A presença da água condicionou parte da proposta vegetal do parque, e a vegetação está condicionada à água presente, em menor ou maior volume, no sítio. Assim como as relações de trocas entre o solo e a atmosfera que acarretam as chuvas, o que condiciona os elementos e materiais construtivos, a manutenção do parque, além da sobrevivência dos seres vivos que se formam, e que mantém o ciclo biológico e o clima no parque e na cidade.

Desse modo, o que a estrutura da paisagem sugere como estudo para o projetista da paisagem nem sempre é possível de ser abarcado em todas as suas nuances, haja vista a complexidade das paisagens, seu caráter dinâmico, além de aspectos de outras ordens, econômicas, políticas e técnicas, que, por vezes, se tornam difíceis de ser equacionadas e formatadas no projeto, acarretando igualmente desacertos quando as propostas são implementadas.

Isso pode ser identificado na observação de Igor Seligmann, biólogo do parque, acerca da espécie cavalinha-gigante (*Equisetum giganteum*) proposta para um dos canteiros do parque, e que apresenta dificuldades de desenvolvimento,

mesmo após quatro anos de seu plantio (segundo Seligmann, há períodos em que a espécie se desenvolve com mais força, notadamente no período das chuvas na Amazônia).

Mesmo que a proposta da espécie esteja coerente com o sítio do mangal, predominantemente de várzea, essa espécie vegetal, característica de áreas alagáveis, foi plantada em aterro e distancia-se aproximadamente três metros do solo natural do sítio, distanciando-se, pois, da água em abundância necessária ao seu pleno desenvolvimento, o que pode justificar sua forma rarefeita.

Esses problemas ocorrem devido a problemas metodológicos, relacionados com o conceito de intervenção (MAGALHÃES, 2001), provavelmente, em parte, não abarcados no projeto, mas que poderiam ser ajustados na implantação do mesmo. Desse modo, percebe-se a importância do conhecimento prévio da estrutura da paisagem para a concepção do projeto que melhor se aproxime das características da paisagem, ou que mais se aproxime dessas a partir, por exemplo, da adoção do conceito de continuidade (MAGALHÃES, 2001), o qual propõe ligações entre as estruturas edificadas e as naturais (uma proposta de ligação entre o lago criado e as águas do rio Guamá pareceria viável, assim como canais de irrigação), que viessem a diminuir os ajustes no projeto, que são admissíveis, desde que passíveis de novas reflexões técnicas antes da implantação e manutenção dos espaços.

#### 3.2.2.4 A permeabilidade física e visual

A permeabilidade física e visual, no sentido da circulação dos visitantes no parque, e da abrangência visual, no sentido de alcance distanciado da visão, estão estreitamente condicionadas à concepção de uma estrutura integrada dos espaços

edificados e não edificados, na relação dialética entre cheios e vazios, já possibilitada pelo partido e pelo traçado.

O conceito de permeabilidade deve delinear também a forma e a estrutura da proposta paisagística, por meio do equilíbrio dos elementos planos e volumétricos, objetivando a captação visual em série, do conjunto. Segundo Cullen (1983, p. 11), isso proporciona uma “sucessão de surpresas ou revelações súbitas que se entende por VISÃO SERIAL”.

A concepção dos espaços edificados do Mangal atendeu a critérios de proporção entre a área do parque e o número de edificações a serem locadas, concomitantemente ao programa de necessidades preestabelecido.

Os elementos que proporcionam a permeabilidade são elementos aquáticos, massas vegetais, caminhos, bem como a proposta arquitetônica, no que se refere aos materiais utilizados, como as vedações das edificações.

No que tange às edificações, foi identificado, em abundância, o uso do vidro transparente como elemento de vedação, bastante empregado pela arquitetura modernista, o que possibilita um forte efeito de continuidade e de integração dos espaços externos com o interior das edificações, conforme se pode constatar na ilustração (Figura 54).



Figura 54: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Vista do parque do interior do Museu da Navegação. Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Outro elemento a considerar é a ausência de vedação em certas edificações, recurso construtivo típico de modelos construtivos na Amazônia, encontrados em casas do tipo palafitas, às margens dos rios.

Esse modelo construtivo sem vedações, quando associado a generosos beirais, necessários à proteção contra as fortes chuvas da região, permite igualmente a permeabilidade física do espaço e, por conseguinte, a permeabilidade visual da paisagem. Esse recurso foi identificado no restaurante do Mangal, onde varandas circundantes (ver Figura 47, Item 3.2.1.4) são protegidas por beirais, permitindo o acesso de visitantes que podem usufruir a paisagem.

Desse modo, é possível entender, diante do pensamento de Magalhães (2001) que o paisagismo deve repetir a estruturação formal existente na paisagem por meio da inter-relação de elementos isolados, a fim de que esses contribuam individualmente para a formação de um todo homogêneo. Na perspectiva de Magalhães (2001),

a gênese da estrutura da paisagem implica assim a descoberta dos vários níveis, bem como os instrumentos de passagem entre os mesmos, constituídos por pontos privilegiados de intersecção, que designaremos por “nós” ou “pontos” da estrutura. Estes dois tipos de elementos da estrutura são selecionados, não pelo seu valor individual, enquanto elementos isolados, mas na perspectiva do seu valor relacional, enquanto elementos do sistema, tendo em vista o objetivo global da estrutura. (MAGALHÃES, 2001, p. 427).

Desde a entrada, o observador já pode ter uma noção do conjunto do parque. Essa estrutura referida por Magalhães (2001) se mostra para o visitante, fazendo-o saber, por exemplo, que o rio se encontra à direita da entrada, pela visão da passarela que avança sobre o aningal, em direção ao rio.

No que se refere à vegetação arbórea, a permeabilidade visual pode ser comprovada no projeto pelas espécies vegetais adotadas e, sobretudo, pela localização delas, de forma espaçada umas das outras, respeitando as

características biológicas dos vegetais. No entanto, há que se considerar que a natureza é dinâmica e se modifica ao longo do tempo e em função de fatores bióticos e antrópicos diversos. Desse modo, verifica-se que a comprovação empírica da permeabilidade proposta das espécies vegetais só poderá ser confirmada no médio e no longo prazos, quando os estratos arbustivos e arbóreos estiverem consolidados.

Vale ressaltar que a implantação do projeto paisagístico do Mangal adotou o plantio de exemplares vegetais de pequeno porte - justificada pela paisagista Nazaré Chaves e pelo arquiteto Paulo Chaves diante das dificuldades de se encontrarem na Amazônia espécies vegetais nativas de médio e grande porte para transplante, fato que também determinou a importação de grande parte das espécies propostas no projeto, o que já foi referido neste trabalho.

Só no futuro é que o paisagismo do Mangal oferecerá a comprovação da permeabilidade visual vislumbrada no projeto, graças às particularidades formais e estruturais das plantas. Essa opinião foi sustentada na análise do projeto paisagístico vegetal, assim como na entrevista com o biólogo do parque, Igor Seligmann, e por meio de visitas do autor ao parque, quando observou os níveis ou estratos arbóreos propostos no projeto e já se consolidando, os quais estabelecem um *crescendo* de massa vegetal, como sugere Magalhães (2001), desde as forrações e espécies arbóreas de folhagem rala, existentes no início do parque, seguidas pelos arbustos e finalizando com as espécies de grande porte, no limite do terreno do parque, conforme é possível observar na ilustração (Figura 55).



Figura 55: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Permeabilidade entre os estratos vegetais.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

### 3.2.2.5 Os materiais e as técnicas construtivas

Os materiais adotados na construção do parque, considerados por Magalhães (2001) como componentes da estrutura cultural da paisagem, fazem referência a elementos culturais da região, como o uso de madeiras nativas, o pau d'arco ou ipê-amarelo (*Tabebuia serratifolia*), usado em grande escala no Parque.

Os pisos reproduzem materiais e heranças culturais locais: em terra batida (Figura 56), do índio; em estiva, do caboclo (identificada na Praça Ver-o-rio); em paralelepípedo e pedra portuguesa, introduzidos pelo português (identificados na Praça Batista Campos).





Figura 56: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Piso de terra batida. Elemento cultural de influência  
indígena adotado no paisagismo do Mangal  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Foram ainda utilizados troncos de árvores na sustentação de pisos, em paredes (Figura 57) e em forros.



Figura 57: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Parede de troncos de árvores.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Na cobertura das edificações, adotou-se o uso da palha (Figura 58), e de lâminas de madeira denominadas "cavaco".



Figura 58: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Cobertura em palha.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009

Foram adotadas técnicas construtivas locais, como o encaixe estrutural do telhado, a amarração das peças com cordas, o que reproduz a maneira indígena de amarração, com cipós e galhos (Figura 59).



Figura 59: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Estrutura de telhado fixada com cordas.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Outros materiais construtivos, isolados ou em composição, sugerem igualmente a identificação da paisagem amazônica no parque, como o ferro e o vidro, usados no Armazém do Tempo, no restaurante Manjar das Garças e no Museu da Navegação. Mesmo que esses materiais tenham sido usados como elementos construtivos associados principalmente ao projeto arquitetônico, eles inserem-se no

contexto paisagístico do parque e logo assumem igualmente um papel de componente do projeto paisagístico.

Como sugere Magalhães (2001, p.433), a paisagem é constituída por um sistema, uma estrutura verde, que corresponde ao esqueleto da forma. E essa forma deve permitir a permeabilidade física e visual no paisagismo, tal qual nos mostra a paisagem “natural”. Um dos elementos da estrutura “verde” é o que a autora chama de estrutura cultural ou antrópica, referente aos elementos edificados.

A menção do uso desses materiais no paisagismo, principalmente do ferro, abundante na região, sobretudo na Serra dos Carajás, no Estado do Pará, se alinha ao pensamento do arquiteto paisagista costa-riquenho Alberto Negrini (*apud* OLIVEIRA, 2007, p.108), que diz ter tomado consciência da importância do paisagismo pela compreensão do espaço exterior e da natureza, o que remete ao conceito de estrutura da paisagem definido por Magalhães (2001):

a partir de então, tomei consciência da importância do paisagismo - não jardins ornamentais, mas do espaço exterior concebido como entorno natural e cultural no qual se desenvolve determinada atividade – da criação de ambientes – não como cenários, mas como interpretações e criações a partir da própria natureza, enfatizando um fator ou outro. O resto é secundário [...].

A edificação denominada Armazém do Tempo (Figura 60) acrescenta um aporte histórico ao parque. Constituída integralmente em ferro e vidro importados da Inglaterra no período áureo da borracha, essa edificação pertenceu à antiga Empresa de Navegação da Amazônia (ENASA). Sua estrutura encontrava-se em estado de abandono quando foi restaurada.



Figura 60: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Armazém do Tempo.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Outros usos de materiais locais, como a madeira, podem ser vistos no Mangal: em divisórias de espaços (Figura 61); floreiras; suporte para aves e vegetações epífitas; mangedoura; guarda-corpo de pontes e trapiches, etc.



Figura 61: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Divisórias de espaços e usos.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

### 3.2.2.6 A vegetação

A vegetação configura-se como um elemento da maior importância para o projeto paisagístico: “A vegetação constitui o material primordial de construção da paisagem, pelo que a profundidade do seu conhecimento refletir-se-á necessariamente na qualidade do projecto” (MAGALHÃES, 2001, p.381).

Ela constitui um elemento formal de características específicas, que assume diversas funções no projeto paisagístico, estéticas, ecológicas ou estruturadoras do espaço, como o patchouli (*Andropogon muricatus*), usado no Mangal, em maciços, para delimitar ou camuflar espaços, como o acesso ao estacionamento (Figura 62).



Figura 62: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Maciços de patchouli.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Para Magalhães (2001, p.384),

A forma, a cor e a textura das plantas são elementos da composição, equivalentes ao tijolo, à pedra ou outros elementos inertes utilizados na construção da paisagem, com a diferença que, na qualidade de material vivo, as plantas têm uma evolução e exigências de conservação específicas.

A associação da vegetação a elementos inertes, como o tijolo e a pedra, encontra sustentação na observação feita pela mesma autora quando enxerga nos edifícios a função de controle da ação dos ventos: “Relativamente ao vento, a velocidade é reduzida, devido à rugosidade provocada pelos edifícios” (MAGALHÃES, 2001, p.387). Isso faz sentido quando se associa a vegetação à função de também servir como anteparo ou direcionador da ação dos ventos. Nesse aspecto, pode-se identificar o problema na cobertura do restaurante Manjar das Garças, em palha, que sofre com a ação dos ventos, o que ocasiona transtornos de

manutenção devidos aos constantes reparos e comprometimento da estética da cobertura.

Esse problema poderia ser solucionado pela adoção de árvores de grande porte que servissem de anteparo à ação dos ventos, desde que houvesse um estudo preliminar da incidência dos ventos no Mangal, para posterior proposta que viesse a evitar seus efeitos danosos no parque.

Partindo da proposta governamental de criação de um parque naturalístico que reunisse exemplares de espécies vegetais representativas de regiões de terra firme, de campos e de várzea, constam no projeto paisagístico e na realidade do parque - segundo informação da paisagista Nazaré Chaves – várias espécies vegetais nativas da Amazônia. Espécies de forração, arbustivas, arbóreas, aéreas, aquáticas, representativas das regiões propostas para serem retratadas no paisagismo, assim como espécies exóticas, que vêm sendo incorporadas à paisagem amazônica belenense desde a criação do Horto Botânico do Grão-Pará, no século XVIII.

Dentre as espécies vegetais adotadas, exemplificam-se algumas que identificam a paisagem amazônica, como: lírio da paz do Amazonas (*Spathiphyllum cannaefolium*); filodendros (*Philodendron mellinonii*), Figura 63, usados em áreas de sombreamento, em coerência ao *habitat* da planta, a floresta Amazônica.



Figura 63: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Filodendro.

Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Dentre as espécies aquáticas, identificam-se: a vitória-régia (*Victoria regia*); o mururé-roxo (*Pontederia cordata*), Figura 64; a ninfeia (*Nymphaea spp*).



Figura 64: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Mururé - roxo.

Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Para o plantio de espécies aquáticas, o projeto previu a adequação do solo com o uso de elementos construtivos (Figura 65), para receber as mudas de plantas.

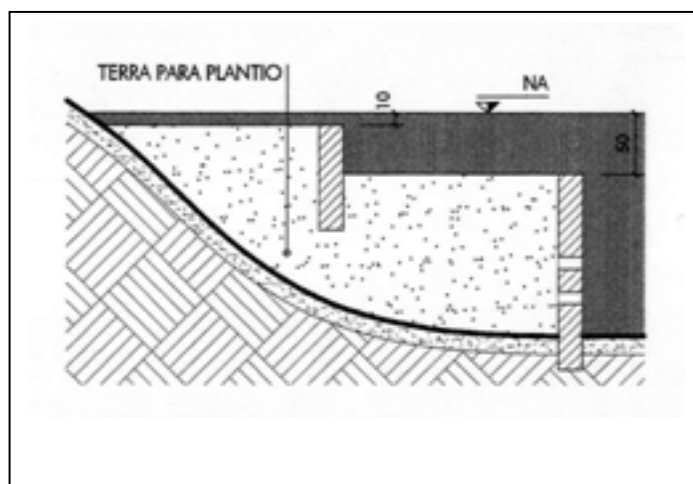


Figura 65: Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
 Detalhe construtivo para o plantio de espécies aquáticas.  
 Fonte: Kliass, 1999, PL 03.

No limite entre o parque e o rio, encontra-se a área denominada várzea, com a vegetação característica das áreas alagáveis, como a aninga do pará (*Zantedeschia aethiopica*).

A intenção conceitual do projeto de recuperar essa área e a sua vegetação característica - na ocasião da construção do parque ela se encontrava em estado de degradação provocado por ações antrópicas - permitiu a regeneração natural dessa espécie nativa amazônica, originária de áreas de beira rio.

A regeneração ambiental do aningal alinha-se ao conceito de ecogênese<sup>21</sup> no paisagismo, cujos principais representantes no Brasil são os arquitetos paisagistas Fernando Chacel e Sidney Linhares, que, como foi visto anteriormente, o desenvolveram, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, em projetos paisagísticos como o do Parque da Gleba E,<sup>22</sup> que se tornaram referências do conceito de ecogênese, que teve, segundo Chacel, Burle Marx como precursor no Brasil

<sup>21</sup> “sobre o conceito de ecogênese ver o item 1.3 desta dissertação”.

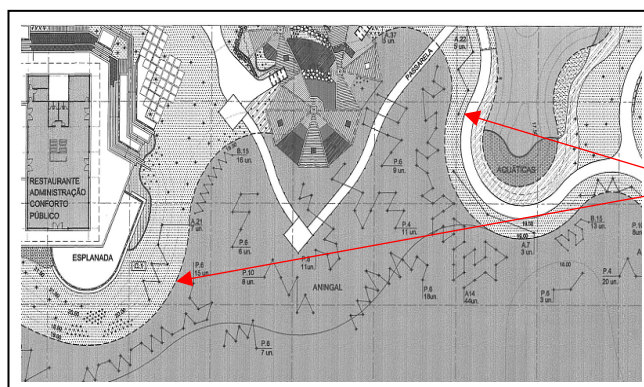
<sup>22</sup> “O Parque da Gleba E representa, no âmbito dos diversos projetos aqui apresentados, a primeira intervenção com intenções de incorporar ao gesto paisagístico, princípios conservacionistas e Opreservacionistas de recuperação de ecossistemas próprios da região da Barra da Tijuca.” CHACEL (2004, p. 49)



(CHACEL, 2004). Segundo Paulo Chaves, o conceito de ecogênese delineou a proposta de regeneração do aningal.

Para a regeneração do aningal, primeiramente, fez-se o estudo do sítio onde seria construído o Mangal a fim de conhecer o ecossistema pretérito existente. Por meio de comparações com a área situada na margem do rio Guamá, oposta ao terreno do parque, detectou-se a presença de vegetação do tipo *Rhizophora mangle*, característica do ecossistema de mangue, além da água salobra e da presença de pequenos caranguejos. Desse modo, os técnicos envolvidos nos estudos, dentre os quais o Arquiteto Paisagista Fernando Chacel e o biólogo Luiz Emygdio de Mello Filho, chegaram à conclusão da provável existência no passado, de mangue no sítio do Mangal.

Para a viabilização da regeneração do aningal, a primeira medida tomada, segundo Chaves, foi solicitar ao comando da Marinha que parasse de ceifar o aningal, prática adotada provavelmente como medida de “limpeza”, e que representa a negação da paisagem regional, vista ainda como um fator contrário à modernização da cidade, portanto merecedora de ser eliminada. Outra medida adotada foi a determinação de se manter no projeto o limite natural entre o rio Guamá e o terreno do parque (Figura 66).



Limite entre o terreno e o rio Guamá mantido no projeto

Figura 66: Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças: O limite natural em curvas mantido pelo projeto.  
Fonte: Kliass, 1999. PL 03.

Presentemente, o aningal encontra-se em avançado estado de regeneração, no qual se percebem diferentes extratos vegetais característicos das várzeas amazônicas já em conformação, como a aninga (*Zantedeschia aethiopica*), o açai (*Euterpe olereceae*), e o miriti (*Mauritia flexuosa*), (Figura 67), atingindo o objetivo esperado pelo paisagismo de ecogênese adotado como modelo no Mangal.

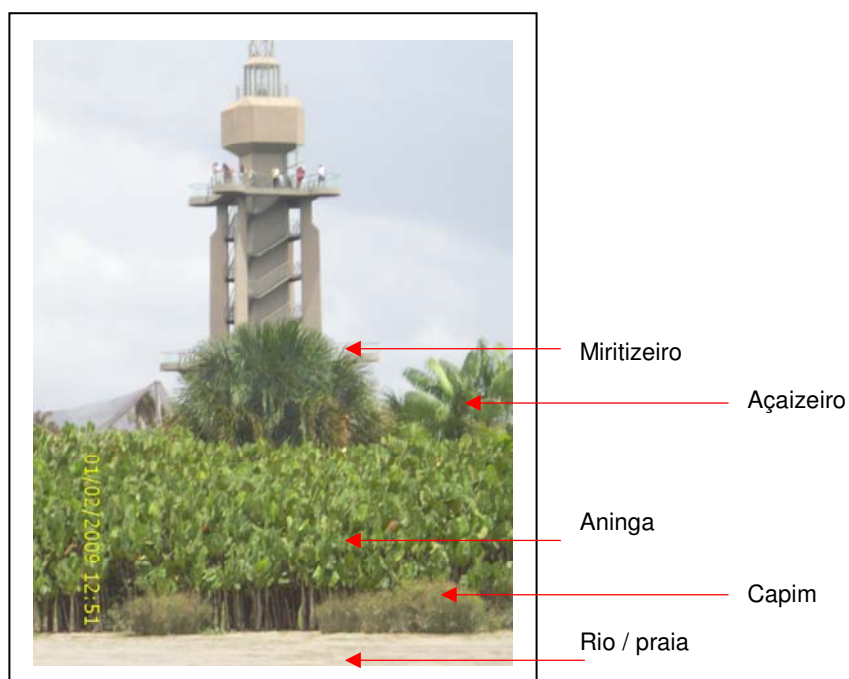


Figura 67: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Vista da vegetação regenerada no Mangal das Garças. Ao fundo, vê-se o Farol de Belém. Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Outras espécies vegetais nativas da Amazônia propostas no projeto do parque identificam a paisagem regional. Das espécies arbóreas podem ser exemplificadas: o jenipapo (*Genipa americana*), adotado em função de sua resistência a solos de várzea, e o urucum (*Bixa orellana*), (Figura 68), ambos matérias-primas usadas em pinturas indígenas e retratadas nas cores do piso com motivos indígenas no Parque da Residência;

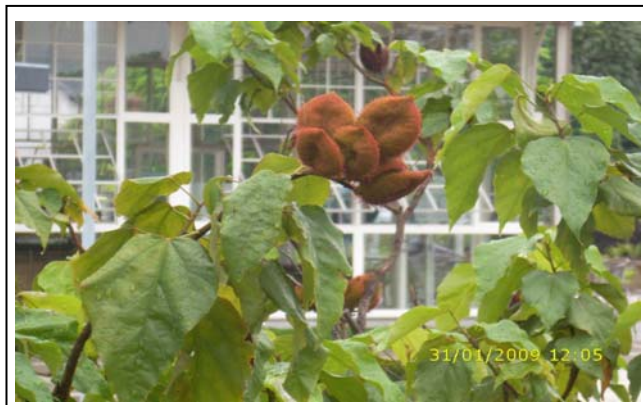


Figura 68: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Urucum.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

a chuva de ouro (*Lophantera lactescens*), da Figura 69, espécie arbórea utilizada na recuperação de áreas degradadas e adotada na arborização do estacionamento do parque;



Figura 69: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Chuva de ouro  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

o miritizeiro (*Mauritia flexuosa*), semeado ao acaso no aningal, Figura 70, técnica já adotada pelo índio amazônico e que pode ser associada a processos ecológicos naturais, como a dispersão de sementes referido por Metzger (2001,p.3);



Figura 70: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Miritizeiros.

ou ainda presente em forma de artesanato, retratando casas típicas ribeirinhas (Figura 71);



Figura 71: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Miritizeiros transformados em artesanato.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

o açazeiro (*Euterpe oleracea*), igualmente semeado aleatoriamente ou junto a elementos aquáticos, como em composição com o lago (Figura 72), tal qual é encontrado na floresta. Os frutos dessa palmeira representam uma das principais fontes de alimento e de renda do ribeirinho amazônico;

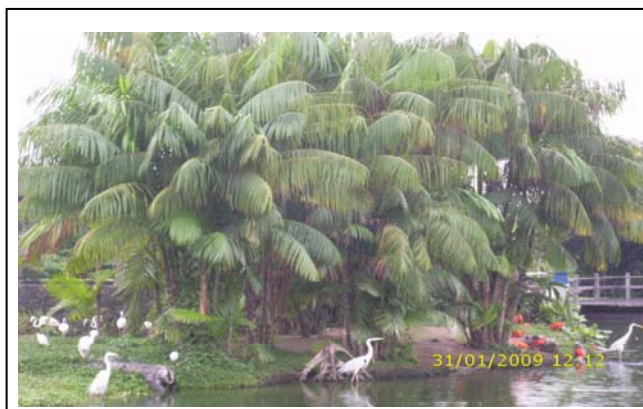


Figura 72: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Açaizeiros.

Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

a samaumeira (*Ceiba Petrandia*), utilizada pelos índios como meio de comunicação, haja vista o tronco leve da espécie que faz com que o som ecoe na mata; a cuieira (*Crescentia cujete*) (Figura 73), da qual se produz a “cuia”, objeto artesanal e utilitário de grande uso na Amazônia; o jambo do pará, que produz frutos de grande poder de atração para os morcegos, espécie animal de grande importância para o equilíbrio ambiental na região.



Figura 73: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Cuieira.

Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

As epífitas, como grupos de samambaias, plantas pré-históricas e encontradas em abundância na região, são utilizadas no parque em muros de pedra-preta e em

composição com cascatas, para aumentar a umidade necessária ao borboletário (Figura 74); e,



Figura 74: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Grupo de samambaias no borboletário.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

as aéreas, como as trepadeiras nos caramanchões dos recantos e sobre o sombrite (Figura 75) do viveiro de pássaros, reduzindo a forte incidência solar na região e possibilitando conforto às aves.



Figura 75: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Trepadeira acoplada ao sombrite do viveiro de pássaros.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Segundo o arquiteto Paulo Chaves, foi plantado no Mangal o dobro do volume de ipês (*Tabebuia avellanedae*), certificados pelo IBAMA, e usados na construção do parque, como na estrutura da escada (Figura 76), o que sugere no Mangal, mesmo

que modestamente, o conceito de manejo de espécies arbóreas, uma das propostas mais festejadas por ambientalistas para a manutenção da floresta amazônica.



Figura 76: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Caramanchão e escada em ipê.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

### 3.2.2.7 A fauna

A fauna encontrada no parque é predominantemente constituída por animais aquáticos e por aves que fazem parte do universo amazônico. Os animais presentes no parque são: borboletas; peixes, como o tambaqui, o acari; aves, como guarás, garças e flamingos; beija-flor; e quelônios, como a tartaruga da Amazônia (Figura 77).



Figura 77: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Tartarugas da Amazônia.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

A proposta diferenciada do projeto paisagístico do parque foi a de criação do borboletário “José Márcio Ayres” (Figura 78), e do viveiro de pássaros “Viveiro das Aningas”. No borboletário, borboletas e beija-flores são mantidos voando em “liberdade” pelo meio dos visitantes. Nesses espaços, são desenvolvidos os ciclos de formação das borboletas, ou seja, a eclosão dos ovos, a criação de lagartas e a metamorfose. No criatório, são produzidas mensalmente 5.500 borboletas amazônicas. Cada animal é identificado e registrado em um livro de nascimentos, logo, os animais tornam-se fonte de estudo de pesquisadores e compõem, com a vegetação, o riacho e o lago, o paisagismo do parque.

De acordo com o arquiteto Paulo Chaves, os vegetais que serviam de alimento para as borboletas eram produzidos, na época de sua gestão como Secretário de Estado, pelos detentos da Colônia Rural Agrícola de Americano, o que, segundo Chaves, estabelecia uma relação simbólica entre os presos e sua liberdade futura, anunciada pela transformação das lagartas em borboletas.



Figura 78: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Interior do borboletário.

Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Percebe-se claramente que a vegetação e os equipamentos de composição paisagística assumem funções outras, que não simplesmente a estética, como a de reproduzir o *habitat* natural desses animais, prover suas necessidades, bem como



possibilitar a sobrevivência e a reprodução das espécies. Dessa forma, no espaço foram introduzidos ninhos, bebedouros, comedouros e espécies vegetais atraentes para os animais.

Segundo a paisagista Nazaré Chaves e o biólogo Igor Seligmann, o Mangal caminha para sua autossustentação faunística, fato já comprovado pela procriação de animais, formação de ninhais, aumento da população faunística visitante, e pelas trocas de espécies animais entre o Mangal e outros parques ou zoológicos brasileiros. Exemplo disso foi a recente troca de guarás do Mangal por flamingos procedentes do Paraná para o parque, o que promoveu, segundo o biólogo Igor Seligmann, o retorno dessa espécie de ave à região amazônica, ave que no passado se fazia presente na paisagem, mas que desapareceu em decorrência de ações antrópicas predatórias.

#### 3.2.2.8 O mobiliário, os elementos escultóricos, os referenciais simbólicos

O mobiliário do Mangal não apresenta grande relevância para a identificação da paisagem amazônica. Em sua quase totalidade, é em concreto aparente ou revestido, em ferro galvanizado, alumínio, madeira, ou em composição de um ou mais de um material, como a madeira e o ferro, ou o ferro e o alumínio, utilizados na programação visual, nas lixeiras, no bicicletário e nos bancos.

Vale citar, entretanto, um banco em ipê (Figura 79) esculpido “a machadada” - técnica de acabamento bruto possibilitado graças ao uso de machado ao esculpir a peça - que representa um misto de mobiliário e peça artística. Essa peça tornou-se obra de arte no Mangal e cenário para fotografias. Tal elemento representa uma expressão humana regional originária do caboclo amazônico, com base no uso de

um elemento da natureza relacionada com uma técnica de fazer cultural que traduz um sistema coerente: natureza – ação humana – artefato – paisagem retratada e identificada.



Figura 79: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Banco em peça única de Ipê.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Os elementos escultóricos que estão expostos em toda a extensão do parque estão, em sua maioria, relacionados com os elementos culturais da região Amazônica. Obras de arte de artistas plásticos consagrados, residentes em Belém, como Geraldo Teixeira, Emanuel Franco, Klinger Carvalho, tratam de temáticas associadas à navegação na Amazônia, expressas por esculturas de barcos ou partes desses, ou exemplos de pinturas usadas nos lemes das embarcações (Figura 80),



Figura 80: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Escultura “Pássaros do Rio”, de Emanuel Franco.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

o que demonstra a tradição de pinturas de cidades interioranas do Pará, como Abaetetuba, Bragança e Vigia, ou tradições técnicas adotadas por mestres carpinteiros, ainda do interior do Pará, frutos da miscigenação do fazer indígena e das técnicas de construção naval da tradicional Escola de Navegação de Sagres, em Portugal, deixadas como herança cultural pelos colonizadores. Além disso, há alguns desenhos esculpidos em “telas” de pedra preta, com motivos da fauna amazônica, por Benedito Monteiro, operário que trabalhou na construção do parque e teve seu talento artístico descoberto nessa ocasião. Outros elementos escultóricos presentes no parque remetem à tradição cultural amazônica, como os barquinhos de venda de “raspa-raspa” e as âncoras e correntes de embarcações (Figura 81), encontradas igualmente no Projeto da Estação das Docas.



Figura 81: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Âncora e correntes nos jardins do parque.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Os referenciais simbólicos estão presentes, também, nas denominações dos equipamentos do parque, buscadas na natureza, nas tradições culturais de uso comum, ou efetivadas por meio de homenagens a personalidades da região. Começa pelo nome do parque, “Mangal”, termo que designa na região amazônica, o mangue; dando seguimento a outras denominações, como Fonte dos Caruanas; Farol de

Belém; Lago do Cavername; ou o uso de nomes referenciais do imaginário coletivo regional, vistos nos quiosques de venda de comidas, como “Quiosque Pai D’Égua” e “Quiosque Mãe D’Água”.

Na entrada do parque, identifica-se o pensamento do filósofo paraense Benedito Nunes acerca da relação dialética existente entre o homem e a natureza, que, no entender do autor, deveria ser compreendida como um caminho para o equilíbrio ecológico entre o homem e a natureza, mediante a defesa e a preservação dessa pelo homem, que deveria ver-se como seu guardião: “O homem, que deixou de ser escravo da Natureza tampouco é o senhor que nela impera, deveria ser o seu vigilante guardião.”

O borboletário do parque recebeu o nome do biólogo paraense José Márcio Ayres (Figura 82), responsável pela criação da primeira reserva de desenvolvimento sustentável no Brasil, a Reserva Mamirauá, localizada na Amazônia, e criada como centro de pesquisas sobre a região.

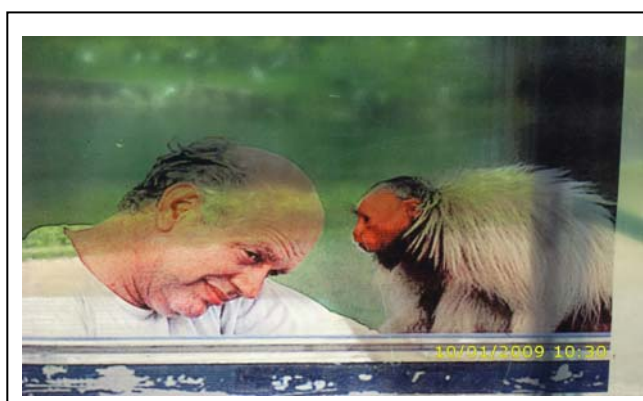


Figura 82: Parque Naturalístico Mangal das Garças: Fotografia de José Márcio Ayres com um uacari branco a entrada do borboletário. Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

### 3.2.3 A relação do parque com o entorno

Apesar de a cidade de Belém estar circundada pelo rio Guamá e pela baía de Guajará, não há terminais fluviais públicos na cidade. A “atracação” em terra é feita na feira do Ver-o-peso, no distrito de Icoaraci, na Praça Princesa Izabel, e em alguns outros pontos da orla, sendo que a grande maioria funciona de forma bastante rudimentar.

No projeto da Estação das Docas, foi construído um pequeno embarcadouro (Figura 83) de uso quase que exclusivo de empresa turística. Ele surgiu em lugar do único terminal existente em Belém: o Galpão Mosqueiro-Soure. Ainda neste século XXI, o acesso às embarcações em Belém é realizado, em grande parte, em embarcadouros explorados pela iniciativa privada.



Figura 83: Embarcadouro da Estação das Docas.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Todavia, a conduta urbanística de “negação” do rio pelo poder público, desde a formação inicial da cidade, “de costas para o rio”, não impediu a manutenção da forte relação entre o homem e o rio, e o rio e a cidade de Belém, mostrado por Marin (2003, p. 70, *apud* SILVA, 2005, p.134), quando a autora faz referência à existência

de possíveis mil portos - privados - existentes na orla fluvial de Belém: “se a cidade ‘tem mil portos e, virtualmente, por estes mil, mil entradas’, existem, também, milhares de povoados com seus trapiches dirigidos para a cidade”.

É verdade que o Mangal das Garças poderia ter sido concebido na perspectiva de reforçar a relação da cidade com o rio e com as ilhas circundantes de Belém, e, por conseguinte, por meio de um ancoradouro, o acesso da população ribeirinha à cidade ou, pelo menos, ao próprio parque (a ausência de ancoradouros públicos também pode ser sentida nos outros projetos que margeiam a baía de Guajará apresentados neste trabalho: Praça Ver-o-rio; Estação das Docas e Feliz Lusitânia).

Outro aspecto do projeto que parece não ter sido contemplado é a integração da população vizinha ao parque. O projeto não reconheceu essa população - instalada no local antes da construção do parque - e representante de um processo histórico-social de ocupação urbana pretérita na cidade. Isso fica claro quando se constata no projeto que a área vizinha ao parque e onde está estabelecida a referida população não sofreu melhorias urbanas. Essas foram direcionadas unicamente para o parque. Além disso, parece não constar no programa demandas específicas de espaços para atender às necessidades dessas populações.

Outro fator que deixa clara essa situação se refere à manutenção de um muro que separa o parque da área vizinha, isolando o conjunto de habitações e sua população. Com a construção do parque, esperava-se que a segregação espacial entre as áreas vizinhas fosse suprimida, mas, ao contrário, parece ter sido reforçada pelo projeto do parque.

Isso com certeza é prejudicial, já que a ocupação dessa área se faz pelo bairro da Cidade Velha, bairro histórico da cidade, com seus traços culturais portugueses, como seus casarões em azulejos e ruas estreitas que lembram a velha Lisboa e pelo

bairro do Jurunas, formado inicialmente por uma população bastante miscigenada (PENTEADO, 1968, p.312), descendentes dos índios, e ora ditos ribeirinhos, oriundos das regiões das ilhas que circundam Belém, que migraram para a cidade e se estabeleceram no bairro acima citado, e ainda imprimem nesse espaço urbano, na contemporaneidade, seus traços culturais: [...] “a identidade ribeirinha está viva e exposta na orla da metrópole belenense” (SILVA; MALHEIROS, 2005, p. 155).

Pode-se considerar ainda que a localização do parque nessa área, que permanece desprovida de melhorias urbanas, poderia ser um importante fator de inclusão social dessa população e desencadeador de melhorias de infraestrutura urbana e de serviços urbanos, haja vista que a paisagem humanizada e o ambiente arquitetônico são patrimônios coletivos, logo, os cidadãos têm direito a viver em ambientes esteticamente qualificados. O direito à qualidade da paisagem e da arquitetura é um direito social e, em outro sentido, fundamento da intervenção do arquiteto paisagista, do urbanista e do arquiteto.

Entretanto, o que se observa ao comparar o elemento construtivo que limita o parque a suas áreas adjacentes, é que houve uma clara intenção de negação da área circunvizinha ao parque e de sua população: no lado que separa o parque da área ocupada pela população, foi mantido o muro em alvenaria (Figura 84).



Figura 84: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Vista do muro que isola o parque de habitações vernaculares.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Já pelo lado limítrofe ao terreno ainda ocupado pela Marinha, a separação é feita por meio de uma cerca metálica (Figura 85).



Figura 85: Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Vista da cerca delimitando os terrenos do parque e da Marinha.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Ora, essa postura peca pela ruptura que estabelece com a paisagem cultural do lugar, já que os modelos habitacionais da área escondida pelo muro são emblemáticos da paisagem amazônica, constituídos por habitações do tipo palafita, em madeira, típicas de área de beira de rios na Amazônia, e habitadas, ainda hoje, por uma população ainda fortemente ligada à cultura ribeirinha, que faz parte dessa paisagem. Desse modo, o projeto do parque deixou de considerar a possibilidade de estruturá-lo de forma a integrá-lo ao seu entorno, seja com a área vizinha, seja com o



rio e as ilhas, e, dessa forma, pode justificar a denominação atribuída por Trindade Júnior (2005) aos novos projetos urbanos em Belém: “ilhas de desenvolvimento”.

A ausência de aceitação paisagística regional no planejamento de projetos urbanos pode promover a perda de elementos culturais característicos da região, e que de fato já ocorreu nessa área circundante ao Mangal - quando a população residente na área citada passou a implantar “melhoramentos” no lugar, como a substituição da passarela em madeira, do tipo estiva, por um calçamento cimentado, descaracterizando, assim, um modelo de via pública vernacular.

#### **3.2.4 Reflexões sobre a manutenção do parque e o “paisagismo ecocultural”**

A manutenção do Parque Mangal das Garças repete as práticas corriqueiras presentes na manutenção de jardins, praças, parques, canteiros, etc. Em geral, esse serviço é realizado pelo próprio órgão gestor ou por meio de terceirização, com a contratação de empresa de paisagismo ou de serviços gerais para a realização dos serviços.

No caso específico do Mangal, parece apropriado analisar a forma de manutenção adotada no parque, aqui especificamente quanto aos elementos vegetais, mas que podem, em alguns casos, estender-se igualmente a outros elementos do parque que coexistem com os elementos vegetais aquáticos, como a fauna.

A manutenção do parque é realizada com serviços de limpeza, poda, adubação, recomposição e substituição de vegetais, de elementos aquáticos e do solo. Em linhas gerais, a manutenção do parque reproduz a maneira usual e importada, adotada nos espaços livres tradicionais. Essa maneira é traduzida por

uma prática de limpeza que usa como critério para a “ordenação” e “saneamento” do espaço a eliminação de vestígios que identifiquem o desenvolvimento orgânico da planta, por meio de poda, como: a do tipo topiaria, aplicada nos maciços de patchouli (Figura 86), que modifica a arquitetura da planta;



Figura 86 - Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Manutenção no Mangal, do tipo topiaria.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

ou a limpeza e desprezo de “mato” e folhas secas (Figura 87).



Figura 87 - Parque Naturalístico Mangal das Garças:  
Manutenção de “limpeza” no Mangal.  
Fonte: Arquivo particular do autor, 2009.

Magalhães (2001, p.381) ensina que: “É preciso também conhecer o papel das diferentes associações e sucessões de vegetação”, dessa forma entende-se que, na natureza, há elementos que desempenham papéis específicos para o equilíbrio da estrutura ecológica da paisagem; e, como ainda explica a autora, essa é a condição

“... que levará a entender alguns matos não como um revestimento << a limpar >>, mas como uma fase indispensável na regeneração da mata, etc.”

No Brasil, já existem iniciativas conhecidas de manutenção de espaços públicos que diferem dessa prática corrente, como a de reaproveitamento de elementos vegetais, como folhas secas, galhos, raízes, flores, frutos e sementes, que geralmente são desperdiçados como lixo, mas que podem ser utilizados como matéria-prima para a produção de adubos orgânicos, ou podem ser deixados no próprio jardim para que se decomponham naturalmente e adubem a terra, tal como se processa no meio natural. Tal processo de adubação natural do solo pode ser identificado, por exemplo, no projeto paisagístico do Parque da Gleba E, e do Parque Mello Barreto, no Rio de Janeiro, ambos da autoria de Fernando Chacel e Sidney Linhares.

Essa prática de manutenção do solo observada nesses projetos alinha-se com a prática indígena comum na Amazônia, realizada pelos índios antes da chegada do colonizador, de uso e trato do solo de forma ecológica, que poderia ser adotada no Mangal e que identificaria a manutenção do parque como uma expressão da paisagem cultural amazônica, associada à cultura indígena.

Outro aspecto a considerar que poderia ter sido contemplado com maior força no projeto do Mangal refere-se ao “manejo de floresta”, prática também utilizada pelos índios amazônicos, antes da chegada do colonizador português, e atestada por Clement (2008). Esse biólogo americano denominou as áreas de manejo dos índios e caracterizadas por diversas paisagens florestais de “lixeiros férteis”:

É bastante provável que a cuieira (*Crescentina cuijete* sic) tenha chamado a atenção dos povos indígenas em tempos bem recuados. Eles certamente se deram conta de que o fruto seco da planta é ótima matéria-prima para a confecção de ampla variedade de objetos.[...]A castanha-do-pará é produzida por árvore majestosa e longeva. As mais antigas têm cerca de 500 anos de idade. Especimens alinhados, associados ao cacauí – o cacau selvagem -,

em grandes concentrações, são uma indicação de que a área em que se encontram foi densamente povoada por humanos. Hipótese corroborada por vestígios de ocupação em dezenas de sítios. (CLEMENT, 2008, p.39).

O índio, ao perceber as espécies vegetais que lhe poderiam ser úteis, selecionou as melhores plantas e sementes, o que deu início ao processo de domesticação de plantas na Amazônia. Nesse processo de manejo, pode ser incluído como objetivo buscado pelos índios o de facilitação da coleta de sementes para a produção de artesanato e objetos de seu uso cotidiano, como a cuia, extraída da cuieira.

Uma proposta de manejo em escala similar àquela praticada pelas populações indígenas na Amazônia parece ser inexecutável no Mangal das Garças, haja vista a área limitada do parque. Entretanto, mesmo em se considerando sua pequena área, talvez com um planejamento prévio, interdisciplinar, baseado no conhecimento dessas práticas indígenas e no reconhecimento das mesmas no processo que envolve a concepção e implantação de um projeto paisagístico na Amazônia, o manejo no Mangal parece ser possível.

Do mesmo modo, isso traria um aporte ao paisagismo do parque caracterizado como um “paisagismo sustentável”, que dentre outros princípios prega:

- a) a manutenção nutricional de espécies vegetais no paisagismo por meio do reaproveitamento do “lixo” produzido pelas espécies vegetais adultas;
- b) a produção de espécies vegetais oriundas da seleção de matrizes para uma futura substituição de espécies ou para a comercialização de mudas;
- c) a coleta de matérias-primas no próprio local para a produção de artesanato, utensílios e artefatos pela população local, e
- d) o aporte educacional por meio do conhecimento pela população de sua história cultural e da inserção da população no mercado de trabalho.

Ou, ainda, a adoção de técnicas ecológicas propostas no projeto que viabilizassem a economia de água, como, por exemplo, o aproveitamento das águas do rio Guamá para o abastecimento dos lagos e a irrigação dos jardins do parque.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os elementos analisados no projeto e na realidade do Mangal deram condições para se tecer algumas considerações para se chegar às conclusões que podem responder aos questionamentos da investigação, assim como cumprir o objetivo traçado pela mesma. Desse modo se pode afirmar que:

- a) o projeto do parque adotou o traçado pós-modernista que alia o modelo do paisagismo inglês à liberdade de expressão do traçado contemporâneo;
- b) o projeto paisagístico propôs o uso predominante de espécies vegetais nativas da Amazônia, assim como o uso de elementos construtivos ou artísticos que permitem associar o projeto à região;
- c) o projeto do parque possibilitou, sobretudo, o acesso visual à paisagem de rio e de floresta, o que vem ao longo dos anos sendo negado à população;
- d) o parque cumpriu o papel para o qual foi criado, de proporcionar ao visitante a contemplação da natureza;
- e) o parque possibilitou igualmente a confirmação de uma prática social característica em Belém: a visitação domingueira aos jardins, praças e parques da cidade.

Outros aspectos puderam ser analisados no estudo do parque, como a sua relação com os bairros adjacentes e com as ilhas em torno de Belém. Nesse ponto, ficou claro que o parque não foi estruturado para promover uma aproximação com as

áreas e regiões supracitadas, configurando ao mesmo um perfil de “ilha” dentro do contexto urbano de Belém.

Outro aspecto que pode ser analisado refere-se à manutenção adotada no paisagismo no parque. Nesse ponto, a análise identificou práticas tradicionais de “limpeza” dissociadas de conceitos que buscam soluções ecológicas e sustentáveis de manutenção.

As análises realizadas dos elementos do projeto e da realidade do Mangal das Garças foram sintetizadas no Quadro 2, a seguir. Elas levam a perceber que a maioria dos aspectos selecionados para avaliar a presença da paisagem amazônica está presente formalmente no projeto e no parque escolhido como estudo de caso.

Quadro 2 - Demonstrativo da Identificação da Paisagem Amazônica no Projeto e no Parque Naturalístico Mangal das Garças  
 Fonte: Dados criados pelo autor.

ELEMENTOS ANALISADOS	PROJETO PAISAGÍSTICO	RELAÇÃO COM OS ELEMENTOS DA PAISAGEM NATURAL
<b>PROGRAMA, PARTIDO, DIMENSIONAMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O projeto paisagístico oferece traços semelhantes aos dos parques de Belém dos séculos XIX e XX, sobretudo pela contemplação da natureza possibilitada graças ao traçado inspirado no modelo de paisagismo inglês. Mas vai além ao adotar a retratação de paisagens regionais.</li> <li>- Adota conceitos ecológicos modernos, introduzidos por Burle Marx, como a manutenção e integração de paisagens regionais ao projeto.</li> <li>- Faz referências também ao modelo de paisagismo pós-modernista, na adoção de formas e funções variadas, referências a elementos amazônicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Programa oferece elementos para o cumprimento da proposta conceitual do parque, de contemplação da natureza e da paisagem. No entanto, sente-se a ausência de equipamentos que possibilitem a educação ambiental no parque, como auditório, biblioteca, sala de leitura, etc.</li> <li>- O partido privilegia a visão para o rio Guamá e para a floresta amazônica; permite a percepção setorizada do parque: setor operacional e setor naturalista; possibilita ao visitante a circulação e a contemplação em planos de visadas sequenciais que oferecem surpresas, admiração e variedade de paisagens relacionadas com as regiões de terra firme; campos e várzea.</li> <li>- O dimensionamento do parque responde à proposta conceitual do parque e permite o equilíbrio espacial das espécies vegetais, assim como a adaptação da fauna prevista para o parque nos espaços.</li> </ul>
<b>RELEVO, SOLO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação de relevo com pequenas elevações e plano em declive até o nível do rio.</li> <li>- O projeto propôs a manutenção do relevo e do solo do anígal existente nas áreas de várzea e foi adequado dentro dos procedimentos relativos ao paisagismo de ecogênese para o desenvolvimento dessa área.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O relevo do terreno sofreu alterações com aterros e intervenções construtivas para o plantio de espécies vegetais de terras altas e baixas, a criação de lagos e de elevações, para retratar a paisagem amazônica. Contudo, o relevo e o solo de várzea foram mantidos.</li> </ul>
<b>TRAÇADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Traços do paisagismo inglês (sinuosidade, representação da paisagem natural e do paisagismo pós-modernista, com formas geométricas livres, alternâncias de níveis, modelos de traçado regional, como o trapiche).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O limite natural do rio margeando o parque foi mantido.</li> </ul>

## (CONTINUAÇÃO)

ELEMENTOS ANALISADOS	PROJETO PAISAGÍSTICO	RELAÇÃO COM OS ELEMENTOS DA PAISAGEM NATURAL
ELEMENTOS AQUÁTICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cascatas, riachos, lagos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença do rio Guamá incorporado ao parque.</li> </ul>
PERMEABILIDADE FÍSICA E VISUAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetivada no traçado e nos equipamentos e elementos arquitetônicos (farol, restaurante, trapiche e mirante).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vista do rio Guamá a partir do Farol de Belém, do restaurante Manjar das Garças e do trapiche e mirante.</li> <li>- Permeabilidade visual na proposta arbórea até o presente, contudo a comprovação <i>in loco</i> só poderá ser realizada quando a vegetação estiver consolidada.</li> <li>- Permeabilidade física graças aos caminhos que perpassam o parque.</li> </ul>
MATERIAIS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeiras, palha, terra, pedra, ferro, vidro, transformadas em artefatos construtivos.</li> <li>- Técnicas indígenas adaptadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Troncos de árvores usadas no piso, nas paredes, no teto.</li> <li>- Palha usada nas coberturas.</li> <li>- Materiais naturais como a terra, a pedra, o ferro, usados no paisagismo e nas edificações.</li> </ul>
VEGETAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Predominância de espécies nativas: açaizeiro, bacabeira pupunheira, samaumeira, miritizeiro, jambo do Pará, etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foram mantidas algumas espécies nativas existentes, como as aningas nas margens do parque.</li> </ul>
FAUNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garças, guarás, flamingos, marrecos, tambaqui, acari, tartaruga, borboletas, beija-flor.</li> </ul>	<p>Fauna amazônica</p>
MOBILIÁRIO, ELEMENTOS ESCULTÓRIOS, REFERENCIAIS SIMBÓLICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bancos, caramanchões, guarda-corpo, esculturas de barcos em madeira, ninhais em cimento.</li> <li>- Sinalização adotando nomes de mitos, personalidades e expressões regionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tronco em ipê usado no banco.</li> <li>- Troncos, galhos de árvores, pedra, usados como esculturas no paisagismo nos jardins.</li> </ul>



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo central Identificar a incorporação ou não de elementos da paisagem amazônica no paisagismo de Belém, a partir do estudo de caso do Mangal das Garças.

Para alcançá-lo, tornou-se necessária a adoção de conceitos teóricos relacionados com a paisagem cultural, com base na crença de que uma região traduz particularidades que lhe são próprias, como assegura Capel (2002, p. 19) para explicar o termo *Landschaft*:

*“[...] cada región se traduce en un paisaje diferenciado y en alemán la expresión Landschaft expresa a la vez el paisaje y la región- a la escala urbana puede hablarse del paisaje de una ciudad, de un barrio o de un sector determinado”;*

com a ecologia da paisagem, que busca entender a lógica espacial dos processos ecológicos, referida por Metzger (2001, p.3), como “ecologia espacial de paisagens, particularmente preocupada na compreensão das conseqüências do padrão espacial (i.e., a forma pela qual a heterogeneidade se expressa espacialmente) nos processos ecológicos[...]”; e, com o projeto paisagístico, meio operacional que o arquiteto paisagista adota para dar forma à paisagem, e cuja concepção não deve limitar-se à compreensão da estrutura da paisagem, mas, como sugere Magalhães (2001,p. 328-331), há que se edificar “uma ponte entre estruturalismo e fenomenologia, integrando dados científicos e técnicos, com dados subjetivos”.

Os conceitos supracitados conduziram à investigação empírica sobre o paisagismo dos espaços livres de Belém, desde o século XVII até o XXI, e ao estudo de caso do Parque Naturalístico Mangal das Garças, todos em Belém.

Da análise elaborada, pode-se constatar que:

1. A paisagem natural amazônica é associada predominantemente à sua floresta e à sua bacia hidrográfica. A floresta ilustra um verde tão vasto e denso que levou Humbolt (1868) a denominá-la de “inferno verde”, caracterizando-a em decorrência de uma particularidade que, segundo o autor, especifica uma região. Porém, o verde infernal amazônico, enxergado por Humbolt, antes mesmo de sua passagem pela região já tinha suas marcas culturais, o que é constatado hoje pela ecologia histórica ou pela etnociência - constatou-se que 10% do que é hoje a floresta amazônica já havia passado por processos de manejo pelos índios, antes da chegada dos colonizadores portugueses (MAGALHÃES, 2008).

2. Com a chegada dos portugueses, essa paisagem vai se transformando com maior intensidade, mudando de cor, outras cores surgem, mas o verde natural persiste..., em uma árvore, como a que foi citada na introdução do capítulo 2 desta dissertação, situada junto à casa de Dona Maria Cabral, mulher do capitão – mor Francisco Caldeira de Castelo Branco, fundador, em 1616, no povoado de Santa Maria de Belém do Grão - Pará. No entanto, o verde se transforma em muitas outras cores, cores culturais paisagísticas, concebidas e expressas formalmente no projeto e nos espaços públicos, como passeios, hortos, jardins, praças, bosques, parques, por meio de elementos culturais construídos ao longo dos anos na paisagem de Belém, como os traçados sinuosos e os elementos bucólicos do modelo paisagístico inglês, os quais reproduzem a natureza primitiva idealizada; ou os mobiliários urbanos em ferro, como os coretos, frutos de um período de fausto na Amazônia, a *Belle Époque*; ou os elementos naturais ou culturais adotados por culturas indígenas, como a palha, os desenhos marajoaras; os azulejos portugueses; ou no modernismo da Praça Kennedy; expressões culturais que expressam vestígios dos povos que contribuíram para a formação paisagística

amazônica construída ao longo dos séculos e que ilustram o pensamento de Elisée Reclus: “O homem modela à sua imagem a região que ele habita” (RECLUS *apud* BESSE, 2006, p. 69).

3. Os objetos paisagísticos analisados no passeio histórico pelo paisagismo de Belém representam, em termos gerais, a diversidade dos modelos de paisagismo existente em Belém e a importância que esses espaços tiveram para a cidade nos seus diversos momentos históricos. Mas eles não esgotam todas as paisagens culturais da Amazônia. Outras realidades não incluídas podem identificar paisagens regionais, e até significar o total distanciamento dessas do paisagismo de Belém.

4. O “passeio histórico” ressaltou a importância da história para a concepção do espaço e para a disciplina paisagística, referido por Magalhães (2001, p. 61): “À Arquitectura Paisagista foi-lhe sempre difícil desligar-se do passado, já que trabalha com a natureza e com as obras que o homem lhe imprimiu ao longo do tempo”; assim como para a preparação do autor para a análise do estudo de caso desta investigação.

Os casos analisados no “passeio histórico” permitem concluir que o paisagismo produzido nos espaços públicos de Belém, entre os séculos XVII e XXI, incorporam elementos da paisagem amazônica, seja elementos naturais, seja elementos construídos, referenciados no projeto ou presentes no logradouro.

5. Quanto ao estudo de caso, os aspectos analisados do projeto e na realidade do Parque Naturalístico Mangal das Garças evidenciaram, em linhas gerais, a adoção dos conceitos relacionados com a paisagem cultural regional expressos pelo uso de elementos e expressões formais característicos da Amazônia; pelo registro da história da navegação na região, presente no memorial

da Navegação; e pela manutenção e retratação de exemplares da fauna e de espécies vegetais regionais.

6. Entretanto, foram identificados problemas no projeto e na execução do referido parque que vão de encontro aos conceitos adotados na investigação, dos quais os que mais se destacam estão relacionados:

a) a ausência de uma maior articulação do parque, por meio de uma maior aproximação proposta no projeto, com a estrutura urbana existente e a que poderia ser pensada, a partir do entorno do parque, dos espaços livres construídos no passado (vistos no “passeio histórico”) e dos novos projetos implementados em Belém, como a Estação das Docas, o Feliz Lusitânia, que se apresentam, de certa forma, desarticulados entre si - o que no dizer de Magalhães (2001, p. 42) “constituem uma amálgama de espaços sem coerência” - e das áreas e elementos naturais circundantes à cidade, como os rios e as ilhas. Isso se torna mais transparente quando há uma referência à expansão urbana de Belém, desde a fundação da cidade, “de costas para o rio”, e a eventual possibilidade de reversão dessa configuração formal da cidade e “recriação” formal da paisagem natural em certos trechos da cidade, bem como o fortalecimento da relação estrutural da cidade para com o rio, o que, concordando com Marin (2005), sempre existiu informalmente, mas que, para seu reconhecimento, ainda carece de investimentos estruturais oficiais, como a construção de portos para o uso da população. E, com Magalhães (2001, p. 42), que ressalta a importância do projeto para a articulação dos espaços livres desarticulados, assim como para a consolidação das suas várias funções na cidade: “A intervenção do Arquiteto Paisagista na reabilitação destes espaços soltos e desarticulados é a de ligar os fragmentos através de uma estrutura

que assegure a comunicação simbólica, para além das outras funções ecológicas, econômicas e sociais”.

b) ao tratamento do solo do parque. Magalhães (2001, p. 365) faz referência à necessidade de conhecimento das características do solo como condicionantes que “permitirão, em meio urbano, instalar espaços verdes com maior viabilidade vegetativa, e que, com menores custos de execução e manutenção, agüentam uma maior carga de utilização”. Em algumas áreas do parque não foi dada a devida atenção e cuidados no que diz respeito ao conhecimento e à adequação do solo às propostas vegetais, sobretudo nas áreas ditas de “terra firme”, onde algumas espécies não atingiram o desenvolvimento estrutural e formal esperado para o tempo de plantio (quatro anos). Isso decorreu, provavelmente, além da falta de maior conhecimento e reconhecimento das limitações do solo do sítio, à excessiva compactação do aterro, o que transformou covas em verdadeiras “piscinas”, fato que vem provocando a inadaptabilidade ao solo de várias espécies vegetais, ou mesmo a morte delas, o que levou à substituição de espécies vegetais sugeridas originalmente no projeto, como o pau mulato, por outras espécies, como o jenipapo, de maior tolerância a solos alagáveis. Faz-se necessária, entretanto, uma atenção cuidadosa às substituições vegetais, para que o projeto paisagístico do parque não venha a descaracterizar-se antes mesmo de sua conformação pretendida pelo projeto. Isso poderia ser evitado se houvesse uma consultoria periódica à autora do projeto, no intuito de se evitarem nele eventuais deturpações, conforme sugestão do próprio biólogo responsável pelo Parque.

7. Dentre os fatores positivos identificados no Parque estão:

a) o de maior importância para a identificação da presença da paisagem amazônica no parque, a regeneração do aningal, antes ceifado constantemente pela Marinha e hoje encontrado em estado de total conformação, dando margem à regeneração natural de outras espécies vegetais.

b) o retorno, a permanência e a procriação da fauna antes desaparecida da área onde hoje se situa o parque, em muitos casos em estado de liberdade no meio dos visitantes. Segundo Seligmann (2009), observa-se a presença diária de umas 150 garças no local e elas já estão construindo seus ninhais nas árvores de maior porte.

c) a proposta arbórea feita para o Mangal, com a adoção majoritária de espécies nativas amazônicas, é outro fator de grande força para a identificação da paisagem amazônica. Mesmo com as árvores em fase de desenvolvimento, já se identifica a massa vegetal que se forma e que irá consolidar-se ao longo do tempo, restituindo às margens do rio Guamá, no trecho do parque, a paisagem natural existente anteriormente à fundação e expansão da cidade.

As paisagens propostas no parque correspondem à descrição de Penteado (1968, p.83 - 84) acerca do relevo e da vegetação do Pará. Logo, o conceito do parque que delineou o projeto, a criação de um espaço público com a representação das diferentes espécies da flora das regiões amazônicas supracitadas presentes no Estado do Pará, assim como da fauna, além das expressões artísticas e culturais da Amazônia, está coerente com a paisagem regional amazônica.

Identifica-se, no paisagismo do Parque Mangal das Garças, uma preocupação que comunga com os princípios do paisagismo moderno, introduzido

por Burle Marx, que propunha a valorização de elementos componentes da paisagem regional, os elementos naturais do sítio, incluindo a vegetação nativa, como proposta de um paisagismo educativo, o que se alinha com o que foi dito em entrevista (Fevereiro/2009) por Paulo Chaves. Segundo o arquiteto, o Mangal foi pensado para ter fins pedagógicos, onde técnicos, pesquisadores e população pudessem aprender com a observação da natureza, o que deverá consolidar-se ao longo do tempo.

Com base no exposto, pode-se afirmar ainda que o Mangal das Garças contribui para o equilíbrio ecológico na cidade de Belém, por promover a regeneração de espécies nativas desaparecidas, nas margens do rio Guamá, e por oferecer condições ambientais para o retorno da fauna nativa a essa área, onde se encontra o parque, e que também se expande por outras áreas da cidade, como os ninhais de garças que se formam nas árvores da praça Batista Campos, e por criar espaços alternativos de lazer e cultura para a população. Logo, é possível atestar que o Parque Naturalístico Mangal das Garças pode ser considerado como um exemplo concreto de espaço livre paisagístico relativamente bem sucedido, de requalificação de uma paisagem degradada e de composição da paisagem cultural amazônica e que contém elementos formais que identificam a paisagem amazônica.

Essas breves considerações conclusivas sugerem novos estudos futuros, objetivando a identificação da paisagem amazônica na escala da cidade de Belém, doravante com a inclusão de outras abordagens, além da morfológica desenvolvida neste trabalho.

Acredita-se que, a partir do Mangal, surjam novas propostas de criação de outros espaços livres públicos de regeneração de paisagens impactadas, assim como se mantenham os elementos naturais e os espaços livres já existentes na

cidade, para que essa conserve suas características paisagísticas regionais, e, desse modo, a paisagem amazônica possa ser lida na cidade de Belém, como um texto, como assegura Capel (2002, p.20): *“el paisaje puede leerse como un texto”*.

Fazendo uso de uma linguagem metafórica, espera-se que o Farol de Belém ilumine as mentes e corações dos homens e mulheres que a habitam e dos que chegam à cidade, para que edifiquem, neste século XXI, quando o mundo se volta com grande e aparentemente sincero interesse para a preservação da Amazônia, uma Belém com maior apelo paisagístico e uma maior coerência com a paisagem amazônica, adotando projetos que mereçam a caracterização de “paisagismo ecocultural”, que se estrutura com base nos conceitos adotados nesta investigação, a paisagem cultural e a ecologia da paisagem, e que os projetos paisagísticos futuros venham possibilitar uma melhor qualidade ambiental à cidade e à vida de seus habitantes, com o compromisso holístico de construção de uma cidade mais ecológica, na crença de que as cidades do século em curso devem estreitar seus vínculos com as paisagens naturais, como prevê Ribeiro Telles (MAGALHÃES, 2001, p.19): “A cidade, no século XXI, será uma região em que o espaço edificado se tem que compatibilizar com o espaço natural, sem o qual a sua existência, como valor humano, será impossível”.



## REFERÊNCIAS

ABREU, José Coelho da Gama. **As Regiões Amazônicas**: estudos chorográficos dos Estados do Grão-Pará e Amazonas. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1895.

AB'SÁBER, A. N. **Amazônia**: do discurso à práxis. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

ANDRADE, Rubens. **Antônio Lemos e as obras de melhoramentos urbanos em Belém**: a praça da República como estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ANDRADE, Rubens; TÂNGARI, Vera Regina. A praça da República e seus elementos morfológicos no desenho da paisagem de Belém. **Paisagem e ambiente**: ensaios, São Paulo, n. 16, p. 43-68, 2002.

ARAÚJO, Renata Malcher de Araújo. **As cidades da Amazônia no século XVIII - Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998.

ARTAXO, Paulo. Equilíbrio delicado. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 2, p. 90-98, 2008.

AVENIDA Doca de Souza Franco (anteriormente Igarapé das Armas e Doca do Reduto). Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=325639>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

BAROZZI, Jacques. **Guide de 400 jardins publics de Paris**. Paris: Hervas, 1992.

BARTALINI, Vladimir. Áreas Verdes e Espaços Urbanos. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, São Paulo, n. 9, p.125-148, 1996.

BARTHES, Roland, “Sémiologie et urbanisme”. **L’Architecture d’aujourd’hui**, Paris, n.153, Jan. 1971.

BELÉM. Prefeitura. PLANTA Geral da Praça Ver - o - rio. Belém, 2001. 1 CD (ca. 54 min).

BERQUE, Augustin. Espace, milieu, paysage, environnement. *In*: BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (Dir.) **Encyclopédie de Géographie**. Paris: Ed. Economica, 1995. p.349-368.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BOOTH, W.C; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOSCHILIA, Cleusa. **Minimanual compacto de biologia: teoria e prática**. São Paulo: Rideel, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cidade Sustentáveis**. Brasília, 2000.

BROWN, Jane. **El Jardim Moderno**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2000.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CAPEL, Horácio. **La morfologia de las ciudades: sociedad, cultura y paisaje urbano**. Barcelona: Ediciones Del Serbal, 2002.

CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. Tradução Marcos Marciolino. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHACEL, Fernando Magalhães. **Paisagismo e ecogênese**. Rio de Janeiro: Fraiha, 2004.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index2260.html>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

CHAVES, Nazaré. Entrevista presencial concedida ao autor. Belém, 2009.

CHAVES, Paulo. **Belém da Saudade: a memória da Belém do início do século em cartões postais**. 2. ed. Belém: Secretaria de Cultura do Estado do Pará, 1998.

\_\_\_\_\_. Entrevista presencial concedida ao autor. Belém, 2009.

CLEMENT, Charles ; JUNQUEIRA, André. Plantas domesticadas, uma história fascinante.

**Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 1, p. 42- 49, 2008.

COELHO, M.; COELHO, W. Soldados, migrantes, sertanistas. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 1, p. 90- 98, 2008.

COLÔNIA de Miritis na praça do Aeroporto de Belém.

Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=529121>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM - CODEM. **Levantamento aerofotogramétrico da área urbana e de expansão urbana de Belém**. Belém, 2008.

CORRÊA, Antônio José Lamarão. **O espaço das ilusões**: planos compreensivos e planejamento urbano na Região Metropolitana de Belém. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

COSGROVE, Denis ; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato ; ROSENDHAL, Zeny (Org.); **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001. (Coleção geografia cultural).

COSTA, Hideraldo L. da. Paraíso dos naturalistas. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 1, p. 72-79, 2008.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973a.

\_\_\_\_\_. **História do Pará**. Belém: UFPA, 1973b.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CUNHA, Hillândia B. da. O mundo das águas. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 2, p. 6-13, 2008.

DALL' AGNOL, Roberto; COSTA, Lúcia Rosa. A formação do continente amazônico. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 1, p.6-13, 2008.

DELPOUX, M. **Métodos em questão**: ecossistema e paisagem. São Paulo: Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, 1974. 23p.

DERENJI, Jussara da Silveira. Sé, Carmo e Largo do Palácio: espaços públicos de Belém no período colonial. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Org). **A Praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

DOURADO, Mazza. **Visões da Paisagem**: um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil. São Paulo: ABAP, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 955.

FERRAZ, Sílvio Frosini de Barros; VETTORAZZI, Carlos Alberto. Identificação de áreas para recomposição florestal com base em princípios de Ecologia de Paisagem. Sociedade de Investigações Florestais. Viçosa-MG, 2003. Disponível em: <[http://www.portaleducacao.com.br/arquivos/arquivos\\_sala/media/objeto\\_de\\_aprendizagem\\_identificacao\\_areas\\_florestal.pdf](http://www.portaleducacao.com.br/arquivos/arquivos_sala/media/objeto_de_aprendizagem_identificacao_areas_florestal.pdf)>. Acesso em: 06 jul.2009.

FOTO aérea do Rio Amazonas e da Floresta Amazônica.

Disponível em: <<http://images.google.com.br>>. Acesso em: 01 jul. 2009.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho ambiental**: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico. São Paulo: Fapesp: Annablume, 2000.

FREITAS, Cândida. **O Parque 13 de maio na modernização do Recife**. Recife, 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Global, 2004.

GOMES, Geraldo. **Arquitetura do ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988.

GOODEY, Brian. A sinalização interpretativa. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. (Org). **Interpretar o patrimônio, um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002.

GUARDA-CORPO em Acariquera, na Praça Batista Campos.

Disponível em:<<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=553781>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IMAGEM da NASA da Amazônia.

Disponível em:<<http://www.brasil-turismo.com/fotos/amazonia.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2009.

IMAGEM do Cais da Panair (1942).

Disponível em:<<http://Fotolog.terra.com.br/jban:186>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan. **El paisaje del hombre**: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

JOKILEHTO, Jukka. Conceitos e idéias sobre conservação. In: ZANCHETI, Sílvio Mendes. (Org). **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Recife: UFPE, 2002.

KAHTOUNI, Saide. Entrevista concedida ao autor via internet. São Paulo, 2008.

KLIASS, Rosa. Entrevista concedida ao autor via internet. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: PINI, 1993.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel: Edusp, 1990.

LAMAS, José M. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LANDI, Antonio de G. **Landi**: fauna e flora da Amazônia Brasileira: o códice "Descrizione di varie piante, fruttii, animali, passerii, pesci, biscie, rasine, e altre simili cose che si ritrovano in questa Cappitania de Gran Parà ". Belém : Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

LAURIE, Michael. **Introducción a la arquitetura del paisaje**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

LEENHARDT, Jacques. (Org). **Nos jardins de Burle Marx**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MACEDO, Silvio. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: QUAPÁ;FAUUSP 1999.

MACEDO, Sílvio Soares; SAKATA, Francine. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. **Arquitetura paisagista: morfologia e complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. O mito da natureza selvagem. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 1, p. 36-43, 2008.

MAPA de Belém e localização aproximada dos espaços livres públicos em Belém, visitados no capítulo. Belém: Prefeitura, 2008.

MARIN, R. A. Portos e Trapiches: espelhos de Belém e das comunidades negras rurais. In: TRINDADE JR., S. C. da; SILVA, M. A. P. da. **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005. p.130-144.

MASCARÓ, Juan Luís (Org.). **Infra-estrutura da paisagem**. Porto Alegre: Masquatro, 2008.

MAYRINCK, Vera. Paisagem e Simbolismo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. (Coleção geografia cultural).

MAYRINCK, Vera; CARVALHO, Marcio; MELO, Raphael; MERGULHÃO, Pedro; NASCIMENTO, Karina . **De paisagem histórica à paisagem mercadoria: empreendimentos imobiliários no centro histórico do Recife**. Curitiba: ENEPEA 2009.

MEIRA, Aurélio. Entrevista presencial concedida ao autor. Belém, 2009.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará**. Belém: GRAFISA,

1976. 2v.

MERCÊS, Simais do S.S. das (Coord.). **Relatório ambiental da RMB**: mapa hidrográfico da região metropolitana de Belém (RMB). Belém: COHAB, 1997.

METZGER, Jean Paul. O que é ecologia da paisagem?

Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/fullpaper?bn00701122001>>

Acesso em: 06 jul. 2009.

MONTE Roraima (RO).

Disponível em: <<http://www.brasil-turismo.com/roraima.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2009.

O MUNICÍPIO DE BELÉM. 1897-1902. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902.

O MUNICÍPIO DE BELÉM. 1903. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1903 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1904.

O MUNICÍPIO DE BELÉM. 1904. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1905 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1905.

O MUNICÍPIO DE BELÉM. 1905. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1906 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1906.

O MUNICÍPIO DE BELÉM. 1906. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1907 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1907.

O MUNICÍPIO DE BELÉM. 1907. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1908 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1908.

O MUNICÍPIO DE BELÉM. 1908. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na

sessão de 15 de novembro de 1909 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1909.

O MUNICÍPIO DE BELÉM. 1909. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1909 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1910.

O MUNICÍPIO DE BELÉM. 1912. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1909 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1913.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio, um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

NETUNO VILLAS, Raimundo. Megapotencialidades minerais. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n.2, p. 76-83, 2008.d

NOGUEIRA, Afonso. Guinada para o atlântico. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 1, p. 22-27, 2008.

OLIVEIRA, Ana Rosa. **Tantas vezes paisagem**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PAMPLONA, Juliano. Cidade e água: Belém do Pará e estratégias de reapropiação das margens fluviais. **Arquitexto**, n. 085.02, jun. 2007.

Disponível em: <[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg085\\_02.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg085_02.asp)>. Acesso em: 11 jul. 2009.

PAPAVERO, Nelson. **Landi**: fauna e flora da Amazônia Brasileira. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

PARQUE Naturalístico Mangal das Garças: Elevação como anteparo à Fonte dos Caruanas. Disponível em: <<http://www.Skyscrapercity.com/showthread.php?t=281775>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará**: estudo de geografia urbana. Belém; UFPa.,



1968. (Coleção Amazônia. Série José Veríssimo; v. 1 e 2).

PETRY, Claudia. Entrevista concedida ao autor via internet. Passo Fundo, RS, 2009.

\_\_\_\_\_. PETRY, Claudia. **CONSTRUCTION DE L'IDENTITE DES PAYSAGES.**

L'imaginaire des paysages et l'identité territoriale au sud du Brésil. 354 feuilles. Thèse (Doctorat en Géographie) – Institut de Géographie, Université Paris I – Pantheon La Sorbonne, Paris, 2003.

PRAÇA Frei Caetano Brandão.

Disponível em: <<http://picasaweb.google.com/lh/photo/3Jl6cMf146vwjztQw9PWg>>.

Acesso em: 16 jul. 2009.

PRIMEIRO núcleo urbano de Belém.

Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp237.asp>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio. **Praças brasileiras.** São Paulo: QUAPÁ; Edusp; Imprensa Oficial. 2003.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta.** Barcelona: Gilli, 2001.

ROSSETTI, Dilce; TOLEDO, Peter. O crescimento da floresta. **Scientific American Brasil,** São Paulo, n.1, p. 14-21, 2008.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita Sá. O Jardim das cactáceas de Burle Marx no Recife. In: CONGRESSO DE AMERICANISTAS, 52., jul. 2006, Sevilha. **Anais...** Sevilha, 2006.

\_\_\_\_\_. O projeto paisagístico, as funções e o uso dos parques urbanos: o Parque 13 de Maio. **Revista Clio,** Recife, v. 1, n. 18, p. 17-25, 1998.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita Sá. A paisagem cultural e os jardins de Burle Marx no Recife. In: PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Org.). **História e paisagem:** ensaios

urbanísticos do Recife e de São Luís. Recife: Bagaço, 2005.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita Sá; MENEZES, José Fernandes; MESQUITA, Liana de Barros. A cidade ecológica e economicamente sustentável. In: ZANCHETI, Sílvio Mendes. (Org). **Conservation and urban sustainable development**. Recife: UFPE, 1999.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana; CAMPELLO, Alexandre. **Pensar a paisagem, projetar o lugar**. Recife: UFPE, 2001.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana. **Tipologia e conceitos referentes aos espaços livres**. In: \_\_\_\_\_. Recife. Prefeitura da Cidade do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2000, p. 23-30.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Aline de Figuerôa; GIRÃO, Priscylla Amorim. O Jardim moderno de Burle Marx: um patrimônio na paisagem do Recife. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 5., 2004, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Universidade de São Paulo, 2004, p. 67-81.

SANJAD, Nelson . Éden Domesticado: a rede luso-brasileira de jardins botânicos, 1790-1820. **Anais de História de Além-Mar**, Belém, v. 7, p. 251-278, 2006.

SANTOS, Aberdan. Perfumes da floresta. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 2, p. 44-49, 2008.

SANTOS, Geraldo; FERREIRA, Efreim; VAL, Adalberto. Amazônia, o universo dos peixes. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 2, p. 64-71, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do velho intendente: Antônio Lemos (1969-1973)**. Belém: Pakatatu, 2000.

\_\_\_\_\_. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SAUER, Carl O. A Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Paisagem e cultura**. Rio de Janeiro; Ed. UERJ, 1998.

SCHAAN, Denise. A Amazônia antes do Brasil. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n.1,

p. 28-36, 2008.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1998.

SELIGMANN, Igor. Entrevista presencial concedida ao autor. Belém, 2009.

SILVA, Marcos A. P. da; MALHEIRO, Bruno C. P. Faces ribeirinhas da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre) vivência na diferença. In: TRINDADE JR., S. C. da; SILVA, M. A. P. da. **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005. p. 145-169.

SILVA, Reynaldo Luiz da. Entrevista concedida ao autor via internet. Belém, 2009.

SPIRN, Anne. **O Jardim de Granito**. São Paulo: Edusp, 1995.

TABACOW, José. Entrevista concedida ao autor via internet. Florianópolis / SC, 2009.

TABACOW, José (Org.). **Roberto Burle Marx**: arte & paisagem. 2. ed. São Paulo: Studio Nobre, 2004.

TEIXEIRA, Dante; PAPAVERO, Nelson. **Os primeiros documentos sobre a história natural do Brasil**: viagens de Pinzón, Cabral, Vespucci, Albuquerque, do Capitão de Gonville e da Nau Bretoa. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

TEIXEIRA, Manuel. **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

TELLES, G. Ribeiro. A integração Campo-Cidades. In: **Povos e Culturas**, Lisboa, 1987.

TERRA, Carlos; ANDRADE, Rubens de (Org.). **Construções de paisagens**: instrumentais práticos, teóricos, conceituais e projetuais. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008a. (Coleção paisagens culturais).

\_\_\_\_\_. **Contrastes sul-americanos**. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008b. (Coleção paisagens culturais).

TERRA, Carlos; ANDRADE, Rubens de (Org.). **El paisaje y el jardín como elementos**

**patrimoniales**: uma visão argentina. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008c. (Coleção paisagens culturais).

\_\_\_\_\_. **Interfaces entre tempo e espaço na construção da paisagem sul-americana**. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008d. (Coleção paisagens culturais).

\_\_\_\_\_. **Materialização da paisagem através das manifestações sócio-culturais**. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008e. (Coleção paisagens culturais).

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará**. 3. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. Cidade e cultura na Amazônia: práticas e representações espaciais na orla fluvial de Belém(PA). In: VALENÇA, Márcio ; COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. **Espaço, cultura e representação**. Natal: Editora da UFRN, 2005.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (Org.). **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: CFCH/UFPA, 2005.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

TÚNEIS de Mangueiras presentes na arborização urbana de Belém.

Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=289912>>. Acesso em 06 jul. 2009.

VERAS, Lúcia Maria de S. C. Entrevista concedida ao autor via internet. Recife – PE, 2009.

VIEIRA, Maria Elena Merege. **O Jardim e a paisagem**. São Paulo: ANNABLUME, 2007.

VIEIRA Fº, Luiz G. Entrevista concedida ao autor via internet. Recife, PE, 2009.

VISTA aérea de Belém.

Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=529798>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

VITÓRIAS-RÉGIAS em seu habitat, a Amazônia.

Disponível em:

<[http://www.deec.ufpa.br~enapet2007/galeria/pages/Museu%20Goeldi\\_jpg.htm](http://www.deec.ufpa.br~enapet2007/galeria/pages/Museu%20Goeldi_jpg.htm)>.

Acesso em: 06 jul. 2009.

YÁZIGI, Eduardo.(Org). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZEIN, Ruth Verde. **Rosa Kliass**: desenhando paisagens, moldando uma profissão. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas. Mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius,2000.

## **ANEXOS**

## ANEXO A - FICHA TÉCNICA DO MANGAL DAS GARÇAS

Local: Belém, PA

Data do Projeto : 1999

Data da conclusão da obra: Janeiro de 2005

Área do Terreno : 40.000 m<sup>2</sup>

Área Construída : 3.930 m<sup>2</sup>

Área Urbanizada : 36.070 m<sup>2</sup>

Equipe Técnica:

Projeto de Arquitetura e Fiscalização

Paulo Chaves Fernandes – Rosário Lima – Aurélio Meira – Mariangela Melo – Sérgio Neves  
– Gustavo Leão - Leila Barbosa – Karla Costa

Projeto Paisagístico

Rosa Grena Kliass Paisagismo Planejamento e Projetos Ltda.

Execução: Arteverde Jardins e Parques

Programação Visual

Luciano Oliveira e Paulo Chaves Fernandes

Projeto Elétrico e de Iluminação

Replacom Eng<sup>a</sup> e Comércio Ltda – Eng. Nilson Amaral de Jesus

Le Luci – Paulo Rodrigues dos Santos

Projeto Estrutural

Archimino Athayde Projetos Estruturais

Projeto de Ar Condicionado

A & C Consultoria e Projetos S/C Ltda – Eng. Aristágoras Castro

Consultoria e Implantação de Fauna

Recriar Animais em Cena Ltda – Atílio Giovanardi e Iara Biasia

Curador da Coleção de Borboletas – William Leslie Overall

Consultor em Beija-Flores – Wilson Achutti

Consultor em Borboletas – Ivan Assunção Pimenta

Acompanhamento: Roberto Lima e Igor Seligman

Projeto Museológico e Museográfico

Paulo Chaves Fernandes e Rosângela Marques de Britto

Responsabilidade Técnica da Obra

SECULT – PA

Execução

ENGEPLAN – Engenharia e Planejamento Ltda

FONTE: [www.vivercidades.org.br/](http://www.vivercidades.org.br/)

## ANEXO B - ROSA KLIASS: ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR VIA INTERNET

ENTREVISTA COM A ARQUITETA PAISAGISTA ROSA KLIASS AUTORA DO PROJETO PAISAGÍSTICO DO “PARQUE NATURALÍSTICO MANGAL DAS GARÇAS” EM BELÉM / PA COMO ETAPA METODOLÓGICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DESENVOLVIDA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

### **ROSA GRENA KLIASS**

E-mail: rosagrenakliass@uol.com.br

Local: São Paulo

Data: 07 / 10 / 2008

### SOBRE PAISAGEM

- A paisagem de uma região pode ser expressa no projeto paisagístico?

Em lugar de paisagem regional eu diria em verdade que o projeto deve sempre ter uma carga do que se refere à paisagem do lugar. Este aspecto faz parte daquilo que eu considero um dos aspectos essenciais para garantia da qualidade do projeto: o caráter da paisagem e o significado do lugar criado.

- Considerando-se a hipótese de que a paisagem de uma região pode ser expressa no projeto paisagístico, quais as variáveis que necessitam ser contempladas em um projeto que pretende identificar aspectos de uma paisagem regional?

A expressão da Paisagem de uma Região pode constituir um partido de projeto.

As considerações a serem contempladas são concernentes à escala de abordagem a fim de dar significância e possibilitar a percepção dos aspectos representados.

Obviamente o profissional deve ter o conhecimento das características paisagísticas regionais em todos os seus aspectos geomorfológicos, fitogeográficos, etc.

- Qual é a percepção da arquiteta paisagista Rosa Kliass acerca da paisagem amazônica de Belém?

Belém é uma cidade da Região Amazônica. Tem uma paisagem urbana característica obviamente decorrente da sua situação geográfica, porém também decorrente das condições sócio-econômicas e antropológicas do seu desenvolvimento.



## SOBRE A METODOLOGIA DE PROJETO

- Quais os conceitos disciplinares que devem delinear a concepção do projeto paisagístico?

Esta seria uma resposta extensa que não cabe neste questionário. Porém para deixar um registro referente à minha percepção quanto aos aspectos conceituais : a qualidade de um projeto paisagístico está absolutamente vinculada ao acerto quanto ao tratamento adequado nas diferentes **escalas** e a definição correta do **caráter** do lugar.

## SOBRE O PROJETO PAISAGÍSTICO DO MANGAL DAS GARÇAS

- A senhora poderia relatar sobre sua experiência profissional no Projeto do Parque Naturalístico Mangal das Garças?
- Qual a metodologia que a senhora adotou na concepção e no desenvolvimento do projeto paisagístico do Mangal das Garças?
- A senhora procurou expressar a paisagem amazônica no projeto Mangal das Garças? Se sim, quais elementos, recursos, procedimentos, foram utilizados para atingir esse objetivo?

O partido adotado foi a criação de uma expressão alegórica das diferentes paisagens regionais do Estado do Pará: a Mata de Terra Firme, os Campos e as Várzeas.

## SOBRE O PARQUE NATURALÍSTICO MANGAL DAS GARÇAS

- A paisagem amazônica pode ser percebida no Mangal das Garças? Se sim, como?

Respondida na resposta anterior

## ANEXO C - ENTREVISTAS CONCEDIDAS AO AUTOR VIA INTERNET

SAIDE KAHTOUNI; JOSÉ TABACOW; LUIZ G. VIEIRA F<sup>º</sup>; LÚCIA MARIA DE S. C. VERAS (Arquitetos Paisagistas); CLAUDIA PETRY (Engenheira Agrônoma e Paisagista) e REYNALDO LUIZ DA SILVA (Engenheiro Florestal e Paisagista)

### **1. SAIDE KAHTOUNI**

E-mail: kahtouni@uol.com.br

Local: São Paulo

Data: 11/09/2008

### **SOBRE PAISAGEM E PROJETO PAISAGÍSTICO**

- Considerando-se a hipótese de que a paisagem de uma região pode ser culturalmente e ecologicamente “lida” no projeto paisagístico, quais e como os elementos componentes de projeto podem identificar formalmente a paisagem?

A pergunta seria: quais as variáveis necessitam ser atendidas num projeto que pretende sintetizar aspectos da paisagem regional?

Assim compreendendo, resumo: é preciso levar em conta aspectos apontados pela população local, num contato mais estreito com o povo e não só através de uma leitura formal da paisagem em seus aspectos ecológicos e estéticos vistos isoladamente pelo profissional. A cultura local, com toda a complexidade, aberta ao entendimento intelectual e, por outro lado, dotada de extrema simplicidade, quando popular e cuidada pela tradição dos povos, é guardada no conhecimento das plantas nativas, formas de relacionamento dos habitantes com as mesmas e por outros elementos, como ciclos hidrológicos, clima, arquitetura vernacular, manifestações folclóricas, artesanatos e criações não tão materiais, mas formais, como a música. Todos esses aspectos configuram a paisagem de um determinado lugar e podem ser referência para as novas configurações, dentro de um panorama de abertura de horizontes e intercâmbios cada vez mais amplos que o arquiteto não deve perder de vista.

### **2. CLAUDIA PETRY**

E-mail:petry@upf.br

Local: Passo Fundo, RS, Brasil

DATA: 03/03/2009

### **SOBRE PAISAGEM E PAISAGISMO**

- A paisagem de uma região pode ser expressa no paisagismo? Se sim, como?

“Sim. Ela transparece em projetos que respeitam a flora, fauna, população e recursos existentes no local. A paisagem local fica impressa em projetos paisagísticos engajados com esta temática, onde ocorre uma escolha adequada das espécies de vegetação e de elementos naturais regionais a serem implantados. Também pode ser realçada se houver uma artialização *in situ* (Alain Roger) dos elementos naturais (relevo, recursos hídricos, etc...) e de aspectos históricos e folclóricos ligados à cultura local. Artializar *in situ* é colocar em evidência algum elemento ou prática, reconhecendo e valorizando a existência de um *genius loci*, divulgando/tornando pública esta atitude (*in visu*)”.

### **3. JOSE TABACOW**

E-mail: jtabacow@terra.com.br

Local: Florianópolis / SC

Data: 04/03/2009

### **SOBRE PAISAGEM E PAISAGISMO**

- A paisagem de uma região pode ser expressa no paisagismo? Se sim, como?

A paisagem de uma região é o ponto de partida, a condicionante, a constante a ser considerada em qualquer intervenção paisagística, no sentido arquitetônico deste termo.

As maneiras como um projeto paisagístico pode se relacionar com a paisagem na qual se insere são inumeráveis, pois como manifestação de arte, não podem ficar restritas a receitas ou fórmulas. É importante perceber que, como qualquer outra composição, as soluções são individuais, intrínsecas, e devem ser exclusivas, de forma a caracterizar sua singularidade, em essência, o objetivo das formas de se expressar.

Uma das formas mais evidentes de se lograr uma proposta que não conflite com seu entorno, embora como condição necessária mas não suficiente, é a de trazer elementos da paisagem “natural” (considerada aqui como a existente no entorno, fora da área de intervenção) para a composição do espaço a projetar. Rochas, plantas, solo, água, areia são alguns exemplos.

Entretanto, também não se pode desprezar aspectos culturais vinculados a determinadas paisagens, quando estes tem significado e presença. Exemplos veementes são as araucarias nos planaltos do Sul. Além de plasticamente espetaculares, fazem parte do dia a dia das comunidades com sua presença marcante nas florestas, na época da frutificação, pela atração que exerce na gralha-azul, pela associação com o pinheirinho-bravo (*Podocarpus lambertii*) e com os xaxins (*Dycksonia sellowiana*).

Na ótica da ecologia de paisagem, esta é considerada como um mosaico de fragmentos em que ocorrem fluxos bióticos e abióticos, de energia e de matéria, distribuídos pelo espaço segundo configurações caracterizadas pela natureza, tamanho, quantidade e formas dos fragmentos. Respeitar e considerar tais relações é expressar, em projeto, a essência da paisagem em que se intervem.

### **4. LUIZ GÓES VIEIRA FILHO**

E-mail: luiz@luizvieira.com

Local: Recife, PE

Data: 03 de março de 2009

## SOBRE PAISAGEM E PAISAGISMO

- A paisagem de uma região pode ser expressa no paisagismo? Se sim, como?

A paisagem de uma região pode e deve ser expressa nas intervenções de arquitetura paisagística.

A composição estética da paisagem construída de um lugar é fundamentada nos desejos, necessidades e aspirações das pessoas envolvidas e nos diversos aspectos físicos e biológicos do espaço existente. Conseqüentemente, a micro-paisagem criada por uma intervenção paisagística deve ser a síntese do complexo contexto da paisagem à qual se insere e de seus fatores sócio-econômicos e culturais.

### **5. LÚCIA MARIA DE SIQUEIRA CAVALCANTI VERAS**

E-mail:luciamveras@yahoo.com.br

LOCAL: Recife - PE

DATA: 24/03/2009

## SOBRE PAISAGEM E PAISAGISMO

- **A paisagem de uma região pode ser expressa no paisagismo? Se sim, como?**

Sim, desde que, no ato de projetar do paisagista, o conhecimento da paisagem na qual seu projeto vai se inserir seja uma condição necessária e um instrumento indutor do processo de criação, quando deverão ser respeitados seus limites e evidenciadas suas potencialidades, captados pelo “fazedor” de novas paisagens.

### **6. REYNALDO LUIZ DA SILVA**

E-mail:reynaldoluiz@uol.com.br

Local: Belém - PA

Data: 06/03/2009

1. A paisagem de uma região pode ser expressa no paisagismo?

Pode. Reproduzir uma paisagem natural é por vezes humanamente impossível, a não ser pelos grandes estúdios holywoodianos, mas nem sempre de forma natural. Dependendo da escala pode-se reproduzir ambientes naturais em pequenos formatos a exemplo das estufas européias com plantas tropicais ou desérticas, equipadas com tudo necessário para reproduzir tb o clima dessas regiões. Já no paisagismo procuro observar a vegetação, os

diferentes ecossistemas encontrados em minha região, a relação entre as diferentes espécies dentro desse nincho biodiverso, para que eu possa aplicar essa apreensão de informações botânicas, espaciais e visuais no meu projeto, nem sempre de maneira plena mas alguma coisa pode ser empregada. O Museu Goeldi está em parceria com o escritório do Arquiteto paisagista Fernando Chacel reformulando o paisagismo do parque zoobotânico, uma das pretensões é a de reproduzir os diferentes ecossistemas amazônicos com a inclusão dos animais em recintos mais modernos e apropriados a sua criação. Interpretar/observar a natureza local fazendo uma leitura da paisagem possibilita ao paisagista reintroduzi-la plenamente (recuperação de área degradada) ou de forma pontual elencando elementos marcantes dessa paisagem observados por ele.

2. A paisagem amazônica pode ser identificada no Mangal das Garças? Como?

Pode. Ainda que em fase juvenil, as espécies escolhidas pela Rosa foram selecionadas por serem nativas da região amazônica, o grande entrave à implantação foi a impossibilidade de adquirir mudas com porte adulto, o mercado não oferta, dessa forma talvez daqui há 10 anos possamos vislumbrar o projeto em sua plenitude. Vejo por outro lado a punjança e a força da natureza que retoma seu espaço de forma aguerrida o grande aningal natural que ali existe e que foi podado no período da obra ressurgiu com um vigor esplêndido, resgatando por si só características naturais dos nossos mangues, outras espécies trazidas pelas marés de ecossistemas vizinhos depositam-se em seu solo fértil e multiplicam-se a olhos vistos vindo-se a somar as Aningas ali existentes recuperando com isso um visual mais natural. Acho que o projeto do Mangal é uma soma de esforços do homem e da natureza, que quando trabalham em conjunto criam belos resultados.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)